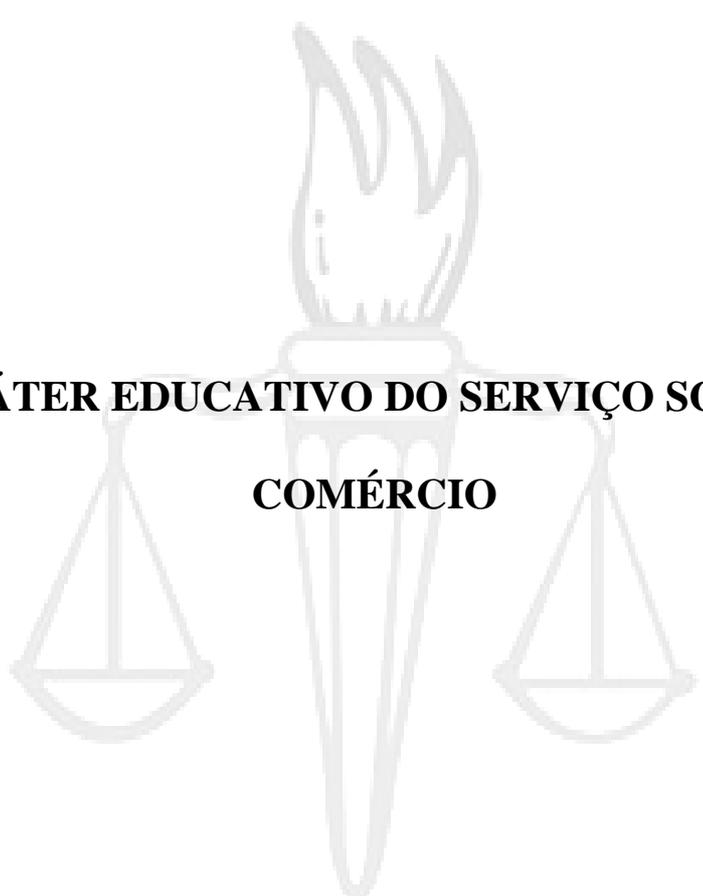


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO**

**ADIELMA LIMA DO NASCIMENTO**



**O CARÁTER EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL DO  
COMÉRCIO**

**MACEIÓ/AL**

**2006**

**ADIELMA LIMA DO NASCIMENTO**

**O CARÁTER EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**

Dissertação apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, área de concentração em Trabalho, Política e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Borges Amaral

**MACEIÓ/AL**

**2006**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

N244c Nascimento, Adielma Lima do.  
O caráter educativo do serviço social do comércio / Adielma Lima do Nascimento. – Maceió, 2006.  
109 f.

Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2006.

Bibliografia: f. 105-109.

1. Trabalho e educação. 2. Trabalhadores do comércio - Assistência educativa.  
3. Serviço social. I. Título.

CDU: 364:331.102.14

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO**

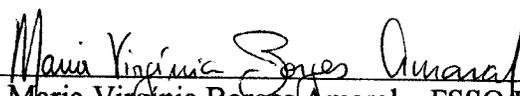
**O CARÁTER EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**

**ADIELMA LIMA DO NASCIMENTO**

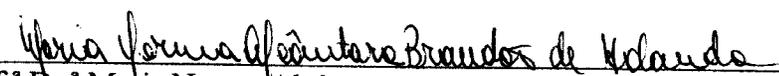
Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas.

Aprovada em: 13/12/2006

**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virginia Borges Amaral – FSSO/UFAL  
(Orientadora)

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Santana do Amaral – FSSO/UFPE  
(Examinador Externo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda – FSSO/UFAL  
(Examinador Interno)

**ADIELMA LIMA DO NASCIMENTO**

**O CARÁTER EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas.

Aprovada em: 13/12/2006

**BANCA EXAMINADORA:**

---

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Borges Amaral – FSSO/UFAL  
(Orientadora)*

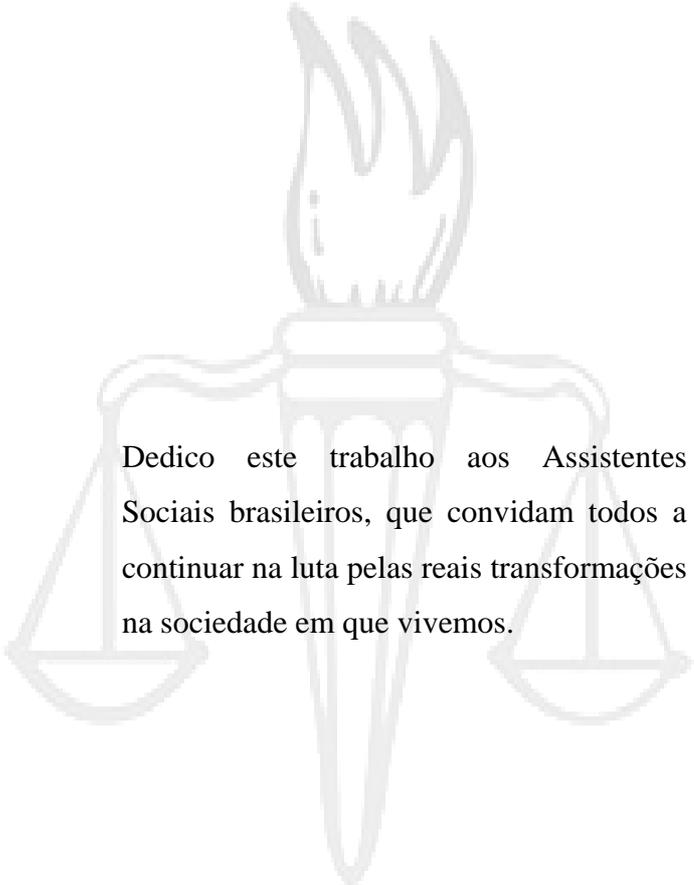
---

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Santana do Amaral – FSSO/UFPE*

---

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda – FSSO/UFAL*

## DEDICATÓRIA



Dedico este trabalho aos Assistentes Sociais brasileiros, que convidam todos a continuar na luta pelas reais transformações na sociedade em que vivemos.

## AGRADECIMENTOS

---

À minha orientadora Maria Virgínia Borges Amaral [amiga do coração e do intelecto], por permitir que eu andasse pelos caminhos que escolhi, possibilitando e estimulando a construção da minha independência teórica e intelectual.

Às Prof.<sup>as</sup>. Dras. Rosa Lúcia Prédes Trindade e Edna Bertoldo, pelo desprendimento em ler o trabalho, no processo de qualificação, e sugerir questões que o enriqueceram teórica e metodologicamente.

Às Prof.<sup>as</sup>. Dras. Ângela Santana do Amaral [FSSO/UFPE] e Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda pelo companheirismo, apoio e expressivo estímulo no momento da defesa desta dissertação.

A todo o corpo docente do Curso de Mestrado, Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, um agradecimento especial, por dividir seus conhecimentos e pelo encorajamento em busca dos ideais que contribuíram para a concretização deste tema de estudo.

A toda a primeira turma do Curso de Mestrado, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, pela vontade que manifestaram em deixar neste trabalho alguma contribuição pessoal e por tudo que compartilhamos neste tempo de “estudos enlouquecidos” que tornou este período melhor, e a mim, mais feliz.

À minha família, pelo carinho e incentivo neste período de estudos, e pelo apoio dado nos momentos de dificuldades.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissionais de Nível Superior – CAPES, pela contribuição financeira que possibilitou condições materiais para desenvolver este trabalho de pesquisa e crescimento acadêmico.

## RESUMO

---

NASCIMENTO, Adielma Lima do. **O Caráter Educativo do Serviço Social do Comércio**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas/ Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2006.

Neste trabalho discute-se a relação entre o caráter educativo do Serviço Social do Comércio e as orientações da política de saúde para controle da força de trabalho, bem como as conseqüências da assimilação dessas orientações para a classe trabalhadora. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e a documental. A perspectiva histórico-crítica foi o referencial teórico utilizado para a realização da pesquisa e para a exposição do objeto estudado. Defende-se a tese de que o SESC teria como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico capitalista, garantindo via prestação de serviços sociais a manutenção e o controle social sobre a classe trabalhadora do comércio. Desvelamos que a assistência educativa prestada pelo SESC contribui para manter uma força de trabalho ajustada psicossocialmente ao estágio de desenvolvimento do capital internacional. Considera-se que essa ação educativa se insere num conjunto de ações voltadas para a manutenção da hegemonia do capital, articuladas com as estratégias de efetivação de políticas sociais privadas para reduzir o papel e a participação do Estado na oferta de serviços sociais, por meio da implementação de projetos e/ou programas que focalizam e direcionam as ações públicas, ao mesmo tempo que promovem a solidariedade entre o capital e o trabalho, além de explicitarem a institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Como a função educativa da profissão se transforma e redimensiona ante as mudanças ocorridas nos processos históricos de organização/ reorganização da produção e do trabalho, procurou-se mostrar os perfis pedagógicos do Serviço Social no processo de organização da cultura na sociedade capitalista. Ressaltando como a função de controle social da classe trabalhadora, pelo Serviço Social, adquire perfis pedagógicos diferenciados segundo as mudanças no processo produtivo. Neste sentido, esta pesquisa pretendeu desvelar que o caráter educativo do SESC se traduz na formação de uma subjetividade da classe trabalhadora que não se resume ao consentimento ou à adesão à ordem hegemônica do capital, mas vincula-se fundamentalmente à aceitação do capitalismo como horizonte único dos homens, racionalidade acima dos interesses de classe e, conseqüentemente, que nega o trabalho como formador de sociabilidades e da historicidade do homem.

Palavras-chave: Trabalho e Educação, Serviço Social, Assistência educativa.

## ABSTRACT E KEYWORDS

---

NASCIMENTO, Adielma Lima. **The Educative Character of the Social Service of the Commerce.** 2006. Dissertação (Mestrado in Social Service) - Federal University of Alagoas/College of Social Service, Maceió, 2006.

In this work it is argued the relation enters the educative character of the Social Service of the Commerce and the orientações of the politics for control of the work force, as well as the consequences of the assimilation of these orientações for the diligent classroom. For the development of this research, it was used as metodológico resource the bibliographical research and the documentary one. The description-critical perspective was the used theoretical referencial for the accomplishment of the research and the exposition of the studied object. It is defended thesis of that the SESC would have as objective to contribute for the capitalist economic development, guaranteeing way social rendering of services the maintenance and the social control on the diligent classroom of the commerce. Desvelamos that the educative assistance given by the SESC contributes to keep a force of work psicossocialmente adjusted to the period of training of development of the international capital. It is considered that this educative action if inserts in a set of actions directed toward the maintenance of the hegemony of the capital, articulated with the strategies of efetivação of private social politics to reduce the paper and the participation of the State in offers of social services, by means of the implementation of projects and/or programs that focus and direct the criminal actions, at the same time that they promote solidarity between the capital and the work, beyond explicitarem the institutionalization of the profession in the social division and technique of the work. As the educative function of the profession if it transforms and redimensiona before the occurred changes in the historical processes of organization reorganization of the production and the work, was looked to show the pedagogical profiles of the Social Service in the process of organization of the culture in the capitalist society. Standing out as the function of social control of the diligent classroom, for the Social Service, it according to acquires pedagogical profiles differentiated changes in the productive process. In this direction, this research intended to desvelar that the educative character of the SESC if translates the formation of a subjectivity of the diligent classroom that is not summarized to the assent or the adhesion to the hegemonic order of the capital, but is associated basically with the acceptance of the capitalism as only horizon of the men, rationality above of the classroom interests and, consequently, that it denies the work as formador of sociabilities and the historicidade of the man.

Word-key: Work and Education, Social Service, educative Assistance.

## SUMÁRIO

---

	<b>INTRODUÇÃO</b>	08
<b>1</b>	<b>TRABALHO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL</b>	13
1.1	Relações sociais de produção e educação do trabalhador no sistema capitalista	13
1.2	Capitalismo monopolista e manifestações operárias: demarcações do surgimento do Serviço Social	19
<b>2</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA</b>	31
2.1	Racionalização da prática da assistência social: protoformas do Serviço Social	32
2.2	O princípio educativo do Serviço Social no processo de institucionalização como profissão	40
2.3	Perfis pedagógicos da prática profissional do Serviço Social	48
2.3.1	Serviço Social e a pedagogia da ajuda psicossocial	48
2.3.2	Serviço Social e a pedagogia da participação	52
2.4	A função pedagógica do Serviço Social na contemporaneidade	55
<b>3</b>	<b>SESC E SERVIÇO SOCIAL</b>	61
3.1	Serviço Social do Comércio e a Ideologia do Desenvolvimento: contexto sócio-histórico em que emerge o Serviço Social do Comércio	61
3.2	O processo de industrialização no Brasil: pressuposto para uma análise do Serviço Social de empresa (SESC)	66
3.3	O SESC e o Serviço Social	68
3.4	Educação em Saúde e sua relação com o Serviço Social do Comércio	74
3.4.1	As contribuições da estratégia de promoção da saúde a partir da década de 80	81
3.4.2	A educação em saúde hoje e sua relação com o Serviço Social do Comércio na sociedade brasileira	87
3.5	O caráter educativo do SESC: reflexões a partir da base teórico-metodológica do Modelo da Atividade Educação em Saúde	90
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	101
	<b>REFERÊNCIAS</b>	105

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de um processo de investigação que surgiu a cinco anos, a partir da nossa experiência como bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa Qualidade de Vida no Trabalho<sup>1</sup>, quando nos defrontamos com as exigências postas para uma investigação sobre a questão da política da qualidade de vida no local de trabalho.

Através dos estudos iniciados no projeto acima referido, no período de 2000-2001, que tratava dos processos discursivos produzidos pela mídia, pelos empresários e pelos trabalhadores em torno da qualidade de vida, já havíamos identificado alguns elementos teóricos que proporcionaram questionamentos sobre a atuação social das empresas direcionada ao seu público interno, através da implantação de ações de assistência aos trabalhadores, sendo esta representada, com maior ênfase, por ações socioeducativa em saúde.

A continuidade dos estudos, nesta área, através da nossa participação na pesquisa sobre “Qualidade de vida no trabalho e o sentido de responsabilidade social no discurso empresarial”, na qualidade de bolsista de Aperfeiçoamento<sup>2</sup>, ensejou o aprofundamento de questões que envolvem a caracterização da relação entre o Serviço Social e as novas políticas de gestão da força de trabalho.

O objetivo desta dissertação é discutir a relação entre o caráter educativo do Serviço Social do Comércio e as orientações da política para controle da força de trabalho, bem como as conseqüências da assimilação dessas orientações para a classe trabalhadora.

Tal questão é importante não só pela sua atualidade, mas, sobretudo, por se perceber a necessidade de estudos buscando interpretar e explicitar os processos que envolvem a atuação do Serviço Social no âmbito da relação capital e trabalho.

---

<sup>1</sup> Este projeto de pesquisa contou com a participação de alunas de graduação do curso de Serviço Social, coordenado pela prof<sup>a</sup>.dr<sup>a</sup>. Maria Virgínia Borges Amaral, com a finalidade de analisar os processos discursivos produzidos pela mídia, pelos empresários e trabalhadores em torno da qualidade de vida, tendo como fonte de financiamento a PROPEP/UFAL, no período de 2000 a 2001. Estes estudos possibilitaram a elaboração de relatórios de pesquisa para o Programa de Iniciação Científica do PIBIC/PROPEP-UFAL, além da produção de um Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Serviço Social, no período de 2001-2002, intitulado “Os Benefícios Sociais nos Programas de Qualidade de Vida em Empresas de Maceió”.

<sup>2</sup> A bolsa foi concedida à pesquisadora pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas - FAPEAL, no período de maio de 2003 a abril de 2004. Além dos relatórios científicos produzidos para o programa de aperfeiçoamento da FAPEAL, foi produzida uma monografia de conclusão do curso de Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas, denominada “Projeto Transando Saúde: ações de prevenção às DST/HIV/Aids em empresas do comércio de Maceió”, o que despertou o interesse em aprofundar o estudo relacionado à atuação pedagógica do Serviço Social do Comércio junto aos trabalhadores e seus dependentes.

A perspectiva histórico-crítica é o referencial teórico utilizado para a realização desta pesquisa. Entendendo-se que a ciência é um conhecimento produzido historicamente, através das relações entre indivíduos e sociedade, entre condições objetivas e subjetivas pelas quais os indivíduos se relacionam e determinam as condições materiais de produção e reprodução da vida social. Para o desenvolvimento da pesquisa se utilizou como recursos metodológicos as pesquisas bibliográfica e documental.

Compreendemos a atuação do Serviço Social do Trabalho como um tipo específico de prática profissional, de cunho eminentemente educativo, atualmente influenciada pelo processo de reestruturação produtiva, pela política neoliberal, pela formação teórica e metodológica do profissional e pelas condições objetivas de trabalho.

A necessidade de estudar a atuação profissional do Serviço Social do Trabalho surgiu de algumas inquietações que nos levaram a questionar: qual o objetivo do Estado em requerer a assistência educativa do Serviço Social do Comércio junto aos trabalhadores, ante as exigências para manter a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista?

Um dos pressupostos iniciais deste trabalho era o de que a ação educativa do Serviço Social do Comércio, doravante SESC, teria como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico capitalista, garantindo via prestação de serviços sociais a manutenção e o controle de uma força de trabalho ajustada psicossocialmente ao estágio de desenvolvimento do capital internacional. Além disto, considera-se que a ação educativa desenvolvida pelo SESC se insere num conjunto de ações voltadas para a manutenção da hegemonia do capital, atuando com políticas sociais privadas para reduzir o papel e a participação do Estado na oferta de serviços sociais, implementando projetos e/ou programas que focalizam e direcionam as ações públicas, ao mesmo tempo em que promove a solidariedade entre o capital e o trabalho.

Estes pressupostos não só se confirmam no decorrer da pesquisa, como se evidenciou a certeza de que a ação educativa do Serviço Social do Comércio tem como objetivo maior contribuir para a estabilidade econômica do capital, no sentido de restringir e/ou anular quaisquer formas de desarmonia entre o capital e o trabalho, num plano superior de participação e solidariedade mútua.

Sabe-se que o Serviço Social do Comércio tinha claramente definida, desde seu surgimento em 1946, a finalidade de contribuir com a formação e reprodução da força de trabalho. Desde a década de 1990, com o processo de reestruturação produtiva e de globalização econômica, caracterizado por transformações das relações de trabalho, a sociedade repõe exigências que se configuram como novas, no sentido de redirecionar as ações dessa entidade e fortalecer o seu papel na sociedade capitalista.

Tal processo de transição, resultante da crise do padrão de desenvolvimento fordista [forma predominante da produção industrial do início do século XX], tem na política neoliberal uma saída para a superação da crise de estagnação com inflação vivida nos anos 70. O ideário neoliberal apresenta como estratégias de superação desta crise o uso de novas tecnologias, a reforma do Estado e o emprego de novas formas de gestão da produção, do trabalho e das relações sociais.

Essas estratégias contribuem para a retomada dos processos de trabalho, mantendo as bases empresarias em favor do lucro e da competitividade através da implantação de novas políticas de relações, tais como: Qualidade Total, Gestão Participativa, Qualidade de vida e Responsabilidade Social. Estas políticas apresentam-se mais uma vez e de maneira complexa à classe trabalhadora como um grande desafio, visto que os projetos, particularmente os de qualidade de vida e de responsabilidade social, por meio de atividades socioeducativas, prestação de benefícios sociais e incentivos, tentam reintegrar e comprometer os trabalhadores com as metas e objetivos das empresas (AMARAL, 2002).

Ao contrário das prerrogativas de hegemonia do capital, o Serviço Social a partir da década de 90 propõe mudanças no interior da profissão que conduzem a categoria profissional a reafirmar um compromisso ético-político com a classe trabalhadora, através do Código de Ética e de sua lei de regulamentação. Pressupomos que a prática profissional nas entidades de Serviço Social no campo do trabalho continua respaldada em paradigmas que fortalecem o conservadorismo da profissão. A partir desse pressuposto propomos rever essa prática e identificar os elementos que a mantêm como uma prática educativa para a manutenção da ordem vigente.

Por meio desses processos de reorganização da produção e das relações sociais, as associações patronais, como o SESC, estão sendo convocadas a planejar e implantar projetos sociais, de caráter socioeducativo, voltados para atender às novas necessidades sociais e a garantir a reprodução de uma força de trabalho ajustada psicossocialmente ao estágio de desenvolvimento do capital internacional.

Em pesquisa realizada no período de 2002-2003, pelo grupo de pesquisa Qualidade de Vida no Trabalho, da Faculdade de Serviço Social/UFAL, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Borges Amaral, constatou-se que em Alagoas, particularmente na cidade de Maceió, as empresas estão percebendo que os investimentos sociais que prestam assistência educativa aos seus trabalhadores podem trazer excelentes resultados para ambos os lados, pois não só contribuem para a qualidade de vida dos seus recursos humanos como também interferem na

imagem das empresas diante do mercado, o que favorece a ampliação do volume de negócios e, conseqüentemente, uma maior lucratividade (AMARAL, 2002).

Identificou-se na pesquisa que das 47 empresas contactadas, 34, o que equivale a um percentual de 72,34%, realizam algum tipo de ação social para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus trabalhadores. Dessas 34 empresas, 14,70% contam com o apoio de entidades patronais, das quais destacamos o Serviço Social do Comércio, que atua na prestação de serviços sociais nas áreas de saúde, educação, alimentação e lazer para propiciar ações socioeducativas à classe trabalhadora, dentro do ambiente de trabalho (AMARAL, 2002).

Historicamente, a oferta de serviços sociais nas políticas de saúde, educação, alimentação e lazer, no interior das empresas, sempre foi uma prerrogativa de entidades patronais. Desde sua institucionalização e desenvolvimento, essas entidades patronais atuam como parceiras do Estado para manter o controle sobre a classe trabalhadora e contribuir para harmonizar e pacificar o capital e o trabalho no Brasil.

Atualmente, a oferta de serviços sociais vem sendo apresentada como uma “nova” forma política de gestão empresarial: a responsabilidade social empresarial. As ações de responsabilidade social, por conseguinte, propagam entre trabalhadores e sociedade civil o discurso do exercício da cidadania empresarial, repassando compulsoriamente às empresas que as desenvolve o *status* de “empresa cidadã”, pois se apresenta como princípio o compromisso com o desenvolvimento da cidadania e com o bem-estar social e físico de trabalhadores e dependentes conveniados.

De acordo com Rizzotto (2000), o estudo de qualquer ação profissional [e aí incluímos a prática educativa do Serviço Social] não pode ocorrer a partir de uma análise intrínseca a ela, nem como um ideal a ser alcançado naturalmente pelo desenvolvimento geral da sociedade, mas a partir da compreensão da base material e das relações objetivas e subjetivas em que ocorre.

A exposição deste trabalho será feita em três capítulos. No primeiro discutimos a trajetória do Serviço Social no Estado, vinculando-o à temática da relação entre trabalho e educação, e apresentando as diretrizes desta profissão para os países periféricos. Ressaltamos o marco de institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho e como a função educativa da profissão se transforma e redimensiona ante as mudanças ocorridas nos processos históricos de organização/ reorganização da produção e do trabalho.

No segundo capítulo analisamos os perfis pedagógicos do Serviço Social no processo de organização da cultura na sociedade capitalista, ressaltando como a função de controle

social da classe trabalhadora, pelo Serviço Social, adquire perfis pedagógicos diferenciados segundo as mudanças no processo produtivo.

No terceiro capítulo procuramos identificar o caráter educativo do Serviço Social do Comércio, relacionando a institucionalização desta entidade patronal com os objetivos de não-alinhamento dos países periféricos aos ideais comunistas e sua vinculação [aí incluindo o Brasil] com a política desenvolvimentista de matriz norte-americana. Para subsidiar esta abordagem, realizamos estudos documental e bibliográfico que possibilitaram uma aproximação das determinações postas pelo próprio objeto investigado na realidade histórico-social.

O Estado, portanto, constitui-se em um espaço contraditório de ação política e de exercício do poder, no qual as relações de forças nacionais e internacionais se encontram e ajudam a dar conformação a cada situação específica. Assim, o estudo de um objeto como o caráter educativo do Serviço Social do Comércio, que está imbricado neste espaço e repleto destas determinações, implica uma análise dos vários graus das relações de forças que perpassam tanto as relações sociais objetivas quanto o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

# **1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL**

## **1.1 RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NO SISTEMA CAPITALISTA**

O modo de produção capitalista se expressa por um conjunto de relações sociais de produção e reprodução de relações sociais próprias da produção capitalista. E essas relações sociais se alteram e se modificam de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, é preciso buscar nas relações sociais, existentes no interior do processo de produção capitalista, a compreensão das formas como o capital organiza a sociedade e “educa” a classe trabalhadora, visto que “nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação” (MÉSZÁROS, 2005, p.263) e que as relações sociais, por sua vez, influenciam tanto na formação intelectual e espiritual, quanto na científica e técnica da classe trabalhadora.

Compreender o real funcionamento da sociedade capitalista requer tanto conhecer os mecanismos de produção e troca quanto o complexo sistema educacional; porque a educação também é responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores da sociedade capitalista:

As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam automaticamente. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares interiorizam as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos ‘contribuem para manter uma concepção de mundo’ e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção do mundo (MÉSZÁROS, 2005, p.264).

Portanto, a tarefa de transcender as relações sociais de produção alienadas, sob o capitalismo, deve ser entendida a partir de uma proposta educacional emancipatória, na qual o trabalho e a educação não estejam subordinados à dinâmica de exploração do capital. Pensar a educação na perspectiva da transformação social impõe romper o vínculo, que ainda hoje persiste, desta com o processo de interiorização das condições de legitimidade do capital que explora o trabalho como mercadoria, para induzir os trabalhadores a uma aceitação passiva.

Quando desenvolveu sua análise sobre o modo de produção capitalista, Marx salientou que a história da formação do trabalhador no capitalismo é a história da sua desqualificação e, para explicitar tal propósito, “Marx remonta ao surgimento da produção capitalista como um modo peculiar de produção caracterizado por determinadas relações de produção que trazem,

como um dos resultados, a exploração do trabalho humano e a sua alienação” (KUENZER, 1989, p.32).

A forma como o capital organiza a produção e a reprodução das relações sociais, no interior da fábrica, constitui um projeto pedagógico, muitas vezes pouco explícito ou disfarçado de aparente “democracia”, mas sempre presente, cuja finalidade é a formação de um determinado tipo de trabalhador conveniente aos interesses do capital.

Esse trabalhador é o trabalhador assalariado, que coloca à venda, no mercado, a sua força de trabalho, como único meio para garantir os bens necessários para a sua reprodução biológica e a de sua família.

Os capitalistas, proprietários dos meios de produção, compram dos trabalhadores a força de trabalho, que na condição de mercadoria passa a ser trocada por um salário que deveria ser suficiente a fim de que o trabalhador pudesse repor os meios necessários à sua sobrevivência e a de seus dependentes. Contudo, o salário que é pago pela força de trabalho despendida na produção de mercadorias não cobre o trabalho excedente, isto é, o lucro advém do fato de que o trabalhador recebe um salário menor do que o valor do objeto por ele produzido.

A mais-valia, base fundante da acumulação capitalista, é produzida através do trabalho excedente e abrange dois aspectos: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A primeira resulta do aumento da jornada de trabalho, ao passo que a mais-valia relativa resulta da potencialização da produtividade da força de trabalho, por meio da introdução de novas tecnologias e pela racionalização do processo de produção, tendo como conseqüência a constituição de um trabalhador individual, o que vem a favorecer o domínio do capital sobre o trabalho.

Com o trabalho assalariado, temos também a formação de um trabalhador expropriado e alienado<sup>3</sup>, pois este não possui mais sua força de trabalho, que passa a ser controlada pelo capitalista, e ao mesmo tempo se aliena do fruto do seu trabalho, que pertence a outrem. Dito em outras palavras, o trabalhador assalariado já não se reconhece no produto do seu trabalho, que se constitui em uma pequena parte de um processo total, que ele não domina, não controla e que não lhe pertence.

---

<sup>3</sup> A alienação significa o não-reconhecimento de si nos seus produtos, na sua atividade produtiva e nos demais homens, que lhe surgem como seres estranhos e exteriores a si. Independentemente do que possa sentir o operário, a alienação tem um conteúdo objetivo, evidenciado pela sua pauperização material e espiritual, em contraste com a riqueza que produz; o trabalho alienado, além de produzir mercadoria, produz a força de trabalho como mercadoria; o produto do trabalho se traduz em puro meio de subsistência e não em uma atividade vital; o operário é separado do seu produto e dos meios de produção, que são apropriados pelo capitalista (KUENZER, idem, p.33).

A compreensão do processo de produção capitalista, enquanto processo de alienação objetiva do trabalhador, esclarece a base da “mistificação do capital”, que considera o processo de produção como relação entre coisas, entre objetos materiais.

Todavia, as relações sociais de produção capitalista não se expressam nos meios de produção ou nas mercadorias; ao contrário, trata-se na verdade de relações sociais concretas entre pessoas, entre indivíduos antagônicos que representam classes sociais diferentes: burguesia e proletariado. Um detentor dos meios de produção; o outro, detém apenas a sua força de trabalho.

O ponto máximo da alienação do trabalho ao capital se encontra nos limites da subsunção real. Nela se realiza a alienação pela expropriação do trabalhador, dos seus instrumentos de trabalho do processo produtivo e do produto. Ainda que a subsunção real nunca se realize completamente, por causa da resistência da força de trabalho<sup>4</sup>, ela significa uma revolução em termos capitalistas, em relação à subsunção formal própria ao modelo de produção artesanal.

O processo de divisão do trabalho, iniciado na manufatura, consolida-se na grande indústria moderna com o uso das ciências naturais como forças produtivas independentes do trabalho e a serviço do capital. Na manufatura, os trabalhadores individuais ou em grupos desenvolviam um processo parcial com seu instrumento manual, mas com o advento da máquina, esse subjetivo da divisão é suprimido, havendo subsunção real do trabalho ao capital. Nesse processo mecanizado, o meio de trabalho convertido em maquinaria substitui a força humana por forças naturais e a rotina empírica pela aplicação científica:

Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções [...], só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo (MARX, 1997, p.20).

A mecanização, originária da própria divisão do trabalho presente na manufatura, retira a necessidade de fixação do trabalhador a uma operação parcial, destruindo o único obstáculo que a necessidade de qualificação, já reduzida, ainda impunha ao domínio do capital. Dessa

---

<sup>4</sup> Contraditoriamente ao processo de alienação do trabalho, a força de trabalho, consumida enquanto mercadoria, pelo capitalista, não se separa do trabalhador, o que impõe certos limites ao capital, já que ela, em alguns aspectos, foge ao controle deste, submetendo-a à dependência do próprio trabalhador, que decide sobre sua utilização racional, o que acarretaria riscos ao capital, cuja essência é a produção da mais-valia (KUENZER, idem, ibidem).

forma, a máquina, enquanto instrumento de trabalho, passa a ser o sujeito ativo da produção, enquanto que o trabalhador passa a ser mero apêndice; portanto, transfere-se toda a habilidade que antes pertencia ao trabalhador para a máquina, e o parcelamento do trabalho se guia pela simples distribuição dos operários pelas diferentes máquinas especializadas e em diferentes seções.

A organização do trabalho, por meio da manufatura, tornou possível uma divisão parcial do trabalho no processo produtivo, mas ainda predominava a habilidade do trabalhador sob o meio de trabalho. No período manufatureiro, a produção de mercadoria ocorria através do trabalho coletivo, no qual vários trabalhadores – divididos em atividades parciais –, cada um com suas habilidades, destreza e força física, realizavam a produção. Portanto, o ponto de partida da manufatura é a divisão fisiológica do trabalho, em que cada trabalhador, de acordo com suas habilidades naturais, executa uma parte do produto final, sob o controle do capitalista.

Em decorrência do processo de parcelamento do trabalho, opera-se uma mudança fundamental quanto à qualificação do trabalhador. O trabalhador assalariado se diferencia do artesão. Enquanto o artesão domina todo o processo de planejamento, seleção da matéria-prima e confecção do produto, o assalariado, reunido na fábrica, preso a uma atividade parcial, tem restringidas as suas necessidades de qualificação, visto que precisa apenas dominar uma parte de um processo maior.

Dessa maneira, a manufatura, ao apropriar-se do trabalho:

Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas [...]. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os próprios indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial (MARX, 1988, p.412).

Outra diferença entre o artesão e o trabalhador assalariado é o fato de que este passa a produzir sob o controle do capitalista, a quem pertencem os meios de produção e a sua força de trabalho, de maneira que é o capitalista quem decide o que vai ser produzido, como produzir e de que forma os meios de produção devem ser utilizados para que não haja desperdício de matéria-prima. Conseqüentemente, o resultado do trabalho também pertence ao capitalista.

Para além desses trabalhadores, meros executores, de uma operação simples, emerge a necessidade de formação de alguns profissionais com alta qualificação para desempenhar as funções de supervisão e administração, visto que com a divisão do trabalho surge uma nova

modalidade de assalariado [trabalhador intelectual], a exigir uma direção que harmonize as atividades individuais e promova a melhor utilização possível dos meios de produção.

Avançando na discussão da relação entre o sistema de produção e a educação do trabalhador, outro aspecto importante a ser considerado é o fato de que concomitante ao modo de produção capitalista emerge também a educação burguesa, de caráter nacional e laico, que assume a tarefa de aprimorar uma mercadoria especial, “a livre força de trabalho humano” para o mercado de trabalho.

À dinâmica desta nova ordem societária que emergia era necessária a formação de homens, mulheres e crianças que soubessem ler, escrever e tivessem corpos saudáveis para o trabalho industrial. Para a burguesia, o trabalhador não nascia pronto e tampouco poderia ser fruto de uma instituição educativa inspirada no desprezo ao trabalho produtivo<sup>5</sup>. Era preciso modificar a estrutura educativa, incluir o trabalhador, sua produção, instrução e educação para tirá-lo da ignorância alimentadora dos velhos preconceitos do antigo regime e para reeducá-lo nos novos hábitos de disciplina, “a disciplina não tanto moral do controle dos vícios, mas a disciplina do tempo, do trabalho, da economia e do esforço” (ARROYO, 2004, p.87).

A burguesia não poderia aceitar que apenas a educação das classes improdutivas fosse legítima, nem que estes fossem os produtores do saber, nem que a escola fosse o único espaço da educação. A compreensão da educação, enquanto ocupação para os ociosos, era reconhecida pela burguesia como um obstáculo, “por ocupar o tempo precioso de jovens e adultos que deveriam trabalhar e produzir, porque o saber tido como saber é inútil para o progresso e, ainda, esse saber produz preconceitos contra o trabalho produtivo” (ARROYO, 2004, p.86).

Na perspectiva de reversão da indignidade do trabalho e do negócio e da dignidade do ócio, a burguesia busca redefinir a concepção do saber e de sua produção. A imagem do pensador agora é transferida ao trabalhador, e o campo de atuação abrange a relação entre escola-vida, educação-progresso, pois o conhecimento legítimo só tem sentido se for útil. O trabalho é tido como o elemento pedagógico por excelência; emerge como elemento central

---

<sup>5</sup> A educação existente no velho regime (feudalismo) apresenta como função social específica o cultivo do espírito e da cabeça, não as mãos. Trabalho e produção aparecem contrários na construção do campo educativo da educação monástica, que é estruturada num movimento que visa à auto-reprodução de indivíduos diferenciados: os monges e os clérigos e, posteriormente, os letrados e os burocratas. No antigo regime o educativo se configurara sob o domínio repressão-libertação, expressando não apenas uma visão dual de homem (corpo-braços *versus* espírito-cabeça), mas expressando a realidade social e a diferente vinculação dos homens com o processo produtivo: os trabalhadores manuais, os que vivem para produzir, e os trabalhadores intelectuais, os que vivem do trabalho de quem produz. Somente estes produzem saber, cultura, educação. É a minoria culta e cultivada, em oposição à maioria inculta, tão rude quanto o trabalho em que se ocupam (ARROYO, 2004, pp. 84-6).

do progresso material para a satisfação das necessidades materiais do homem e não como libertador do espírito; surge como elemento formador de um novo homem.

Para os defensores do capitalismo a educação deveria estar a serviço da formação de um tipo novo de homem, não do homem improdutivo, ocioso, mas do homem produtivo, o homem de uma nova ordem capitalista, constituído de uma nova ética econômica. E para construir este novo homem fez-se necessária a construção de uma nova instituição: a *escola do trabalho*, que tem como propósito a educação do homem comum para o trabalho e pelo trabalho. Sobre a finalidade da educação burguesa, afirma Nosella (2004, p. 33):

É uma educação que se preocupa com a formação da mão-de-obra no sentido de torná-la mais adequada às novas funções nas fábricas e nos serviços modernos. Ao invés de cultivar as habilidades manuais, reforça o nivelamento cultural, o amor ao trabalho que liberta, amor à disciplina, transmite informações básicas de ciências naturais e mecânicas, difunde uma religião natural, negando os fanatismos, defende o espírito laico e o individualismo civil.

A proposta da educação burguesa, baseada na educação pelo trabalho para produzir trabalhadores, traz como consequência principal para os processos pedagógicos — já que estes devem estar vinculados ao mundo do trabalho e da produção — o deslocamento da educação enquanto processo de formação humana para a concepção do trabalho como princípio educativo para produzir trabalhadores convenientes aos propósitos do capital.

A sociedade capitalista teria de produzir, além de mercadorias, homens novos, trabalhadores novos dentro dos próprios processos de produção e reprodução das relações sociais, e não no interior de uma escola<sup>6</sup>. Entretanto, é preciso esclarecer que a burguesia não inviabiliza o uso da escola, uma vez que a escolarização elementar passou a ser uma dentre tantas outras condições para sobreviver na lógica capitalista: “o novo trabalhador inglês, o homem do capitalismo industrial, precisava ler e escrever. Os novos técnicos careciam de sólida educação científica para atuar na produção fabril” (VIEIRA, 2004, p. 138).

No contexto histórico do capitalismo, a escola não se constitui como único local privilegiado do saber. Também nos processos de trabalho e nas lutas pela organização científica do trabalho se dá o conflito pelo saber, pela educação e pela cultura:

---

<sup>6</sup> Em seu texto “O direito do trabalhador à educação”, Miguel G. Arroyo explicita que a burguesia tem mostrado mais cuidado em não perder a batalha educativa que se dá nas praças, nas vilas e bairros, nos sindicatos e partidos, nas usinas e nas fábricas, do que nas escolas. Lá se mostrou sempre mais repressiva do que aqui. É mais severa a repressão aos processos educativos e aos educadores e militantes que ousam penetrar no espaço educativo do cotidiano, do trabalho, da produção, da organização política, do que a repressão às pedagogias e aos pedagogos que tentam ser críticos na escola (ARROYO, 2004, p.90).

A classe que detém o poder material em certa sociedade detém também o poder intelectual, uma vez que possui os instrumentos materiais e conceituais para a elaboração do conhecimento; àqueles que são recusados os meios de produção intelectual só resta a submissão. Esse saber, elaborado pela classe dominante e que reflete seus interesses particulares, é apresentado como universal, como o único razoável e verdadeiramente válido (KUENZER, 1989, p. 47).

Assim, o saber produzido pelo capital está a serviço dele, serve aos seus propósitos de reprodução ampliada da mais-valia, bem como intensifica a subordinação do trabalho ao capital através da atividade parcial e pela simplificação do processo produtivo.

Tal perspectiva coloca-se como referência nos processos de racionalização da assistência social, quando o capital, utilizando-se de elites burguesas vinculadas à ação social da Igreja, busca formas de manter o controle sobre os operários por meio de ações educativas. O estudo das condições sócio-históricas de surgimento e de implantação da assistência social é de fundamental importância para compor uma base teórica e histórica da direção social dos primeiros agentes da assistência que nos conduzirá a uma análise sobre a constituição da formação ideológica do princípio educativo da prática profissional do Serviço Social.

## **1.2 CAPITALISMO MONOPOLISTA E MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS: DEMARCAÇÕES DO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL**

As transformações socioeconômicas e tecnológicas ocorridas na Europa durante o último quartel do século XIX e início do XX, fruto da difusão do processo de urbanização-industrialização, constituem, sem dúvida, um marco importante na história da evolução do capitalismo industrial.

A difusão do industrialismo e o desenvolvimento tecnológico resultaram na afirmação da classe operária e no surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores, impondo uma nova relação de forças entre capital e trabalho. Além disto, estimularam o avanço da doutrina social da Igreja, propondo alcançar a justiça social através da solidariedade cristã o desenvolvimento dos ideais socialistas em oposição à sociedade burguesa capitalista dominante e a elaboração dos princípios da organização científica do trabalho, racionalizando a produção.

O avanço tecnológico da Revolução Industrial do século XIX, na Inglaterra, foi acompanhado de importantes alterações no processo de trabalho fabril, revelando, desde logo,

que suas influências não se limitavam apenas à transferência do centro econômico das áreas rurais para as urbanas, levando ao surgimento de metrópoles cosmopolitas, mas também à necessidade de adequar a destreza individual do trabalhador aos processos mecanizados.

A introdução da máquina no processo de produção alterou tudo o que havia ao seu redor, impondo a construção de uma nova rede de relações sociais, uma ampliação da divisão social do trabalho, um novo ritmo de vida e de trabalho. A substituição da força humana de trabalho pela máquina lançou para fora do mercado de trabalho uma grande massa de trabalhadores que de uma hora para outra perderam seus meios de subsistência, aumentando o exército industrial de reserva e produzindo o fenômeno da pauperização da classe operária.

A marcha da expansão do capital através da industrialização favoreceu o aumento do trabalho assalariado, visto que as indústrias modernas necessitavam de braços operários. Para isto era preciso promover a mobilidade da mão-de-obra, transferir o trabalhador do campo para a cidade. Para conseguir a livre circulação do trabalhador a burguesia precisou conseguir do Estado burguês a revogação de antigas leis que impediam o deslocamento do homem do campo para as cidades.

Buscava-se alterar os dispositivos legais que impediam a expansão do capital, porém mantendo inalteradas as leis que beneficiavam a burguesia. As primeiras alterações legislativas, ainda nas primeiras décadas do século XIX, como a revogação da Lei do Assentamento e as alterações no Estatuto dos Residentes, mantinham relação direta com a necessidade da burguesia em possuir uma grande oferta de força de trabalho.

Sobre a necessidade de mobilidade da mão-de-obra, Martinelli (1995, p. 56) afirma:

O campo de investimento do capital era definido essencialmente pela oferta de trabalho e pela reserva de mão-de-obra disponível, o que pressupunha a existência de um grande número de trabalhadores à disposição da expansão do capital. Assim, a liberdade de trabalho e a liberdade religiosa, que a acompanhou, eram acima de tudo estratégias para fortalecer o tráfico mercantil que caracteriza o modo de produção capitalista.

Sob o discurso da igualdade e da liberdade de todos os indivíduos, a burguesia ocultou a profunda desigualdade das classes, construída a partir da marca do antagonismo, da contradição e da alienação. Também ocultava a real intenção de promover a mobilidade da força de trabalho, transformando-a em mercadoria. Assim, os ideais da igualdade e da liberdade eram na verdade estratégias facilitadoras da livre concorrência, mecanismo indispensável ao mercado capitalista.

Mas mesmo então, quando os pobres, antes camponeses, foram se convertendo em trabalhadores, e foram abolidas as condições que impediam a livre formação de preços e quantidades no mercado de trabalho, estes seguiram privados de condições dignas de trabalho e de existência.

Com a reforma da Lei dos Pobres, que tem lugar em 1834, o mercado de trabalho é finalmente liberado; todavia, o trabalho nas fábricas era realizado em condições degradantes. Realizado por homens, mulheres e crianças, em jornadas de 12 a 14 horas, em semanas de seis dias inteiros e freqüentemente incluindo as manhãs de domingo; os salários eram de fome, as condições de trabalho eram terríveis e os capitalistas tratavam as reivindicações dos trabalhadores como uma afronta, considerando-os como classes perigosas.

À proporção que as forças produtivas sociais do trabalho evoluíam [devido à cooperação, à progressiva divisão social e técnica do trabalho, à aplicação da maquinaria, à aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico no processo produtivo], a pobreza crescia assustadoramente em igual proporção à capacidade de produzir riquezas.

Inconformados, os trabalhadores empreenderam sucessivas manifestações contra a situação de miséria em que viviam. Reivindicavam melhores salários, a redução das jornadas de trabalho e a proibição do trabalho infantil e feminino. A cada conquista, o movimento operário iniciava outra fase de reivindicações, constituindo-se como uma ameaça real às instituições sociais existentes.

Preocupados com as constantes ameaças do movimento operário, em face do novo risco social, o Estado terá um papel importante a desempenhar ao longo das décadas do século XIX e seguintes, garantindo direitos aos trabalhadores, por intermédio da legislação fabril e sindical, sem os quais a economia de mercado se arriscaria a perder suas próprias bases.

Para responder às necessidades de expansão do capital e às pressões dos trabalhadores o Estado burguês se “amplia” a partir de 1848, por exemplo, com a “legislação social” determinando medidas sociais de proteção à classe trabalhadora<sup>7</sup>. Uma delas foi o

---

<sup>7</sup> O processo de urbanização e industrialização que ocorreu a partir da Revolução Industrial, particularmente na Inglaterra, trouxe inúmeros problemas de ordem sanitária, educacional, habitacional e de segurança sobre o modo de vida da classe operária, que obrigaram o governo civil central inglês a mudar sua postura não intervencionista, fazendo com que o Estado passasse a desempenhar determinadas funções, mediando relações sociais de produção. A intervenção estatal, naquele momento histórico, ocorre tanto por meio da formulação de medidas legais para regulamentar a economia, como pela prestação de serviços públicos, julgados imprescindíveis para este novo modo urbano-industrial de viver e produzir. Entretanto, há que se dizer que as políticas e os serviços sociais surgidos naquele período, ou em qualquer outro da história do capitalismo, não resultaram de princípios humanistas deste sistema, mas sempre foram produtos de amplos movimentos reivindicatórios. A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir a partir das mobilizações operárias (VIEIRA, 2004).

barateamento geral das mercadorias e gêneros alimentícios que entravam na composição da subsistência do trabalhador.

A garantia de alimentos era muito importante para o capital, porque à medida que conseguiam baixar o custo da força de trabalho, mediante a oferta de alimentos básicos a preços baixos, podiam conservar os salários dos trabalhadores sempre baixos. Além disto, a oferta de alimentos básicos propiciava manter sob controle a energia física de trabalho, porque um trabalhador com uma alimentação deficiente não produz o suficiente para manter a produção de mais-valia.

A grande oferta de mão-de-obra e de uma força de trabalho ainda desorganizada, mais a manutenção de salários baixos foram condições que mantiveram durante toda a primeira quadra do século XIX o domínio do capital sobre o trabalho. A burguesia, apoiada pelo Estado, utilizou-se de seu poder de classe para manipular livremente a oferta de salários e as condições de trabalho, amparada em dispositivos legais que proibiam reivindicações de salários e impediam a participação do trabalhador nas decisões sobre sua própria vida e sobre o processo de trabalho.

A grave situação de miséria e exploração, realidade dramática do capitalismo, constituía um grande motivo de preocupação dos trabalhadores da sociedade urbano-industrial inglesa. À medida que se dava seu processo de organização, suas reivindicações foram transformadas em bandeiras de lutas. Entre tais reivindicações situamos a revogação da Lei dos Pobres e o direito de associação dos trabalhadores ingleses no início da terceira década do século XIX.

Todavia, a correlação de força existente favoreceu a burguesia, que através do Parlamento reverteu os objetivos dos trabalhadores de revogar uma “lei tão discriminatória e pelo reposicionamento das bases da assistência pública, eliminando de seu contexto a exclusão da cidadania”<sup>8</sup> e reformulando-a em novas bases, nas quais se transformavam as antigas Casa de Correção em Casa de Trabalho, criando-se as Caixas dos Pobres, para concessão de auxílio semanal ou mensal. Porém, para que os trabalhadores tivessem acesso às Casa de Trabalho ou à concessão de auxílio era necessário submeter-se a um rigoroso inquérito sobre sua vida pessoal e familiar<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Martinelli (1995, p.58).

<sup>9</sup> Em Identidade e Alienação, Martinelli (idem, ibidem) afirma que a realização de inquérito sobre a vida pessoal e familiar dos trabalhadores implicava o retorno da temida figura tudoriana do “inspetor da Lei dos Pobres”, volta rediviva ao cenário do século XIX, cabendo-lhe a responsabilidade pela realização do inquérito e pela fiscalização das condições de vida daqueles que passavam a ser atendidos pelo sistema de assistência pública.

A submissão ao inquérito, como forma de conseguir assistência pública via concessão de auxílios, implicava ao trabalhador reconhecer-se como dependente do poder público e, portanto, preso a uma vida controlada por normas ou regulamentos. Assim, mesmo livrando-se, através de uma nova lei, de viver preso em um único lugar, os pobres não conseguiram libertar-se do jugo do capital.

Embora vencidos pela burguesia através do Parlamento, os trabalhadores não desistiram. Suas mobilizações operárias ampliaram-se durante todo o século XIX<sup>10</sup>, adquirindo paulatinamente a marca de lutas coletivas<sup>11</sup>. Essas lutas determinaram uma refuncionalização do poder político, que implicou a criação e promoção de direitos e a ampliação da cidadania política, por meio do sufrágio universal. Isto porque o Estado, enquanto representante da burguesia, não poderia manter e/ou reproduzir a dominação burguesa apenas com o uso da coerção física, da violência, mas, principalmente, com a ideologia que constitui um instrumento eficaz para manter a ordem burguesa.

As manifestações operárias eram um grande motivo de preocupação para os capitalistas, cujo objetivo era a consolidação de um mercado livre, abalado todas as vezes que os trabalhadores se manifestavam de forma coletiva e diversificavam os meios e modos de protagonismo social.

As derrotas sofridas pela classe operária entre 1845 e 1848 — quando o proletariado afirma sua competência política e revolucionária — marcam a fase final da primeira etapa de uma longa batalha entre a burguesia e o proletariado, pois pela primeira vez os dois protagonistas históricos defrontaram-se, mesmo que os trabalhadores tenham sido derrotados pelos instrumentos de coerção do Estado.

Preocupados com o crescente movimento da classe operária e com a generalização da miséria, produzida pelo capital, a classe burguesa trata de se unir ao Estado e à Igreja em busca de estratégias para controlar as manifestações dos operários.

O esforço conjunto dos capitalistas, do Estado liberal burguês e da própria Igreja Católica se centrou no objetivo de dar ao poder político uma estabilidade plena, acima dos interesses de classes, em que o Estado pudesse ser entendido como um instrumento legítimo

---

<sup>10</sup> Podemos dizer que de certo modo essas lutas persistem até os dias atuais.

<sup>11</sup> Os movimentos insurrecionais de 1848 ocorridos na França era um testemunho vivo do crescimento coletivo da força operária, de sua impulsiva combatitividade; sobretudo era a calorosa demonstração de sua luta contra a violência do capitalismo e contra a sociedade burguesa constituída. As derrotas sofridas pelos trabalhadores naquele momento ofereceram, porém, o espaço necessário para que a burguesia avançasse na consolidação de seu poder de classe (MARTINELLI, 1995, p. 59).

de justiça social<sup>12</sup>.

As derrotas sofridas pelos trabalhadores na França, a diminuição do movimento cartista e os dispositivos legais que cerceavam a ação política dos trabalhadores “tornavam a burguesia confiante de que o recuo histórico dos trabalhadores era irreversível” (Martinelli, idem, p. 60) perante o momento de expansão capitalista.

Assim, a preocupação maior da burguesia, no final da primeira quadra do século XIX, era criar formas e alternativas que possibilitassem ajustar aos interesses do capital [expansão e consolidação de um mercado livre] tanto as reivindicações dos trabalhadores como o alastramento dos problemas sociais.

A expansão dos problemas sociais [miséria, fome, violência, prostituição etc.] deixava a burguesia apreensiva, visto que estes expõem uma face do capital que a burguesia cuida em ocultar: a face da opressão, da exploração, da dominação e da expansão da miséria. Era importante e podemos acrescentar que ainda hoje é crucial para o capital esconder esta realidade, por ele produzida, como forma de autopreservação, e evitar que suas próprias contradições e antagonismos favoreçam a organização dos trabalhadores e da estruturação de sua consciência de classe.

Portanto, é preciso para os capitalistas criar a imagem do capitalismo como um regime irrevogável, como uma ordem justa e a mais adequada, conforme expõe Martinelli (1995, p.61):

Manter intocada a sociedade burguesa e a ordem social por ela produzida era um verdadeiro imperativo para a burguesia. Para tanto se tornava indispensável recorrer a estratégias mais eficazes de controle social, capaz de conter o vigor das manifestações operárias e a acelerada disseminação da pobreza e do conjunto de problemas a ela associados.

Com a preocupação de ocultar a face opressora e de dominação do capital e conseguir manter o controle social sobre os trabalhadores, a burguesia procurou rever suas estratégias e procurou refuncionalizar uma antiga estratégia: as práticas assistenciais. Apoiando-se na experiência do feudalismo, quando as relações sociais de produção eram baseadas no trabalho

---

<sup>12</sup> O Partido Social-Democrata da Alemanha adotou como estratégia partidária uma política reformista, “com base em reivindicações de ordem imediata, como aumento das franquias democráticas e melhoras nas condições de vida dos trabalhadores” adotando o Estado como meio para garantir direitos sociais, denotando assim o aspecto legal, que se constituirá em propriedade característica da social-democracia contemporânea. A tese de que a luta proletária deve se deslocar para os interesses imediatos e que a democracia é um instrumento que ultrapassa os interesses privados para se encontrar com os desejos das classes proletárias produz o entendimento de que o Estado tem como função representar o interesse geral, estando acima do conflito de classes e que quanto mais o poder político [Estado] tiver autonomia e democratização progressiva deixará de ser um instrumento de dominação e opressão para se tornar um defensor do bem comum (SILVA, 2003, p.82).

servil e as práticas assistenciais eram utilizadas como condição para sujeitar o servo ao senhor feudal, os donos do capital buscam reconstruir estas práticas sob novas bases para constituí-las como mecanismos de poder e hegemonia:

A busca de racionalização da prática social desejada pela burguesia tinha objetivos muito claros, relacionando-se diretamente ao seu projeto hegemônico de domínio de classe. Racionalizar a assistência nessa fase final da primeira metade do século XIX, quando a Europa era uma vasta república burguesa, após as derrotas dos trabalhadores, significava transformá-la em um instrumento auxiliar do processo de consolidação do modo de produção capitalista, em uma ilusão necessária à eterna reprodução das relações capitalistas de produção (MARTINELLI, *idem*, p. 63).

Para responder aos seus objetivos e preocupações, a burguesia se aproxima de agentes que vinham de experiências da prática de ações filantrópicas, naquele período, objetivando a racionalização da assistência e sua normatização para que assim pudesse apropriar-se da prática social e submetê-la aos seus anseios.

Neste período existiam duas grandes tendências de prática social que podiam ser utilizadas pela burguesia para enfrentar a “questão social<sup>13</sup>”: a Escola Humanitária e a Filantrópica<sup>14</sup>. Por negar a existência de antagonismos entre as classes, a burguesia rapidamente se identifica com o ideário da Escola Filantrópica, visto que seu objetivo não era produzir mudanças na ordem social, mas reformar o sistema de assistência pública para mantê-lo sobre seu domínio, afastando as contradições que a desestabilizassem. Assim, a burguesia empenhou seus esforços de racionalização da assistência por essa direção, unindo-se nessa tarefa ao Estado e à Igreja.

Firmou-se uma aliança entre burguesia, Estado e Igreja para ocultar em um abstrato discurso humanitário, fundado na igualdade e na solidariedade entre as classes, as reais intenções da prática social burguesa, gerando a ilusão de que havia, por parte da sociedade, um interesse pelas condições de vida da família dos trabalhadores, por seu salário, por suas condições de habitação, saúde e educação (Martinelli, 1995).

---

<sup>13</sup> Por questão social se entendem as amplas expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 1998, p.77).

<sup>14</sup> A Escola Humanitária é a que lastima o lado mau das relações de produção atuais. Para tranqüilidade de sua consciência, esforça-se para amenizar o mais possível os contrastes reais [...] aconselha os operários a serem sóbrios, trabalharem bem e terem poucos filhos; recomenda aos burgueses que moderem seu furor na esfera da produção. A Escola Filantrópica é a escola humanitária aperfeiçoada. Nega a necessidade dos antagonismos; quer converter todos os homens em burgueses e aplicar a teoria, desde que esta se diferencie da prática e não contenha antagonismos [...]. Essa teoria equivaleria, então, à realidade idealizada (MARX, 1976, p. 99).

Um resultado concreto desta aliança, na Inglaterra, em 1869, foi o surgimento da Sociedade de Organização da Caridade, que reunia reformistas sociais que passaram a assumir de maneira formal a responsabilidade pela racionalização e pela normatização da prática da assistência. De acordo com Martinelli (1995, p.66), “surgiam, assim, no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de Serviço Social”.

Para Martinelli a gênese histórica da profissionalização do Serviço Social, na Europa e nos Estados Unidos, tem, pois, “a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes — alienação, contradição, antagonismo —, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 1995, p. 66).

É uma profissão que emerge, historicamente, segundo a autora, com uma identidade atribuída, pois atrelada a um projeto de hegemonia burguesa, durante o processo de expansão do capitalismo industrial, pelo capital expressando-se como um importante instrumento de controle social<sup>15</sup> da burguesia sobre a classe trabalhadora. Afastado pela burguesia das contradições próprias ao capitalismo, o Serviço Social atua como agente desmobilizador das reivindicações da classe operária; firma-se como uma prática humanitária, com uma ilusão de servir aos interesses da classe trabalhadora<sup>16</sup>.

Transitando contraditoriamente entre as necessidades do capital e do trabalho, sempre com a identidade que lhe fora atribuída pelo capital, o Serviço Social teve, segundo Martinelli (1995, p. 67):

Roubadas as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas de prática social, expressando-se sempre como um modo de aparecer típico do capitalismo, em sua fase industrial. Assim, o conjunto de expressões que se tem como manifestações específicas de sua prática são exteriorizações de sua identidade atribuída. Envolvendo seus agentes na ilusão de servir e os destinatários de sua prática na ilusão de que eram servidos, a classe dominante procurava mascarar as reais intenções do sistema capitalista, impedindo que este se tornasse transparente.

Assim, segundo a análise da autora, o Serviço Social em sua gênese estaria condicionado por uma identidade atribuída [repressora e controladora], totalmente externa e independente da vontade dos seus agentes. Significa dizer, segundo a autora, que esta

---

<sup>15</sup> Neste trabalho, estamos usando a expressão controle social de acordo com a concepção que lhe é dada por Mannheim (1971, p. 178): “o conjunto dos métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.

<sup>16</sup> Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-o da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas (MARTINELLI, 1995, p.67).

identidade atribuída retiraria a possibilidade histórica de a profissão criar uma identidade própria ou de vir a vincular-se a um projeto de classe que vise uma transformação real da sociedade vigente, isto porque a profissão surge, no cenário histórico, como um dos “mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista” (MARTINELLI, idem, p. 67).

Em oposição à perspectiva apontada por Martinelli, em que a prática profissional é socialmente determinada apenas por forças dominantes da sociedade burguesa, Marilda Villela Iamamoto, primeira autora, no Brasil, a refletir sobre a profissionalização do Serviço Social a partir da perspectiva histórico-crítica, busca um novo caminho de análise. Em sua obra clássica *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, a autora afirma que o Serviço Social “se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (IAMAMOTO, 1998, p. 77).

De acordo com Iamamoto a profissão é um produto histórico e não uma forma de evolução da caridade e da filantropia, situada no momento em que:

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 1998, p. 77).

Inserido na divisão social do trabalho, a autora compreende o significado da profissão como um dos elementos que participa do processo de reprodução das relações sociais de classes e da contradição existente entre elas, por meio da prestação de serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado. Assim, contribui tanto para a reprodução da força de trabalho quanto na reprodução da ideologia dominante.

É observado pela autora que embora a profissão seja um dos elementos auxiliares do capital no exercício de controle social e de difusão da ideologia dominante, o Serviço Social também faz parte do processo de reprodução das relações sociais. E este último, por sua vez, também se expressa pela reprodução das contradições fundamentais que a conformam, e estas contradições se gestam e se criam na totalidade das manifestações da vida cotidiana na sociedade capitalista.

Para Iamamoto (1998, p.94), “é a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço

de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir”. Assim, o significado social da prática profissional do Serviço Social depende da dinâmica social, das relações entre as classes e destas com o Estado, pois entende a autora que,

Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas: participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente (IAMAMOTO, idem, ibidem).

A autora considera que o Serviço Social, inserido na divisão social do trabalho, participe do processo de reprodução das relações sociais, não se situa unicamente como um mecanismo de controle e de difusão da ideologia dominante, mas pode se tornar um instrumento a favor da classe trabalhadora.

Em uma perspectiva teórico-metodológica semelhante à de Iamamoto, José Paulo Netto em seu livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (1992) apresenta se valendo de uma perspectiva crítica e de totalidade, uma concepção singular a respeito da emergência do Serviço Social como profissão: afirma que o surgimento da profissão Serviço Social está determinado no marco do capitalismo monopolista e realiza a superação da conceituação baseada em crônica essencialmente historiográfica e linear.

Embora a Crônica Historiográfica e Linear seja reconhecida pelo autor como rica em informações sobre o desenvolvimento histórico das tentativas de racionalização da assistência social à criação dos primeiros cursos de Serviço Social, ela não consegue superar uma tese simples, na qual a profissionalização do Serviço Social seria a resultante de um processo cumulativo cujo ponto de partida estaria numa relação de continuidade, que efetivamente existe, entre o Serviço Social e a organização da filantropia e da assistência social desenvolvidas desde o surgimento da sociedade burguesa<sup>17</sup>.

A relação de continuidade existente entre o Serviço Social e as formas de organização das atividades filantrópicas e assistenciais tem repercussões importantes no interior da profissão. Primeiro, segundo o autor, a constituição de um novo agente profissional, no marco da reflexão sobre formas de intervir nas refrações da questão social, não se criaria a partir do nada, sendo necessário refuncionalizar referências e práticas preexistentes, bem como as instituições e organizações às quais essas se vinculam.

---

<sup>17</sup> Esta relação é inegável, de acordo com Netto (1992), em realidade, muito complexa; de um lado compreende um universo ídeo-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo – ambos os veios cobrindo igualmente a assistência “organizada” e o Serviço Social. Sobretudo, a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos — a Igreja Católica.

Segundo, porque o decorrer histórico de consolidação das referências e práticas próprias dos assistentes sociais nem sempre implica a superação dos “suportes institucional-organizativos anteriores, podendo conservá-los por largo tempo”. Com relação ao Serviço Social, observa Netto que este processo ocorre de forma exemplar, criando para alguns pesquisadores a ilusão de se estar verificando, das protoformas do Serviço Social à profissão, um simples desenvolvimento imanente.

Para Netto, de forma decisiva, a análise mais aprofundada da tese sobre o surgimento do Serviço Social como profissão remete à discussão sobre a emergência de um mercado de trabalho para a atuação de um novo agente técnico: os assistentes sociais inseridos no processo mais amplo da divisão social e técnica do trabalho e, particularmente, no confronto entre capital e trabalho, na emersão da ordem monopólica na qual se instauram as condições econômicas, sociais, culturais e políticas para dar concretude a alternativas de intervenção social profissionalizadas.

Quanto ao caminho da profissionalização do Serviço Social, argumenta que decorre de um processo pelo qual agentes sociais se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do controle dos assistentes sociais. Nesta direção, afirma que precisamente quando passam a desempenhar funções que lhes são “alocadas por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam”.

A constituição de um mercado de trabalho para os assistentes sociais, via políticas sociais promovidas pelo Estado burguês para enfrentar a questão social, possibilitou uma ruptura com as matrizes originais das protoformas do Serviço Social, o que implicou a formação de agente inscrito numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer com um novo sentido no processo de reprodução das relações sociais: a sua funcionalidade estratégica passa a dimanar dos mecanismos específicos da ordem monopólica para a preservação e o controle da força de trabalho.

Embora os espaços socioocupacionais onde atuem os assistentes sociais, considerados enquanto espaços de relações sociais de poder interfiram diretamente na formação da função pedagógica do Serviço Social, esta também é moldada por aspectos socioeconômicos e políticos presentes nos processos de organização e/ou reorganização da produção que impõem possibilidades e limites à prática pedagógica do profissional de Serviço Social.

Considerando a influência dos processos de organização/reorganização da produção material e o interesse em apreender o real significado da função pedagógica do Serviço Social no âmbito da relação capital e trabalho, o capítulo seguinte apresentará um estudo sobre a

função mencionada, a partir de três perfis pedagógicos apresentados por Marina Maciel Abreu em sua obra “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional”.

## 2 SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Existe uma discussão dentro do Serviço Social na busca de coerência entre a relação teoria e prática atribuída ao fazer profissional, à sociedade e ao homem, as prioridades definidas e as formas de sua operacionalização, seja no processo de formação acadêmica, seja nos espaços públicos e/ou privados, onde o trabalho se efetiva de fato por meio da prática profissional.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a atuação profissional do assistente social não é homogênea, nem única, na definição de prioridades, estratégias, técnicas e procedimentos da intervenção profissional. Coexistem posturas profissionais diversas que atuam movidas por diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

O esforço em pensar teórica e metodologicamente a profissão e sua prática profissional requer um resgate das categorias teóricas buscadas para fundamentar uma dada proposta de ação profissional — no nosso caso, especificamente, a ação educativa no local de trabalho —, que por sua vez expressa uma maneira de ler a sociedade e entender a profissão nessa sociedade.

No desenvolvimento da construção da função pedagógica do Serviço Social nos deteremos em aspectos sócio-históricos, político-ideológicos e em configurações pertinentes à prática pedagógica que demarcam a institucionalização da profissão na relação capital e trabalho.

Nosso objetivo é apresentar uma discussão sobre a função pedagógica que a ação do assistente social exerce sobre os trabalhadores, a partir de sua inserção no processo de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo, no âmbito do trabalho, e em como estas relações sociais influenciam na dinâmica da sociedade; tendo como pressuposto que as possibilidades e limites dessa prática pedagógica são determinados pelos padrões de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No contexto das relações capitalistas de trabalho, podemos observar que o momento predominante do fazer profissional do Serviço Social não ocorre ante as exigências de transformação da natureza em objetos materiais, mas sim ante as necessidades de transformação do homem, no nível de sua consciência social.

Tal princípio funda-se na análise da práxis social, desenvolvida por Lukács (1974), na qual a posição teleológica da ação profissional do Serviço Social pode ser definida como uma prática pertencente a *posições teleológicas secundárias*, em que:

Esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia. Ou seja: nos conflitos suscitados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a ideologia produz as formas através das quais os homens tornam-se conscientes desses conflitos e neles se inserem mediante a luta (LUKÁSC, 1974, p. 9).

Portanto, a prática profissional do Serviço Social acontece no plano da imediatez da vida cotidiana dos indivíduos. Pode ser definida como uma atividade política viabilizada mediante um trabalho pedagógico, que incide tanto na reprodução material da força de trabalho quanto na sua reprodução espiritual, ou seja, sobre a consciência dos indivíduos sociais, objetivando a mudança de atos e comportamentos (IAMAMOTO, 2002).

Assim, em que pese essa posição teleológica secundária, que interfere no modo de viver e de trabalhar dos indivíduos, entendemos que a ação profissional do assistente social está imbricada numa estrutura de relações sociais de poder que pode constituir estratégias de controle e de exploração do trabalho pelo capital, ou pode vir a possibilitar a vinculação do Serviço Social ao processo de construção de uma ação educativa articulada com um projeto de transformação real da sociedade capitalista.

## **2.1 RACIONALIZAÇÃO DA PRÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROTOFORMAS DO SERVIÇO SOCIAL<sup>18</sup>**

As primeiras experiências de racionalização técnica e científica da assistência social surgem com a criação das Sociedades de Organização da Caridade na Europa e nos Estados Unidos, por volta de 1877. A gênese destas instituições está vinculada às iniciativas de setores dominantes da burguesia inglesa, estendendo-se posteriormente a outros países, resultante da aliança entre Estado e Igreja, expressando-se como estratégias de controle sobre a classe trabalhadora, conforme afirma Martinelli (1995, p. 97):

---

<sup>18</sup> Para o desenvolvimento desta análise histórica, buscamos subsídios nas obras de Martinelli (1995); Verdés-Leroux (1986) e Antonio Geraldo de Aguiar (1989).

Desde a era medieval e avançando para épocas mais recentes, que atingiram até mesmo o século XIX, a assistência era encarada como forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição daqueles que não tinham posses ou bens materiais. Assim, seja na assistência prestada pela burguesia, seja naquela realizada pelas instituições religiosas, havia sempre intenções outras além da prática da caridade. O que se buscava era perpetuar a servidão, ratificar a submissão.

A assistência social, apresentada por Verdés-Leroux (1986) como “contramovimento que se propõe a afastar a classe operária do socialismo, pela demonstração da inutilidade de recorrer à revolução para melhorar sua condição”, é concebida e financiada por grandes burgueses e aristocratas, agarrados às tradições autoritárias e à religião. Entendia esta fração da burguesia que só coibindo as práticas coletivas dos trabalhadores e mantendo um controle sobre os problemas sociais é que se poderia assegurar o funcionamento social adequado.

Nas primeiras propostas de prática da assistência social, esta é essencialmente uma ação praticada por mulheres [esposas de aristocratas] que dominam os comitês de patrocínio ou por jovens solteiras oriundas da classe burguesa. Vinculadas à Igreja<sup>19</sup>, as pioneiras da assistência social advinham de um meio restrito, possuidoras de um nível de integração suficiente para conduzir práticas comuns, orientadas para um mesmo objetivo, “assegurar a paz social [...] derrubar as barreiras, alcançar a fusão dos homens, a união íntima e fecunda de todas as classes” (VERDÉS-LEROUX, 1986, p.12).

O projeto de atuação das pioneiras da assistência social estava articulado com um conservadorismo político<sup>20</sup>, um reformismo social, que se expressa pela concessão de direitos sociais, tais como a previdência social, que surgia naquele momento como um novo instrumento de paz social, de transformação social, de conservação social.

Um aspecto interessante destacado por Verdés-Leroux (1986) é o de que a assistência social é freqüentemente reconhecida como uma das formas de caridade cristã ou confundida

---

<sup>19</sup> No final do século XIX e posteriormente nas décadas iniciais do século XX a Igreja Católica desempenha papel fundamental no apoio a classe burguesa para encontrar formas de enfrentamento da questão social. A situação de penúria vivida pelos trabalhadores europeus decorrentes do processo de industrialização e urbanização deu uma grande ênfase para a questão social, levando a Igreja a se posicionar. A Igreja via a época como de grande crise, de decadência moral e dos costumes cristãos, advindos segundo esta do liberalismo e do comunismo. Tendo por missão encaminhar o homem a conquista da felicidade eterna, a Igreja intervém na situação que é explicitada por esta como de desordem e que impede as pessoas de aceitarem a Deus, dadas as condições em que viviam. A Igreja promulga as Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, ambas propõem chamar a atenção da Igreja e do mundo sobre a situação operária e mostrar sua tarefa e contribuição. Contrapondo-se ao socialismo o Papa afirma que o que deve existir é a concordância das classes e não a luta entre elas: “é preciso erradicar o individualismo gerado pelo tipo de economia liberal e impedir o crescimento do comunismo [...]. É preciso reconstruir a sociedade. Essa reconstrução implica mudança da moral, dos costumes. É preciso recristianizar a sociedade” (AGUIAR, 1989, p.17-9).

<sup>20</sup> A tarefa assumida pela Sociedade de Organização da Caridade – racionalizar a assistência e reorganizá-la em bases científicas – acabou constituindo, na verdade, uma estratégia política através da qual a burguesia procurava desenvolver o seu projeto de hegemonia de classe. Ganhando uma dimensão econômica bastante evidente, a assistência posicionava-se como um, entre outros, mecanismo acionado pelo Estado burguês para garantir a expansão do capital (Martinelli, 1995, p.100).

com a assistência pública. Para a autora, a assistência social, ao contrário, surgiu a partir de uma crítica a estas duas formas de assistência:

A benemerência cristã censura-se por não ter servido para nada, a não ser manter a pobreza, reproduzi-la e por ter sido incapaz de opor-se à luta de classe e contribuir para a distensão social. No que diz respeito à assistência pública, considera-se que ela não somente é impotente, mas nociva -, já que baseada no reconhecimento dos direitos sociais. Ao dar a entender que a noção de direito é cega e, sobretudo, acanhada, a assistência social camufla a sua queixa real: é perigoso levar em consideração os direitos, pois isso equivale a admitir, ao mesmo tempo, que as dificuldades sociais não são apenas fenômenos singulares e aleatórios [...] mas são, sim, a consequência de processos econômico-sociais; e que a correção das desigualdades mais gritantes não se situa na esfera da benemerência e, sim, de uma negociação, que é função de uma correlação de forças (VERDÉS-LEROUX, idem, p.13).

A crítica aos resultados tanto da assistência pública quanto da caridade cristã vem acompanhada de uma crítica de seus métodos, que são julgados inadequados, desarticulados da psicologia das classes, pois tanto a caridade cristã quanto a assistência pública, ao não pedirem aos assistidos uma livre associação, não podem contribuir para a elevação destes, nem para a sua promoção.

Assim, a partir dessa constatação, os primeiros agentes da assistência social que se propõem a educar o povo deduzem a necessidade de uma formação particular, organizada rapidamente no quadro de escolas, que impõe certas exigências em relação ao seu público: “formar agentes não consiste apenas em fornecer-lhes conhecimentos técnicos [...], e, sim, em constituir para eles um *habitus*, isto é, um código de apreensão e de resposta capaz de preservar a legitimidade de sua intervenção” (VERDÉS-LEROUX, idem, ibidem).

Ao se constituir, a assistência social define como público-alvo de sua intervenção: a classe operária urbana, diferenciando-a do restante da população, considerados “assistíveis”. Isto significa que a assistência social abandona, nas mãos do Estado e da Igreja, os indigentes, ou outros “irrecuperáveis”, que constituem um grupo improdutivo e, para os capitalistas, politicamente inofensivo.

O que se percebe nos primórdios da racionalização da assistência social é que não se trata mais de oposição entre pobres e ricos, mas entre proletários e empresários. A classe operária é vista como um grupo ameaçador que precisa ser contido. Os promotores da assistência social reconhecem a existência de classes opostas e das diferenciações sociais.

Porém, o conflito é, no entanto, reduzido a uma oposição estática entre abastados e desfavorecidos, para a qual se dá uma interpretação psicológica: “a classe operária, ignorante e depravada, não é capaz nem de assegurar a si mesma o bem-estar teoricamente acessível a

todos [...] nem de assumir, por falta de estrutura moral, sua condição própria, pela adesão realista à ordem estabelecida; e nem mesmo de resistir aos agitadores que procuram desviá-la” (VERDÉS-LEROUX, *idem*, p. 14).

O desconhecimento da natureza real do antagonismo está igualmente presente nas formas de intervenção dos promotores da assistência social. Opondo-se às formas coletivas das ações de defesa, tais como sindicalismo, socialismo e consciência de classe, é preconizada entre eles uma ação individual, entendida como uma assistência educativa, adaptada aos problemas pessoais. A miséria material e a carência moral são tomadas como causas, necessitando de tratamentos sociais e educativos apropriados.

O projeto da assistência social nascente não se caracteriza, portanto, como o de ajudar os trabalhadores em dificuldades, mas o de educar a classe operária fornecendo-lhe regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigindo seus preconceitos, ensinando-lhe a racionalidade, disciplinando-a em seus trajés, nos lares, na economia doméstica e na maneira de pensar.

De acordo com os estudos de Verdés-Leroux (1986), o programa de educação afasta-se deliberadamente do ensino e caracteriza-se por um vigoroso projeto de reerguer a classe trabalhadora: “o pessimismo conservador passa a ocupar o lugar da adaptação coercitiva à libertação pedagógica, entendida esta à luz da filosofia do Iluminismo”. O discurso utilizado pelas pioneiras da assistência social não foi o de apresentar as classes trabalhadoras como delinqüentes e criminosas, mas o de constatar que elas são inferiores e que necessitam de educação familiar e social para superar sua condição de inferioridade.

Ao longo do tempo, a higiene e a educação foram sendo colocadas como atividades complementares da assistência social, visto que a péssima condição de saúde da classe trabalhadora impedia sua promoção. Um dos resultados concretos da articulação entre educação familiar e questões de higiene e saúde ocorreu em finais do século XIX, quando foi criado em Londres o Centro de Ação Social.

O trabalho do Centro de Ação Social estava direcionado ao atendimento de famílias de operários e dos pobres em geral. A visita domiciliar era a prática mais comum, caracterizando-se como um instrumento que permitia atingir dois objetivos: fiscalizar a vida pessoal e familiar da classe trabalhadora e socializar o modo de pensar da sociedade capitalista. A falta de confiança nos trabalhadores era grande; até mesmo seus problemas de saúde eram encarados como estratégias para fugir das árduas jornadas de trabalho. Os índices de absenteísmo eram rigorosamente controlados e a existência de faltas era motivo para acionar mecanismos punitivos.

A ocorrência da Primeira Guerra Mundial, no século XX, trouxe transformações significativas na orientação da assistência social: as mudanças de correlação de forças refletem-se no discurso produzido sobre a classe operária, assim como nos modos de intervenção.

A guerra estabeleceu como fato concretizado a hegemonia que a classe dominante não havia conseguido impor antes de 1914. Com a derrota do socialismo real o consenso pôde ser estabelecido em torno do reconhecimento da direção social da burguesia. Enfim, a burguesia pôde firmar uma real solidariedade entre empresários e proletários. É claro que os trabalhadores foram os que mais sofreram com esta “colaboração sincera”. As conquistas sociais de antes de 1914 foram questionadas. A legislação social foi praticamente suspensa, os salários foram rebaixados e houve um acréscimo na duração da jornada de trabalho.

É nesse momento de ascensão da direita ao poder que o discurso social também se modifica. Agora que os trabalhadores diminuíram seu poder revolucionário, as agentes da assistência social não precisam mais se preocupar com reformas sociais ou tomar precauções com autocensura. Antes de 1914, as agentes de promoção da assistência social esperavam que os trabalhadores procurassem educação e moralização em locais fora do ambiente das empresas, como os Centros de Ação Social.

Porém, com a ascensão do poder burguês, cria-se o Serviço Social das empresas. E dessa maneira a assistência social diversifica-se: “enfermeira-visitadora, superintendente de fábrica, visitadora-controladora do seguro social, assistente familiar polivalente” (VERDÉS-LEROUX, 1986, p. 20). Esta multiplicação dos campos de atuação da assistência visava permitir uma dominação generalizada sobre a vida cotidiana dos trabalhadores.

Em seu desenvolvimento sob formas especializadas, a assistência social encontra reconhecimento e demanda junto ao governo e aos meios políticos, e junto também a certas frações do patronato. Em troca deste reconhecimento, o discurso das agentes sociais ultrapassa as expressões de solidariedade de classe, passando a elogiar o ao empenho dos capitalistas em atender aos anseios da classe trabalhadora. Outro deslocamento ocorre na escolha da autoridade moral, pois nas décadas iniciais do século XX é a autoridade do médico que se impõe para elaborar a doutrina, confortar os agentes e justificar os novos modos de intervenção.

Para Verdés-Leroux, o Serviço Social de Empresa<sup>21</sup> constitui o local mais direto de enfrentamento; neste âmbito, as superintendentes de fábrica<sup>22</sup> têm uma aproximação maior com as reais condições de trabalho da classe operária. As superintendentes de fábrica foram introduzidas no local de trabalho como zeladoras do bem-estar físico e moral, porém estas redimensionaram sua atuação para uma efetiva vigilância moral. A ausência de conhecimentos técnicos, o etnocentrismo de classe e a própria educação foram fatores que, segundo Verdés-Leroux (1986), influenciaram o deslocamento que as superintendentes deram para sua prática profissional, transformando-a em instrumento de controle moral.

Embora estando próximas da realidade dos trabalhadores, as superintendentes não informam a penosa condição de vida da classe operária, limitando-se a repetir os preconceitos mais comuns sobre o desleixo, o amoralismo, o vício e o gosto pelo prazer da classe operária. Amparadas na educação católica [que rebaixa o prazer carnal para exaltar o espírito], as superintendentes, mais do que observar o caráter mortal do trabalho, a longa jornada, as péssimas condições de ventilação e iluminação preocupam-se em lutar contra o relaxamento moral dos operários.

Para as superintendentes o trabalho social deveria atuar para fortalecer a moral da classe operária, visto que os operários, membros de uma classe inferior, são grosseiros e dominados por baixos instintos. Elas aparecem como a aliada moral e social do patrão.

Para o empresariado, o objetivo maior do trabalho delas é manter um bom espírito entre os trabalhadores, pois “o bom operário não é apenas o que trabalha muito; ele deve, além do mais, ser sincero, puro, dedicado, aceitar livre e alegremente a disciplina e o tratamento que lhe é dado” (VERDÉS-LEROUX, 1986, p. 29).

---

<sup>21</sup> Em *Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos e formas de intervenção*, Jeannine Verdés-Leroux (1986, p. 22) explicita que “o Serviço Social de Empresa nasceu, na França, em 1917, do encontro e do entrosamento de duas ordens de preocupações: as do governo, visando intensificar a produtividade das operárias da indústria de armamentos; e as de um grupo de mulheres especialistas da ação social, preocupadas com as conseqüências ‘morais’ dos deslocamentos da mão-de-obra feminina”.

<sup>22</sup> As superintendentes de fábrica, formadas por um grupo de mulheres, todas com um rico passado, na ação social católica, e mais preocupadas com a vigilância moral das trabalhadoras, do que com as conseqüências de um trabalho penoso para a saúde das operárias, foram introduzidas, de início, nas empresas de artilharia. A nova profissão, definida como destinada a velar pelo bem-estar físico e moral das operárias, atribui-se uma série de tarefas: participação na contratação das operárias, conselho e assistência a elas, transmissão das reclamações do pessoal em higiene e a sua situação física e moral, controle da higiene nas oficinas, supervisão das obras anexas, dos acantonamentos e das moradias operárias. A origem das superintendentes é burguesa e abastada. Integrantes de famílias ricas da classe burguesa (industriais, engenheiros, comerciantes, funcionários públicos) tinham de apresentar cartas de referências morais para ingressar nas Escolas de Serviço, além de um grau elevado de cultura geral. A grade curricular do curso de Serviço Social demonstrava o direcionamento em favor da vigilância moral. O conteúdo dos cursos tratava dos seguintes assuntos: moralidade na fábrica e luta contra o malthusianismo; vida operária, higiene na indústria e legislação do trabalho; higiene geral e legislação do seguro social (VERDÉS-LEROUX, 1986, p. 23-4).

Portanto, cabia às superintendentes criar a paz social e a harmonia, lutar contra os falsos princípios e os mal-entendidos e trabalhar para a colaboração entre as classes. Seu trabalho incide sobre a consciência dos operários, ou melhor, na desarticulação da consciência de classe, e seu valor é medido pela ausência de reivindicações e de greves nos locais de trabalho.

Paralelamente ao ramo das superintendentes, desenvolve-se na França um outro campo de atuação da assistência: a vigilância domiciliar (as visitadoras)<sup>23</sup>. Assim como as superintendentes, as visitadoras são de origem burguesa e possuem uma vasta experiência na ação social. As visitadoras constituíam um grande grupo de animadoras da ação social e utilizavam instituições, tais como: caixa de compensação, caixa de seguro social, serviço de proteção maternal e infantil de Paris etc., para estabelecer dispositivos de investigações e de intervenções.

Sua prática profissional se justifica pela passagem de uma fiscalização técnica determinada ao estabelecimento de uma vigilância mais próxima para a esfera privada da vida dos operários. No processo de implantação de suas investigações e intervenções, as visitadoras desenvolvem um trabalho articulado com um grupo de médicos higienistas.

Esta articulação é determinante para a evolução desta forma especializada de assistência, entretanto impõe-se uma posição de subalternidade aos agentes sociais, pois não se trata de criar uma nova função, mas de enquadrar-se dentro de estruturas preestabelecidas, nas quais a figura do médico é considerada autoridade máxima<sup>24</sup>.

Diferentemente das superintendentes que viam a classe operária como grosseira, cheia de vícios e ignorante a preponderância médica insere os termos taras e doenças mentais. Impõe-se uma visão do mundo social tal como a da saúde, na qual o corpo social está repleto de doenças que precisam ser cuidadas.

O principal instrumento de trabalho das visitadoras é a realização de pesquisa social, mas a pesquisa social realizada tinha um simples objetivo: a classificação das famílias operárias. A pesquisa era utilizada para estabelecer uma separação entre os recuperáveis e os

---

<sup>23</sup> Sobre a vigilância domiciliar, Verdés-Leroux (1986, p.30) afirma que não teve o mesmo grau de integração do grupo representado pelas superintendentes, contudo, por meio de sua orientação medical e seus métodos, apresenta uma relativa especificidade. “As visitadoras participavam da luta contra a tuberculose e a mortalidade infantil e, de um modo mais geral, da ‘detecção das doenças e das taras’, ‘tecendo uma rede de proteção sanitária e social efetiva’”.

<sup>24</sup> “A autoridade médica é quem define as referencias intelectuais, o quadro de formação e os modos de operação: as pesquisas são realizadas nos moldes das pesquisas sobre higiene; as intervenções, analisadas em termos de diagnósticos, seguido de tratamento. A tutela médica é perceptível nas formulações, já que o emprego de um vocabulário científico permite, por meio de um deslocamento de registro, a introdução de noções de higiene social e patologia social” (VERDÉS-LEROUX, idem, p.31).

irrecuperáveis. Estes últimos entendidos como os que não têm esperança de integração à produção de maneira estável.

Para auxiliar a pesquisa social, as visitadoras utilizam questionários que em sua maioria eram elaborados pela autoridade médica, com o fim de estabelecer os diagnósticos sociais. Explica Verdés-Leroux (idem, p.33) “que em sua maioria estes questionários eram compostos por numerosas perguntas sobre a moralidade, toda ela resumida numa sexualidade ordenada e discreta”.

A vigilância domiciliar substitui o termo educação, utilizado anteriormente pelas superintendentes [pois estas concebiam os operários como seres grosseiros que deviam ser aprimorados e reeducados] como linguagem da reintegração, readaptação, visto que os operários agora são considerados anti-sociais, devendo socializar-se e adaptar-se para a sociedade capitalista estabelecida.

As reflexões até aqui desenvolvidas apontam a relação entre as tentativas de racionalização da assistência social e a função pedagógica do Serviço Social no âmbito da relação capital e trabalho. Os pontos de relação entre a função pedagógica do Serviço Social e as tentativas de racionalização da assistência derivam dos principais aspectos teórico-metodológicos e históricos que conformam o princípio educativo da profissão, conformismo mecanicista, em face dos interesses e necessidades da classe burguesa para manter o controle sobre a classe trabalhadora.

O princípio educativo do Serviço Social, expresso de acordo com os estudos de Marina Abreu pelo conformismo mecanicista, será tema de estudo do próximo capítulo. Antes, porém, discorreremos sobre o padrão de desenvolvimento monopolista e as reações operárias, tendo em vista compor um subsídio teórico e histórico para uma análise do processo de profissionalização do Serviço Social e da função educativa imposta a este pela sociedade capitalista.

É necessário esclarecer que nem sequer remotamente pretendemos apresentar um exame minucioso dos aspectos econômicos do capitalismo monopolista dos finais do século XIX e dos princípios do XX. Mas é nossa intenção oferecer um resumo global das condições sócio-históricas que contextualizaram a profissionalização do Serviço Social.

## 2.2 O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO PROFISSÃO

A profissionalização e consolidação do Serviço Social como atividade inserida na divisão social do trabalho ocorre na Europa e nos Estados Unidos no mesmo período histórico, compreendido entre a fase final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, vinculadas à dinâmica da ordem monopólica, segundo análise desenvolvida por Netto (1992, 69-70), que sustenta a tese de que a profissionalização do Serviço Social “não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade; vincula-se à dinâmica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional”.

A prática profissional insere-se no processo de organização e difusão do conjunto de inovações organizacionais na produção e no trabalho, introduzidas com a linha de montagem no padrão de desenvolvimento fordista/taylorista. Inscreve-se como mediadora do sistema de controle social no qual se localizam as práticas assistenciais, considerando o agravamento da questão social posto pelo novo modelo de organização da produção e de trabalho.

O espaço de trabalho, instaurado pela ordem monopólica, vincula-se, pois, à necessidade histórica do Estado burguês de enfrentamento da questão social, tipificada nas políticas sociais que, segundo Netto (*idem*, p 70), além das suas “medulares dimensões políticas, se constituem também como conjuntos de procedimentos técnico-operativos; requerem, portanto, agentes técnicos em dois planos: o da sua formulação e o da sua implementação”. No âmbito da execução, põe-se a demanda para diversos profissionais, entre os quais se destaca o assistente social, considerado pelo referido autor como um dos agentes executores das políticas sociais.

A instauração de um mercado de trabalho para os assistentes sociais pela via das políticas sociais proporciona compreender a relação de continuidade e ruptura existente entre as protoformas do Serviço Social (ver item 1.2) e o processo de sua profissionalização, pois:

Recuperam-se formas já cristalizadas de manipulação dos vulnerabilizados pelas seqüelas da questão social, assim como parcela do seu lastro ideal (ancorado no pensamento conservador, que aporta elementos para compatibilizar as perspectivas públicas e privadas). De outra, com sua reposição no patamar das políticas sociais, introduz-se-lhes um sentido diferente: a sua funcionalidade estratégica passa a dimanar dos mecanismos específicos da ordem monopólica para a preservação e o controle da força de trabalho. Em qualquer caso, porém, há que ressaltar que o componente de ruptura não exclui, antes supõe, tanto no processo da

emersão profissional quanto no seu desenvolvimento, padrões de intervenção e de representação engendrados no seio de agências externas ao Estado e promotoras de políticas sociais próprias (NETTO, *idem*, p.71).

Entender a relação de continuidade e ruptura existentes entre as tentativas de racionalização da assistência e o processo de profissionalização do Serviço Social é de fundamental importância para Netto. Isto porque o fato de as políticas sociais criarem o mercado de trabalho para a profissão não significa, imediatamente, que seja o Estado o propulsor de processos de formação da categoria profissional; significa apenas, de acordo com o autor, que as políticas sociais são os suportes legais de reconhecimento profissional do Serviço Social, cujo desenvolvimento pode partir de iniciativas externas ao Estado, como, por exemplo, a Igreja Católica.

Além disso, havia outra questão: pelo fato de não ser, no início, o Estado o responsável pela constituição profissional, este também, não era o principal alocador da força de trabalho profissional, mesmo que fosse apresentado como local por excelência da execução de políticas sociais.

Em sua análise sobre o princípio educativo da profissão, Marina Abreu entende também que as experiências assistenciais, filantrópicas e caritativas de origem laica e religiosa, já existentes e vinculadas aos interesses capitalistas de controle social sobre a classe trabalhadora, incidem no processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social pelo Estado.

Também concorda com Netto ao afirmar que o processo de profissionalização não pode ser entendido como uma seqüência lógica de um processo cumulativo no campo da racionalização da filantropia em bases teórico-científicas. Assim, para a autora a profissionalização do Serviço Social traduz-se como “síntese de um conjunto de determinações históricas que reflete o tratamento dado à referida questão pelas classes sociais, a partir de processos particulares corporificados em mediações estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado no enfrentamento da mesma questão” (ABREU, 2002, p. 41).

Portanto, a natureza interventiva da profissão nasce atrelada ao pensamento conservador que a torna útil para a sociedade capitalista, à medida que concebe as expressões da questão social como “problemas autonomizados, para operar no sentido de promover a psicologização da socialidade e para jogar nos vetores da coesão social pelos condutos da reintegração dos acometidos pelas sociopatias” (NETTO, 1992, p73).

Entre as mediações mais importantes, Abreu (2002) destaca as desenvolvidas pela ação social, assistencial e filantrópica realizadas pelo Estado e pela Igreja, através das Sociedades de Organização da Caridade europeias e norte-americanas. Nestas instituições a prática profissional vincula-se à necessidade de imprimir para as antigas práticas assistenciais e filantrópicas um “cunho educativo, ressocializador, mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador e sua família, adequado às necessidades da produção e da reprodução social” (ABREU, idem, p.40).

Embora sigam percursos diferentes, o Serviço Social europeu e o norte-americano<sup>25</sup> aproximam-se na perspectiva de contenção das manifestações revolucionárias da classe trabalhadora e na luta pela destruição do socialismo, na medida em que se vincularam às estratégias de controle social dos trabalhadores pelo capital, via filosofia neotomista<sup>26</sup>, como fundamento filosófico da racionalização da assistência.

Com a finalidade de obter o consentimento e a adesão da classe trabalhadora ao novo processo de organização da produção e do trabalho, os assistentes sociais são requisitados para desempenhar funções pedagógicas persuasivas e coercitivas. Portanto, vinculam à prática profissional do Serviço Social com estratégias e mecanismos necessários para o enquadramento da reprodução social aos padrões morais da sociabilidade e do controle social.

As estruturas das funções pedagógicas [persuasiva e coercitiva] estão fundadas, de acordo com Abreu (2002), num tipo de princípio educativo que estabelece um conformismo social no interior da sociedade. Tal princípio educativo significa um enquadramento do processo ideológico formador de determinado modo de vida às necessidades e ordens do padrão de desenvolvimento fordista/taylorista:

Sob o ponto de vista das exigências da produção fordista/taylorista, esse conformismo supõe um equilíbrio psicofísico puramente mecânico. Trata-se, como mencionado anteriormente, de um *conformismo mecanicista*, base da formação do trabalhador fordiano — o chamado “gorila amestrado”. Este conformismo, imposto,

<sup>25</sup> Fundamentado no pensamento conservador, a vertente norte-americana prioriza a linha psicanalítica com ênfase na ajuda psicossocial individualizada, enquanto o europeu segue a orientação sociológica, com ênfase na ação social, mediante abordagens grupais, ambas sob forte influência do pensamento católico (ABREU, idem, p. 42).

<sup>26</sup> A Doutrina social católica, baseada na filosofia neotomista, se faz hegemônica tanto no Serviço Social europeu quanto no norte-americano. A filosofia neotomista se expressa pelos princípios da dignidade humana e do bem-comum, em que Deus é autoridade suprema e o homem, como ser livre e racional, deve respeitar a sociedade e a Deus. Existem três espécies de leis que dirigem a comunidade ao bem-comum: a lei natural, a lei humana e a lei divina. Por decorrência da natureza humana, o homem, por ser um animal social é um animal político, logo, para que haja o bem-comum é necessário o Estado. Estado supõe autoridade. E toda forma de autoridade deriva de Deus; respeitá-la é respeitar a Deus. Assim, não existe conflito entre fé e razão, e se cada um procurar realizar sua tarefa, não haverá conflito entre Igreja e Estado. Essa visão com relação à autoridade e ao Estado justifica a posição inicial do Serviço Social [...] de não-questionamento da ordem vigente até suas raízes e de buscar sempre apenas reformar a sociedade, melhorando conseqüentemente a ordem vigente (AGUIAR, 1989, p. 43).

não significou, de fato, uma “segunda natureza”, visou apenas impedir o colapso fisiológico do trabalhador esgotado pelo novo método de produção. Por isso esse equilíbrio tende a ser substituído por outro superior, proposto pelos próprios trabalhadores, isto é, por um conformismo próprio da referida classe (ABREU, 2002, p. 43).

O conformismo mecanicista imposto pela produção fordista/taylorista teve repercussões na função pedagógica do Serviço Social na sociedade. Isto porque as novas exigências de acumulação capitalista influenciaram a recomposição das relações sociais de produção que determinou a formação de uma nova ordem intelectual e moral: o americanismo<sup>27</sup>.

O americanismo, mediado pela instauração do Welfare State, influenciou tanto a institucionalização da profissão quanto o desenvolvimento teórico-metodológico, principalmente com a inserção dos aportes da psicanálise freudiana e da sociologia funcionalista norte-americana, e com a articulação desses fundamentos à base filosófica neotomista e aos princípios da organização científica da produção e do trabalho, na sustentação teórica do projeto profissional.

Assim, podemos entender que o padrão de desenvolvimento fordista/taylorista traduz-se tanto pela introdução de uma nova tecnologia de controle e gerência do trabalho no interior da empresa moderna, como também por novas estratégias de reprodução e organização da força de trabalho, “uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 1994, p. 121).

A ação do Estado, por meio da combinação de processos coercitivos e educativos imbutidos principalmente nas estratégias dos altos salários e no sistema de benefícios sociais, constitui elemento chave para a implementação e a legitimação da racionalização fordista/taylorista. Tal racionalização impõe a destruição ativa do caráter revolucionário da classe trabalhadora e objetiva uma nova dominação social, na qual a construção de uma forma peculiar de pensar, agir e de sentir a vida conduz para a “subordinação técnica do trabalho à máquina, implementada pela supervisão externa e reforçada por novos métodos de estimular a motivação subjetiva do trabalhador” (CLARKE, 1991, *apud* ABREU, 2002, p. 45).

Os novos métodos de organização do trabalho, baseados em cadeias de montagem, definição dos tempos, dos movimentos, das funções e por uma relação de redistribuição entre

---

<sup>27</sup> Em Americanismo e Fordismo, Antonio Gramsci (1984, p. 375-6) explicita que “o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática” [...]. O fordismo, articulado para as técnicas organizacionais tayloristas, constitui-se como “um ponto extremo do processo de tentativas sucessivas da indústria para superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro”.

lucro, salário e renda, estão intrinsecamente relacionados ao processo de formação de uma visão de mundo, de um modo novo de pensar e de sentir a vida. No sentido de construção de um novo mundo, a grande indústria se fez princípio e síntese dessa nova totalidade social, pois, para os capitalistas, a indústria moderna reunia em si mesma as condições objetivas e subjetivas para a formação de um novo mundo, a partir de suas modalidades organizativas racionais e mecanizadas, através de uma ética puritana, em oposição a comportamentos dissipadores e improdutivos<sup>28</sup>.

O fordismo buscava por meio de iniciativas “puritanas” quebrar a resistência dos trabalhadores qualificados em relação aos novos métodos de produção, tendo em vista a necessária disciplina e sujeição destes às jornadas intensas de trabalho fabril:

As iniciativas ‘puritanas’ dos industriais americanos [...] não se preocupam com a ‘humanidade’ e a ‘espiritualidade’ do trabalhador, que são imediatamente esmagadas. Esta ‘humanidade e espiritualidade’ só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na ‘criação’ produtiva; elas eram absolutas no artesanato, no ‘demiurgo’, quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era ainda bastante forte o laço entre arte e trabalho. Mas é exatamente contra este humanismo que luta o novo industrialismo. As iniciativas puritanas só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano preocupa-se em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular nervosa; é do seu interesse ter um quadro de trabalhadores estável (GRAMSCI, 1984, p. 397).

Além da veiculação de uma nova concepção de mundo como formação da vontade coletiva, o fenômeno americano teve como objetivo maior a configuração de um tipo novo de trabalhador. O homem fordiano é um trabalhador coletivo, componente de uma fábrica como “uma máquina que não deve ser desmontada com frequência e ter suas peças renovadas constantemente em perdas ingentes” (GRAMSCI, 1984, p. 398).

Procurava-se constituir um trabalhador capaz de controlar seus instintos, principalmente os instintos sexuais. Os instintos sexuais são os que sofreram a maior repressão da sociedade em desenvolvimento: “a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (GRAMSCI, 1984, p. 392).

---

<sup>28</sup> Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho (GRAMSCI, 1984, p. 396).

A preocupação do industrial americano era manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular nervosa; porque para os capitalistas é de suma importância possuir um quadro de trabalhadores saudáveis. Todavia, os capitalistas perceberam que o “gorila domesticado” era apenas um termo, que o trabalhador continua sendo um homem e, inclusive, que ele, durante a jornada de trabalho, pensa, e que emergem descontentamentos quando este pensa que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que pretendem transformá-lo num animal domesticado.

As contestações da classe trabalhadora determinam a tomada de atitudes por parte dos industriais, que passam a adotar uma série de cautelas e iniciativas; pois a adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não poderia ser aceita apenas através da coação social. Por isso, a coerção foi habilmente combinada com a persuasão e o consentimento, obtidos por meio de estratégias de retribuição, como os altos salários, que permitiram um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças despendidas pelo novo tipo de trabalho.

A ideologia fordista dos altos salários não derivou apenas da possibilidade de melhorar o nível de vida dos trabalhadores, mas, principalmente, da necessidade objetiva da indústria moderna em possuir um quadro efetivo de trabalhadores especializados. As indústrias de base fordista exigiam trabalhadores qualificados e disciplinados.

O chamado alto salário era uma estratégia para atender a tal necessidade. Pois este instrumento era usado tanto para selecionar trabalhadores aptos para os novos métodos de produção e de trabalho, como para manter a disciplina entre os trabalhadores:

O salário elevado é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” a maior quantidade de dinheiro, para manter, renovar e, possivelmente, aumentar a sua eficiência muscular nervosa, e não para destruí-la ou diminuí-la. Eis então a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, a se tornar função do Estado (GRAMSCI, 1984, p. 398).

Além da luta contra o alcoolismo<sup>29</sup>, outras questões de ordem puritana também se tornaram funções do Estado. Caso as iniciativas privadas das empresas parecessem insuficientes, ou se desencadeasse uma crise de moralidade entre as massas trabalhadoras, as empresas recorreriam à intervenção estatal. Ligado à questão do álcool está o problema sexual<sup>30</sup>. O abuso e a irregularidade das funções sexuais é, depois do álcool, para os capitalistas, o inimigo mais perigoso das energias nervosas. Para a indústria moderna era necessário racionalizar também as relações sexuais dos trabalhadores, para que não houvesse desperdício de energia nervosa na busca do prazer:

O operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação. Este conjunto de compressões e coerções diretas e indiretas exercidas sobre a massa produzirá, indubitavelmente, resultados e proporcionará o surgimento de uma nova forma de união sexual, da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem ser o traço característico e fundamental (GRAMSCI, idem, 399).

Percebe-se no trecho citado que um dos objetivos do capital é transformar as relações amorosas em relações mecanizadas, nas quais o homem-trabalhador, que trabalha por um salário alto, com um horário fixo, não tem tempo para aventuras românticas e tampouco possa desperdiçar energia nervosa.

As reflexões desenvolvidas sobre o princípio educativo [persuasivo e coercitivo] do Serviço Social levam-nos ao entendimento de que o proibicionismo, expressão das iniciativas

---

<sup>29</sup> A Inclusão Social pelo Trabalho é a mais nova estratégia do Governo Federal para a Reabilitação Psicossocial de pessoas que sofrem de transtornos mentais e também daquelas que sofrem de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Desde o final do ano de 2004, a Coordenação Nacional de Saúde Mental, do Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, têm caminhado juntas para a efetivação de propostas que apóiem empreendimentos solidários em saúde mental nos meios urbano e rural. Esta proposição objetiva realizar um panorama das experiências em curso, no cenário nacional, com vistas ao delineamento de uma política de Inclusão Social pelo Trabalho factível e concreta para os usuários dos serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde. É importante ressaltar que esta ação foi impulsionada pela constante demanda do movimento antimanicomial de usuários, trabalhadores e familiares que lutam pela reforma psiquiátrica no Brasil. Para que esta nova política pública de atenção ao álcool e outras drogas se desenvolva o governo prevê a constituição de uma rede que articule os Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas [CAPS-AD] e os leitos para internação em hospitais gerais (para desintoxicação e outros tratamentos). Os CAPS-AD devem trabalhar com a lógica da redução de danos como eixo central ao atendimento aos usuários/dependentes de álcool e outras drogas. Os CAPS - AD se apresentam como um serviço ambulatorial territorializado que integra uma rede de atenção em substituição à “internação psiquiátrica”, e que tem como princípio a reinserção no trabalho de pessoas portadores de transtornos mentais ou decorrentes do uso de álcool e outras drogas, por meio de ações de assistência (medicação, terapias, oficinas terapêuticas, atenção familiar), de prevenção e capacitação de profissionais para lidar com os dependentes (Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária, Instituído pela Portaria Interministerial n.º 353 de 7 de março de 2005. Brasília, março de 2006. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/REL\\_GT1.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/REL_GT1.pdf). acesso em 14 de outubro de 2006 ).

<sup>30</sup> Esta questão será tratada no terceiro capítulo desta dissertação.

puritanas, os altos salários e o sistema de benefícios sociais são elementos constitutivos do conformismo mecanicista na formação da nova cultura imposta pelo padrão de organização da produção e do trabalho de base fordista/taylorista.

Este novo padrão de desenvolvimento da produção colocou como exigência a construção de um novo tipo de trabalhador coletivo estável e apto a operar os novos meios de produção, e ao mesmo tempo buscou, por meio de estratégias econômicas, políticas e ideológicas, desmobilizar o movimento revolucionário da classe trabalhadora para que assim pudesse instaurar e consolidar as inovações organizacionais do trabalho.

Para desempenhar as funções de controle social sobre os trabalhadores e difusão de uma nova concepção de mundo impuseram a formação de novos quadros técnicos, dentre os quais emerge o assistente social, cujas requisições postas se referem às suas funções pedagógica e intelectual, na necessidade de organização e adequação da força de trabalho à disciplina necessária às atividades do sistema de linha de montagem fordista.

Destina-se então ao assistente social a função de inspeção e acompanhamento da vida privada da classe trabalhadora e de seus dependentes, para que estes não fizessem mau uso do salário e desperdiçassem suas energias nervosas em atividades imprudentes, como o uso indevido de álcool e o abuso e irregularidades das funções sexuais.

Assim, a função pedagógica [persuasiva e coercitiva] do Serviço Social está voltada “para as necessidades de manutenção, educação, assistência e de coerção sobre os trabalhadores, no sentido de reorganizar uma nova cultura” (ABREU, 2002, p. 54). A organização e o desenvolvimento dos serviços de inspeção sobre a vida privada do trabalhador e de sua família pela burguesia industrial integram as condições que intensificam a consolidação de um mercado de trabalho para o assistente social, tendo o agravamento da questão social como eixo central de atuação, bem como a crescente massa de desempregados, resultantes da introdução da máquina na produção.

Portanto, o conformismo mecanicista como princípio fundante da função pedagógica do Serviço Social, ante os processos de racionalização da assistência social vinculada ao sistema de controle social do capital sobre o trabalho, configura-se no interior da profissão a partir de dois movimentos complementares. De acordo com Abreu (2002), o primeiro movimento se refere ao fato de o Serviço Social inscrever-se no conjunto dos processos políticos e culturais criados pela burguesia para difusão e expansão da ideologia dominante, via serviços sociais, enquadrando estes nos padrões da racionalidade própria ao movimento de reprodução e acumulação do capital.

O segundo movimento corresponde à noção de que a profissão se converte numa das frentes mobilizadas pela Igreja Católica para o desenvolvimento da formação doutrinária e social de seus intelectuais visando a recuperação moral do trabalhador.

Considerando-se estes dois movimentos complementares, forma-se a base de justificação teórico-ideológica da prática pedagógica do Serviço Social e o seu instrumental técnico-operativo. Os próximos itens enfatizarão um estudo desta prática pedagógica a partir de dois perfis pedagógicos (ajuda e participação) apresentados por Marina Abreu em suas análises sobre a profissão e a organização da cultura.

## **2.3 PERFIS PEDAGÓGICOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL**

### **2.3.1 Serviço Social e a Pedagogia da Ajuda Psicossocial**

A ação do assistente social, no âmbito da relação capital e trabalho, apesar de só se tornar reconhecida, em ampla escala, nos anos 70, apresenta origens em momentos anteriores relacionadas com as necessidades de reprodução e controle da força de trabalho pelo capital, atuando na contenção de conflitos e na promoção da integração dos trabalhadores às exigências do processo produtivo.

Sobre a inserção do assistente social nas empresas (CESAR, 2000, p. 170) expõe:

O mundo empresarial se abriu para o Serviço Social criando um espaço socioinstitucional expressivo. O assistente social, por meio de sua ação técnico-política, passou a ser requisitado para responder às necessidades vinculadas à reprodução material da força de trabalho e ao controle das formas de convivência entre empregado e empresa, contribuindo para o aumento da produtividade do capital.

A inserção do assistente social no mundo empresarial impôs para o Serviço Social um novo padrão de exigências para o seu desempenho profissional, relacionado à racionalização técnico-burocrática que a modernização conservadora engendrou nos espaços institucionais.

Isto implicou mudanças tanto no perfil dos profissionais quanto na forma de gestão da assistência social, que passa a ser racionalizada em bases técnico-científicas, como parâmetro central para a execução do processo de “ajuda” psicossocial individual, como mediação para enfrentar o agravamento da questão social, para atender aos imperativos do processo de

acumulação do capitalismo monopolista. Referindo-se à racionalização da assistência social, diz Abreu:

A racionalização e reorganização da assistência social em bases técnico-científicas — mediação privilegiada de enfrentamento da questão social e controle social pelo capital sobre a classe trabalhadora — é o marco principal do desenvolvimento da função pedagógica do assistente social, centrada na dimensão individual na perspectiva da reforma moral e reintegração social (ABREU, 2002, p. 84).

O processo de “ajuda” psicossocial, como forma de racionalização técnico-científica da assistência social, reduz a questão social a problemas morais, retirando desta o seu caráter material para reportá-la às manifestações na esfera do indivíduo, consolidando uma intervenção via assistência social individualizada de cunho moralizador voltada à reforma moral e reintegração social. A perspectiva de psicologização das relações sociais retira da questão social toda sua “estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional” (NETTO, 2001, p. 43).

Diante dessa perspectiva de psicologização das relações sociais as expressões da questão social, tais como: fome, desemprego, doenças, desamparo etc., são tomadas como problemas naturais de qualquer ordem burguesa, na qual no máximo podem ser criadas medidas interventivas por parte do Estado para amenizá-las ou reduzi-las, por meio de um ideário reformista que preserve os fundamentos da sociedade burguesa: a propriedade privada dos meios de produção.

Na verdade, para Marx, o Estado não é uma resposta do conjunto da sociedade para a existência de conflitos e exploração no interior da sociedade capitalista, mas a resposta da classe dominante de como manter a reprodução da sociedade estabelecida e, conseqüentemente, manter o domínio sobre as classes exploradas:

O Estado jamais encontrará no ‘Estado e na organização da sociedade’ o fundamento dos males sociais [...]. O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-se ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele (MARX, 1995, p. 80).

E conclui:

Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma, e tentar remediá-los. Se tais modificações são infrutíferas, então

o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corrupta para corresponder aos bons objetivos da administração [...]. Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais (MARX, 1995, p. 81).

A concretização desse ideário reformista prioriza o desenvolvimento de medidas sociopolíticas, através de políticas sociais<sup>31</sup>, apresentando como foco ações de “assistência educativa” junto aos indivíduos. Dessa maneira, transmuta-se a dimensão material e coletiva da questão social para a dimensão subjetiva do sujeito, na qual as respostas para as seqüelas da questão social são de responsabilidade do indivíduo, para adequá-lo ao convívio social.

A sistematização do processo de racionalização da assistência social, via “ajuda” psicossocial, impôs ao Serviço Social um aperfeiçoamento teórico-metodológico que viesse adequar a profissão aos objetivos de controle social da força de trabalho e acumulação de mais-valia pelo capital monopolista.

As principais formulações da função pedagógica da profissão articuladas às estratégias de reforma moral e integração social se encontram nas obras clássicas de Mary Richmond, “Diagnóstico Social” e de Gordon Hamilton, “Teoria e Prática do Serviço Social de Caso”. Ambas as propostas têm por perspectiva a Teoria Social Funcionalista, mediante a apropriação de elementos da psicanálise, da psicologia e da medicina, com predomínio dos procedimentos metodológicos, como: entrevista, diagnóstico, relatório e visita domiciliar.

A ênfase da perspectiva de psicologização das relações sociais está na abordagem individual; apresenta como valores ético-religiosos os princípios do neotomismo, tais como a perfectibilidade humana, a promoção humana e a caridade cristã, articulados com os princípios éticos e políticos da democracia liberal, como: o respeito à pessoa e à sua autonomia e a convicção de que o homem é capaz de progredir e de que cada um possui os

---

<sup>31</sup> As políticas sociais contribuem, com efeito, para gerir a força de trabalho, para a manutenção e aprimoramento dos recursos humanos, com vistas a possibilitar a produtividade da empresa e a ascensão do capital, sendo a política de proteção social um dos pontos de partida para beneficiar a classe trabalhadora. Os primeiros sinais de proteção social surgiram na Alemanha, quando o Parlamento aprovou em 1883 a Lei de Seguro Doença e, em seguida, a Lei do Seguro Acidente em 1884 e a Lei do Seguro Invalidez e Velhice em 1889, de iniciativa do chanceler Otto Von Bismark. Em 1942, na Inglaterra, mediante proposta de William Beveridge, durante o capitalismo avançado, defendeu-se a proposta de uma política de Seguridade Social baseada nos princípios da universalização dos sistemas e na uniformidade das prestações de serviços. Durante as décadas de 50 e 60 esse sistema se consolida como padrão de proteção social no pós-guerra. Todavia, nos anos 70, período de recessão econômica, as garantias sociais são postas em questão e, conseqüentemente, o Estado de Bem-Estar Social (CABRAL, 2000).

meios da própria promoção social (VERDÈS-LEROUX, 1986).

O deslocamento das expressões materiais e coletivas da questão social para a dimensão psicológica do indivíduo favorece o processo de produção fordista/taylorista, visto que este tem como princípio o desenvolvimento da personalidade humana, além de reforçar a ilusão do *colaboracionismo* entre capital e trabalho, pois prima pela “ajuda”, o que induz o indivíduo a determinada forma de pensar e agir conveniente ao desenvolvimento do processo de produção capitalista.

A relação entre o pensamento conservador, oriundo das ciências sociais e humanas — que apreende o mundo enquanto um todo harmônico — e a doutrina social da Igreja Católica forma as bases filosóficas de sustentação da prática do Serviço Social, imprimindo à função pedagógica da profissão um caráter autoritário-moralista e mistificador das relações sociais. É neste arcabouço heterogêneo que se forma o perfil do assistente social como profissional, inserido na divisão sociotécnica do trabalho para o exercício das funções, pedagógica e intelectual, direcionadas para a construção “de um *conformismo mecanicista* imposto pelas necessidades do padrão fordista/taylorista de produção e de trabalho, em que funções coercitivas são disfarçadas em formas de ações persuasivas sob a aparência humanitária de ‘servir ao homem’ ” (ABREU, 2002, p.92).

Assim, o perfil pedagógico assumido pelo assistente social, no contexto sócio-histórico do processo de naturalização das relações sociais na moderna configuração social do capitalismo monopolista, configura-se não como uma forma de ajuda material e coletiva à classe trabalhadora, mas como uma forma de educá-la e fornecer-lhe regras de boa conduta e razões práticas de moralidade para corrigir seus preconceitos e ensinar-lhe a racionalidade; enfim, todo um conjunto de regras morais que visam desqualificar o modo de vida da classe operária.

Sobre esta questão, Harvey (1994, p.122) afirma que Ford, em 1916,

Enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores ‘privilegiados’ [em larga medida imigrantes] para ter certeza de que o ‘novo homem’ da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente [isto é, não alcoólico] e ‘racional’ para corresponder às necessidades e expectativas da corporação.

Trata-se, portanto, da construção da produção e reprodução de uma força de trabalho que participe cada vez menos, com sua consciência e sua personalidade autônoma, no processo de trabalho e que seja, pelo contrário, um componente apenas mecânico e passivo deste processo.

Sob esta lógica, o processo de racionalização da assistência social em bases técnico-científicas, baseado na ajuda psicossocial, é transferido de um contexto sócio-histórico para outro, sem levar em consideração as particularidades de cada país.

Desta forma, no continente latino-americano, e particularmente no Brasil, impuseram-se padrões de intervenção desvinculados da realidade social, adotando-se modelos interventivos que foram desenvolvidos em países hegemônicos como forma de enfrentamento da questão social.

Trata-se de parâmetros interventivos baseados em necessidades sociais produzidas em países que desfrutaram de experiências tais como: a organização sindical da classe operária, a revolução socialista, o surgimento da idéia de seguridade social na Europa e, posteriormente, a ampliação dos direitos sociais, idéias estas que culminarão no pós-45, com o Estado de Bem-estar Social (Welfare State), marcado por políticas sociais universais e pelo pleno emprego.

Portanto, contextos bem diferentes das particularidades da questão social no Brasil, que são decorrentes das disparidades sociais evidenciadas entre países periféricos e países hegemônicos.

Ao longo da história do Serviço Social brasileiro, a pedagogia da “ajuda” aprofunda-se, complexifica-se e se transforma como parte de uma totalidade cuja premissa é o redimensionamento da profissão em face das demandas contraditórias das classes sociais, bem como da luta de classes estabelecida entre elas, e ainda dos compromissos e avanços da profissão na direção de formulação de um projeto ético e político articulado com os interesses das classes subalternas e com a composição de um novo perfil pedagógico para a prática dos assistentes sociais.

### **2.3.2 Serviço Social e a Pedagogia da Participação**

No Brasil, a pedagogia da participação se desenvolve e se consolida na ação profissional a partir das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora<sup>32</sup>. Essas propostas marcam a expansão do capitalismo monopolista nos países da América Latina, particularmente no Brasil, sob a

---

<sup>32</sup> Esta ideologia, ao tempo que destaca a “participação” do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico governamental para tornar eficazes os programas de ajuda mútua, como ingredientes básicos do DC, oferece sustentação para o entendimento de que estes mesmos elementos constituem componentes do processo pedagógico de organização e desenvolvimento locais, em que o DC é um importante instrumento desse processo (AMMAMN, 1980, p. 32).

hegemonia do imperialismo norte-americano, contando com a adesão e submissão dos governos latinos-americanos.

A perspectiva da modernização conservadora, a qual representa um esforço de adequação do Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção às estratégias da política desenvolvimentista postas no processo político de ditadura militar, esconde a questão social sob a problemática do subdesenvolvimento e por isto enfatiza a “participação” popular nos programas de governo como eixo central de processos de integração e promoção sociais.

A pedagogia da “participação”, sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora, redimensiona a participação para além de uma atitude de “ajuda”, constituindo-se numa esfera programática da intervenção profissional nas relações sociais, o que requer uma alteração no perfil pedagógico do assistente social e um rearranjo da função educativa, mas contraditoriamente mantendo a ênfase na “psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais; e combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao novo ordenamento econômico e social sob o domínio do capital” (ABREU, 2002, p. 107).

Nessa perspectiva prevalece uma concepção de desenvolvimento<sup>33</sup> enquanto possibilidade de modernização dos setores econômicos, do aparato burocrático e da cultura arcaica em face da necessidade de alcançar o patamar de desenvolvimento econômico e social dos países desenvolvidos.

Para concretizar o projeto de desenvolvimento, o Estado investe na capacitação técnica do aparato burocrático para que os profissionais sejam capazes de implementar programas sociais que amenizem as carências materiais da população, despertando-a para a aceitação do novo, das mudanças. Fomenta-se na população a ideologia da “participação”, da mudança e da integração social.

A perspectiva modernizadora aceita como dado inquestionável a ordem política instaurada no pós-64. Não se identifica nenhuma crítica à ditadura militar nos documentos [Araxá e Teresópolis] profissionais que expõem esta perspectiva. A preocupação do Serviço Social, em particular, é dotar a profissão de instrumentos técnicos capazes de responder eficientemente às exigências da modernização conservadora.

As noções de planejamento e administração são apropriadas pela profissão e passam a constituir um conhecimento necessário e obrigatório aos novos “agentes do desenvolvimento” que procuram tornar mais racional e eficiente a prática profissional.

---

<sup>33</sup> A concepção de desenvolvimento apresenta-se como uma promessa efetiva de melhoria das condições de vida da população e de eliminação da pobreza (ABREU, idem, p. 109).

É construído, então, pelos profissionais um novo perfil sociotécnico que é mais funcional para as novas demandas sociais. Apesar da crítica ao Serviço Social tradicional, a profissão reporta-se para os seus valores e concepções mais conservadores, “não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, mas funcional ao novo perfil e para a ação profissional” (NETTO, 1998, p. 155).

Desta forma, a pedagogia da “participação” reatualiza a “assistência educativa” como uma nova modalidade de manipulação das necessidades e recursos institucionais, expandindo os mecanismos de “subalternização das massas trabalhadoras pauperizadas e de controle sobre as mesmas pelo capital, em que são reatualizados atitudes, mecanismos, instrumentos e rituais pedagógicos” (ABREU, 2002, p. 109) adequados à reorganização da cultura e do trabalho ante as mudanças na economia introduzidas no continente latino-americano.

Embora essas redefinições signifiquem um avanço para a profissão, na medida em que foram definidos novos procedimentos técnicos e interventivos adequados às exigências do processo de produção e reprodução das relações sociais do capitalismo dependente implantado na realidade brasileira, a pedagogia da participação teórica e ideologicamente se articula com a base conservadora de explicação da questão social, que embasa a profissão em sua formulação tradicional, reafirmando o caráter tecnicista-positivista da prática profissional fundada na tendência à naturalização das relações sociais.

A referência teórica básica da perspectiva modernizadora é o estrutural-funcionalismo, retirado das teorias da ação social [Parsons], na qual a sociedade é concebida enquanto um todo harmônico, equilibrado e cuja dinâmica social é auto-regulável. Dito de outra forma, a sociedade é comparada a um grande sistema social, cuja estrutura é formada por subsistemas, os quais são passíveis de sofrer alterações [disfunções sociais]. Tais alterações poderão ser controladas e até mesmo evitadas a partir de mudanças sociais; porém a ordem burguesa é sempre preservada.

A racionalização da assistência social em bases técnico-científicas, circunscrita nas perspectivas da pedagogia da “ajuda” e da “participação”, configura-se em construções de perfis conservadores para a atuação pedagógica do assistente social junto às classes subalternas.

Embora estas propostas pedagógicas diferenciem-se nos procedimentos interventivos, aproximam-se numa perspectiva política conservadora, em que as expressões da questão social tendem a ser naturalizadas.

Todavia, é a partir das estratégias participacionistas da ideologia desenvolvimentista conservadora que vão se gestando espaços possíveis de luta entre projetos societários

diferenciados, na medida em que podem a vir favorecer processos participativos críticos da população na luta por melhores condições de vida e pela ampliação de espaços políticos de expressão dos interesses das classes subalternas.

As reflexões desenvolvidas nos permitem compreender que os perfis pedagógicos da ajuda e da participação, perspectivas pedagógicas conservadoras, dividem espaços, na contemporaneidade, com a perspectiva de intenção de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes exploradas.

## **2.4 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

O modelo de produção fordista, nos finais dos anos 70 e nas décadas posteriores, entra em crise devido à saturação dos mercados. Para superar esta crise a burguesia capitalista recorre a um novo processo de reestruturação produtiva totalmente distinto das bases fordistas. Esse novo modelo de organização do trabalho e das relações sociais de produção visa um sistema de acumulação flexível, através de mudanças na organização de setores industriais, “novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1994, p. 140).

Este novo modelo de organização do trabalho, de base toyotista, modelo japonês, enquadra-se nos padrões do cenário neoliberal, pois se observam em seu interior uma nova forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social na relação capital/trabalho/Estado. À proporção que se adotam essas transformações no processo produtivo, busca-se a inclusão e a aceitação, por parte da classe trabalhadora, da política competitiva e concorrencial, implantada pelo sistema capitalista, que passa a prover o projeto dos trabalhadores.

O toyotismo ocasiona conseqüências no interior do mundo do trabalho, subordinando os trabalhadores ao universo empresarial, implantando um "sindicalismo manipulado e cooptado"<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Segundo Watanabe, militante do movimento sindical japonês durante 30 anos, no Japão os trabalhadores não têm quase nenhuma organização, os sindicatos são organizados por empresa e o número de sindicalizados não ultrapassa 5% do total (WATANABE, *apud* ANTUNES, 1999, p. 29).

As novas estratégias de gestão e controle da força de trabalho — introdução da polivalência, da multifuncionalidade<sup>35</sup>, da terceirização<sup>36</sup> — redefinem as políticas de recursos humanos nas empresas buscando níveis de eficiência, controle e racionalidade, tendo em vista reintegrar os trabalhadores aos requisitos da qualidade e produtividade, a fim de comprometê-los com as exigências do processo de modernização do capital. As empresas estabelecem políticas e práticas de administração de recursos humanos integradas aos programas de qualidade e produtividade, tendo como principais aspectos da nova gestão a participação e o comprometimento da classe trabalhadora, constituindo uma força de trabalho flexível e cooperativa.

Assim, as empresas investem na qualificação e capacitação do trabalhador, constituindo um novo perfil de comportamento aliado às novas formas de organização do processo produtivo e das políticas de gestão da força de trabalho, reduzindo, assim, os níveis de conflito entre capital e trabalho, reprimindo as reivindicações trabalhistas, privando o trabalhador de sua representação sindical.

Com as transformações organizacionais e tecnológicas ocorridas no mundo do trabalho e no processo produtivo, o Serviço Social ganha espaço na área empresarial para atender às necessidades relacionadas à reprodução material da força de trabalho e controlar as formas de convivência entre o trabalhador e a empresa. O Serviço Social assume a função de mediador, buscando soluções para carências e conflitos devido à construção de uma nova racionalidade técnica e política na área de recursos humanos (CESAR, 2000).

No atual contexto do processo de reestruturação produtiva, o Serviço Social amplia sua atuação na área de recursos humanos, através da prestação de assessoria técnica a gerência e do planejamento e/ou execução de projetos sociais na área da qualidade, nos campos da saúde, da educação, da cultura, valorizando o discurso da participação, da parceria e da cooperação entre capital e trabalho, pois se faz necessária a adaptação da força de trabalho aos objetivos empresariais da competitividade e da produtividade, a fim de garantir a qualidade do produto.

As tendências sócio-históricas da função pedagógica do Serviço Social no contexto brasileiro, nos anos 90, refletem as atuais transformações societárias ocorridas no processo de reestruturação produtiva e de implantação da política neoliberal. Essas alterações vêm

---

<sup>35</sup> Com o processo produtivo flexível, o trabalhador torna-se polivalente, multifuncional; ou seja, passa a operar várias máquinas, exercendo assim múltiplas funções (ANTUNES, 1999).

<sup>36</sup> Terceirização é a contratação de atividades auxiliares de empresas especializadas que não podem ser desenvolvidas no ambiente interno da organização (GIOSA, 1997).

reconfigurando as necessidades sociais e suscitando novas, à medida que se transmutou a base de organização da produção fordista para o padrão toyotista.

As novas modalidades de controle e consumo da força de trabalho impõem para o Serviço Social uma refuncionalização de seus procedimentos operativos e as competências políticas e técnicas que, no contexto da divisão sociotécnica do trabalho, assumem o estatuto de demandas à profissão. Atestam o que já foi identificado por Netto: “o problema teórico-analítico de fundo [...] reside em explicar e compreender como, na particularidade prático-social de cada profissão, se traduz o impacto das transformações societárias” (NETTO, 1996, p. 89).

Esta refuncionalização se faz presente para a categoria profissional a partir das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho dos assistentes sociais e com a emergência de novas problemáticas sociais que requerem a mobilização de “competências profissionais estratégicas, como a elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas” (MOTA, 1998, p.25), adequadas ao enfrentamento das novas expressões da questão social.

Sobre esta base são demarcadas as tendências pedagógicas da prática profissional do assistente social. Uma, mais hegemônica e visível articulada com as estratégias pedagógicas da classe dominante, pautada numa reatualização do conformismo imposto pelos interesses de dominação e exploração do capital internacionalizado, visto que se trata de um conformismo que busca substituir a integração “mecânica” por uma integração “orgânica” do trabalhador aos objetivos da produção de mercadorias. A outra, menos visível e perpassada por confrontos internos, vincula-se à possibilidade de superação pelas classes exploradas do conformismo imposto pelo capital estrangeiro (IAMAMOTO, 2002).

Um pressuposto básico desta análise é que a racionalização do trabalho instaurada pelo toyotismo concretiza uma proposta “educativa” do capital peculiar ao processo produtivo, tendo o mercado como regulador das relações sociais e a instauração de um Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia, sem intervir no âmbito econômico, cuja função seria a de garantir a liberdade de mercado.

Do ponto de vista objetivo trata-se de um processo de passivização da classe operária em relação ao processo produtivo e às relações entre Estado e sociedade civil. Segundo Braga, um processo de dupla dimensão: “por um lado, a passivização do Estado, e, por outro, a passivização das forças produtivas” (BRAGA, 1997, *apud* ABREU, 2002, p.169).

O processo de acumulação flexível imprime novas exigências para a classe trabalhadora, que incidem sobre as qualificações profissionais; requer profissionais altamente

qualificados e “passivizados” enquanto que aqueles sem qualificação são transformados em trabalhadores excluídos e conseqüentemente aumentam o exército industrial de reserva.

O toyotismo representa não apenas um padrão de organização da produção, mas a formação de um novo homem, conveniente aos interesses da acumulação nos marcos da crise. O binômio toyotismo/ohnismo configura uma pedagogia constituidora do “novo homem: o trabalhador multifacetado, polivalente, flexível, estável e, acima de tudo, construtor dos atuais padrões de sua própria dominação e exploração” (ABREU, *idem*, p. 188).

Este padrão de organização aposta na fragmentação social, no aumento da desigualdade social [a qual buscam mascarar por meio de um sistema de regulação e controle social] e na constituição de um trabalhador individual como ingrediente de competição que se apresenta como um dos principais fatores dessa fragmentação.

A ênfase na construção de um trabalhador individual sustenta a idéia de que o processo de modernização pode ser porta-voz de uma sociabilidade harmoniosa, fruto das relações sociais entre indivíduos iguais. Assim, difunde-se a ideologia do “colaboracionismo e da cooperação” entre classes, fundada na idéia de superação dos antagonismos entre capital e trabalho (ABREU, 2002).

Diferente do projeto pedagógico, instaurado na racionalização do trabalho pelo binômio fordismo/taylorismo, o padrão flexível de acumulação apresenta-se mais eficiente ao nível de captura da subjetividade da classe trabalhadora, visto que leva a “assistência educativa” para o interior da fábrica. Sobre o processo de captura da subjetividade do trabalhador pelo capital, Abreu, citando Alves, expõe:

O toyotismo mostra-se mais eficiente em relação ao padrão fordista/taylorista quanto à captura da subjetividade operária à racionalização capitalista, pois, enquanto o padrão fordista/taylorista, contrariando sua própria tese do “gorila amestrado” buscava capturar a consciência operária a partir de iniciativas educativas extra fábrica, o toyotismo, ao contrário, por meio da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias (ALVES, 2000, *apud* ABREU, 2002, 175).

Segundo Abreu (2002), a reorganização do processo produtivo e do trabalho coloca como princípio educativo a obtenção de um “novo conformismo social”, baseado nas estratégias de cooperação, participação, no movimento de autonomação/auto-ativação do processo produtivo e na individualização das relações de trabalho. Este conformismo está vinculado às necessidades de transformação de um trabalhador coletivo para um individual, com consentimento e participação ativa na nova racionalidade do processo produtivo.

Este consentimento efetiva-se mediante motivação por incentivos e recompensas, bem como também se reatualiza a “participação” na gestão e organização da produção e do trabalho como formas de “democratização das relações produtivas que de fato representam mecanismos de expropriação do saber qualificado do operário como condição ao incremento do ritmo da extração de mais-valia” (ABREU, 2002, p.189).

Mediante o processo de reestruturação produtiva e de organização da cultura, constata-se no processo de reconstituição das bases sócio-históricas de princípios educativos para o Serviço Social uma reatualização ou redimensionamento de eixos temáticos, identificados anteriormente, como a “ajuda psicossocial individualizada”, a “participação” e a “formação de uma vontade coletiva nacional”.

A reatualização ou redimensionamento destes eixos atendem a duas demandas. Primeiro, a “ajuda psicossocial individualizada” e a “participação” vêm propor uma adequação de posturas pedagógicas subalternizantes para atender às exigências advindas do aumento da exploração, da participação ativa do trabalhador no processo produtivo e do controle persuasivo do trabalho pelo capital.

Segundo, a “formação de uma vontade coletiva nacional popular” é utilizada para enfraquecer as lutas de classes, debilitando a solidariedade e a perspectiva classista das classes subalternas, em benefício do fortalecimento de uma vontade corporativa, o que vem fragilizando o planejamento de estratégias de construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

Do ponto de vista dos objetivos do capital, as transformações ou o redimensionamento destes perfis pedagógicos subalternizantes respondem, de acordo com Abreu (2002, p.187), principalmente as necessidades:

Relacionadas à despolitização da questão social, isto é, ao desenvolvimento de processos de inculcação ideológica voltados para o mascaramento dos interesses de classes que conformam a referida questão a partir de uma retórica que incorpora lutas, métodos e discurso das classes subalternas, enfatizando saídas corporativas com base na solidariedade indiferenciada entre as classes sociais. Tais processos ideológicos reforçam de fato tendências à individualização e à responsabilização das classes subalternas quanto à busca de respostas às suas necessidades básicas.

Portanto, a organização/ reorganização do processo produtivo e do trabalho pelo capital em crise funda-se na constituição de um novo trabalhador, caracterizado pela individualização, pela passividade ante as problemáticas sociais, o envolvimento ativo no processo produtivo e pela responsabilização pessoal quanto à busca de meios necessários à sua subsistência e de sua família.

Ao mesmo tempo, concretiza-se nas necessidades de manter a reprodução material e ideológica do conjunto da sociedade, tendo o mercado como instância principal de regulação, através da obtenção do consentimento ativo e passivo das classes subalternas à nova ordem.

Tais necessidades precisam ser atendidas e como mediações de respostas para estas necessidades inscrevem-se as políticas sociais públicas e privadas e as políticas de gestão e consumo da força de trabalho, por meio de estratégias, tais como: a prestação direta de serviços e benefícios sociais, a participação ativa dos trabalhadores nos programas de qualidade total e a atuação da sociedade civil nos Conselhos de Direitos como forma de gestão pública e de controle social, nas quais se inserem os assistentes sociais.

Por outro lado, as transformações socioeconômicas e políticas que assolam a sociedade contemporânea afetam diretamente as relações sociais de produção e reprodução das classes exploradas e, conseqüentemente, incidem sobre as profissões – particularmente o Serviço Social –, suas intervenções, suas funções e seus fundamentos teórico-metodológicos.

Além disto, emergem novas problemáticas que necessitam de uma maior compreensão dos profissionais para o planejamento de estratégias adequadas para responder a essas novas expressões da questão social.

Assim, os diferentes espaços socioinstitucionais nos quais se desenvolvem as práticas profissionais do assistente social são permeados por necessidades sociais contraditórias tanto do capital quanto do trabalho, mas isto não significa que não possa vir a existir a possibilidade de construção de uma prática pedagógica emancipatória que atenda às reais necessidades da classe trabalhadora. Aqui retomamos o pensamento de Yamamoto, quando afirma que por estar inserida no processo de reprodução das relações sociais, e este ser permeado por relações contraditórias, é possível que a profissão venha contribuir com a coletividade na elaboração de uma prática pedagógica transformadora. Para isto é de fundamental importância a formação de profissionais com qualidade teórica e crítica e com um compromisso ético-político com os interesses da classe trabalhadora, para que não venhamos a responder, predominantemente, aos interesses do capital.

### **3 SESC E SERVIÇO SOCIAL**

#### **3.1 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO E A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO EM QUE EMERGE O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**

Embora o Serviço Social do Comércio só se institucionalize no final da década de 40, como objeto de interesse político-ideológico e co-parceiro do capital e do Estado brasileiro, é necessário resgatar a história desta instituição anteriormente a este período. Isso tanto para localizar historicamente sua institucionalização, como para compreender os poderes envolvidos na sua própria constituição, definição de políticas e estratégias de ação, poderes estes que, com raras mudanças, permanecem os mesmos.

Defendemos a idéia de que o Serviço Social do Comércio, no Brasil, surgiu no bojo do esforço empreendido pelos Estados Unidos, potência mundial pós-Segunda Guerra Mundial, para estabelecer um arcabouço institucional multilateral que assegurasse ideologicamente a estabilidade socioeconômica e política no pós-guerra e que garantisse a não-adesão do Brasil – país que havia superado o regime colonial – às idéias do comunismo, para que assim os líderes da Segunda Guerra pudessem promover o comércio internacional sem fronteiras.

O período compreendido entre as duas Grandes Guerras mundiais foi caracterizado por Eric Hobsbawm (1995) como uma “era de catástrofes”. Neste espaço de tempo, além destas guerras, ocorreu uma onda de revolução global e uma crise econômica mundial, seguidas de uma depressão que abalou todas as economias capitalistas. O impacto desta era de disputas se estendeu à totalidade das dimensões da vida, envolvendo todos os cidadãos e mobilizando a maioria, impondo enormes tensões à força de trabalho, com momentos de extensa mobilização de mão-de-obra e outros de dispensa em massa de trabalhadores. Também nesta “era” revolucionou-se a administração e promoveu-se o desenvolvimento tecnológico.

Se a experiência da Primeira Guerra Mundial e das décadas que se seguiram havia sido dramática, como explicar, então, a Segunda Guerra nas proporções em que se deu? A história dos últimos 45 anos do século XX foi marcada pelos acontecimentos resultantes da II Guerra Mundial (1939-1945). A disputa pela hegemonia política, econômica e militar no mundo entre Estados Unidos da América e União Soviética é chamada de Guerra Fria, por ser

considerada uma intensa guerra econômica, diplomática e ideológica travada pela conquista de áreas de influência.

Para Fernandes (1987, p. 253), o término da Segunda Guerra Mundial “delimita o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes”.

A disputa pela hegemonia mundial divide o mundo em blocos de influência das duas superpotências e provoca uma corrida armamentista que se estende por 44 anos. Com sistemas econômicos e políticos diferentes, EUA e URSS<sup>37</sup> colocam o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear, criando armas com potência suficiente para explodir o planeta inteiro. Contrariando as expectativas dos que esperavam um pós-guerra de harmonia e colaboração entre EUA e URSS; estes países passaram a se desentender. Colocaram um no outro a culpa pelo início da Guerra Fria<sup>38</sup>.

Não chegando a acordo nenhum, as duas superpotências trataram de se armar e arregimentar, em tratados ou protocolos, o maior número de povos e países para a sua causa. O mundo, então, dividiu-se em dois grandes blocos antagônicos, separados ideologicamente. De um lado ficava o “Mundo Livre”, os Estados Unidos e os seus aliados. Do outro, alinhavam-se a URSS e seus satélites, sob o regime comunista.

Ambos consideravam-se regimes inconciliáveis. Capitalismo e Comunismo, Democracia e Totalitarismo, apenas aguardavam o momento oportuno para desencadear a 3ª Guerra Mundial, que, dado o potencial atômico de que dispunham, seria a guerra final. A idéia do equilíbrio de forças entre as superpotências, no entanto, de acordo com Hobsbawm (1995) não correspondia à realidade. O potencial americano, excetuando-se a capacidade de mútua destruição, sempre foi várias vezes superior ao dos soviéticos. Mas, provavelmente, foi a entrada da China no mundo socialista que abalou o equilíbrio entre as grandes potências no final dos anos 40.

Entretanto a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu, na verdade, apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embate militar declarado e direto entre Estados

---

<sup>37</sup> A União Soviética apresentava um sistema socialista baseado na economia planificada, partido único (Partido Comunista), igualdade social e falta de democracia. Enquanto os Estados Unidos da América defendiam a expansão do sistema capitalista baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Da segunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas potências tentaram implantar em outros países os seus sistemas políticos e econômicos (HOBSBAWM, 1995).

<sup>38</sup> Para os soviéticos, os americanos assumem a liderança do chamado mundo capitalista livre, e especialmente com o uso da bomba atômica, passam a agir como donos do mundo. Para os americanos, ao contrário, eram os soviéticos que desejavam impor sua ideologia comunista ao restante do planeta (HOBSBAWM, 1995).

Unidos e a antiga União Soviética. Primeiro, porque os dois países estavam armados com centenas de mísseis nucleares e um conflito armado direto significaria o fim dos dois países. E segundo o uso da bomba atômica provavelmente acarretaria o fim da vida no planeta Terra. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países como, por exemplo, na Coreia e no Vietnã (HOBSBAWM, 1995).

Uma peculiaridade da Guerra Fria, apresentada por Hobsbawm, é a não-existência de perigo iminente de guerra mundial, pois, apesar do discurso apocalíptico de ambas as superpotências:

Os governos [...] aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência [...] e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

Historicamente ficou constatado que o perigo de uma supremacia mundial soviética de fato nunca aconteceu, visto que o empobrecimento da URSS, em meio a regiões pertencentes ao capitalismo, impediu a expansão dos ideais comunistas. Diante do quadro de miséria e de opressão não é de admirar que não fosse preciso muitos esforços para em alguns anos transformar a URSS numa região aliada à economia americana.

De fato a guerra só aconteceu, de acordo com Hobsbawm (1995), no campo da ideologia<sup>39</sup>, porque para a maioria dos americanos o Estado democrático seria o modelo para o mundo. O modelo democrático se apresentava como a única forma capaz de manter uma sociedade construída sob o individualismo burguês e a empresa privada, e no qual a própria nação se define como de cidadãos livres. Enquanto a URSS, ao contrário dos EUA, era um totalitarismo, no qual havia uma “centralização do poder com controle total sobre a sociedade, militarização, nacionalismo e censura do pensamento e da expressão” (CHAUÍ, 1997).

O fundamento do discurso político capitalista se encontra na defesa da democracia, da “liberdade”, pautada na idéia da cidadania, organizada em partidos políticos e no sufrágio universal, em que o cidadão pode escolher seus governantes e estes poderão propor soluções técnicas para os problemas sociais (CHAUÍ, 1997). A defesa da igualdade e da liberdade pelo capitalismo foi um discurso bastante eficaz contra o totalitarismo stalinista vivido pela URSS.

---

<sup>39</sup> Entendemos Ideologia como um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico, que surge sob a forma de um conjunto de representações (imagens e idéias) sobre os seres humanos e suas relações sociais (CHAUÍ, 1997, p. 416-7).

O stalinismo deformou as idéias do marxismo, transformando o comunismo num totalitarismo de Estado e na ditadura do partido único. A idéia de Marx de uma revolução proletária mundial se reduziu a uma experiência local, num só país, impondo-se como diretriz obrigatória para os partidos comunistas do mundo inteiro. A tese de destruição do Estado foi abandonada diante da consolidação de um Estado forte, no qual a burocracia partidária constituiu-se numa nova classe dominante, com interesses e privilégios próprios.

O stalinismo contrapôs a tese de Marx de uma nova sociedade baseada na liberdade, na igualdade, na abundância, na justiça e na felicidade com a formação do operário-modelo, militante exemplar e obediente aos comandos do Estado e do partido único. Dedicar a vida ao Estado e ao partido se tornou sinônimo de felicidade, liberdade e justiça para os soviéticos (CHAUI, 1997).

Tanto os EUA quanto a URSS elaboraram planos econômicos e políticos para desenvolver seus países membros e solucionar a disputa de demarcação. Era uma preocupação em comum entre as duas potências a orientação futura dos novos Estados pós-coloniais. A disputa pela estabilidade internacional colocava os novos Estados pós-coloniais como o ponto chave de conflito entre os países hegemônicos:

O controle da periferia passa a ser vital para o 'mundo capitalista', não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do 'mundo socialista' e novas transições para o socialismo (FERNANDES, 1987, p. 253).

Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, os novos Estados pós-coloniais, ou nações dependentes, entram num outro período de sua história. Devido à crise do capitalismo, há o surgimento de nações socialistas e a dissolução interna das sociedades do tipo colonial. Os EUA começam a propor para os novos Estados pós-coloniais o futuro em novos termos.

O medo de uma revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimentos levaram os EUA a transferir o padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista dos países hegemônicos para as economias periféricas. O crescimento econômico e tecnológico dos países subdesenvolvidos, no final da década de 1940, é utilizado com o objetivo de auxiliar os países periféricos a se prepararem para a independência.

Os Estados Unidos da América saíram da Segunda Guerra como a maior economia mundial, convictos de que era fundamental a recuperação das economias européias

destroçadas pela guerra, tanto para a sua própria consolidação enquanto império econômico, como para evitar o avanço do comunismo. A dinâmica que se estabeleceu no pós-guerra contribuiu para expandir e disseminar os princípios da produção fordista para os países europeus e outras regiões. Muito mais do que uma nova base técnica de produção, constituía-se em um novo padrão de desenvolvimento das sociedades capitalistas.

A partir disso, portanto, pode-se pensar que a mobilização empreendida por meio de políticas e planos para a reconstrução material de países europeus e outras regiões, particularmente o Brasil, não decorria de uma ação humanitária dos EUA e aliados, mas, sobretudo, da compreensão que se tinha de que o domínio dos países periféricos é a oportunidade de expansão e consolidação de um mercado livre sem fronteiras.

A exigência de uma estabilidade internacional do capitalismo, de dominação e de liderança sobre os países periféricos chama a atenção e preocupa as grandes potências. Esse contexto de preocupações determina a iniciativa de países hegemônicos da criação de programas de ajuda externa que dinamizem o processo de industrialização e a requisição do Estado para consolidar a hegemonia capitalista.

Só que, diferentemente do que ocorreu nos países do mundo desenvolvido, a industrialização nos países periféricos não resultou necessariamente na melhoria de vida das populações, ou no desenvolvimento dos países, pois o processo de industrialização nesses países se deu de forma dependente de capitais internacionais.

Este fato gerou um aprofundamento da dependência externa, através das dívidas externas, além do que, as indústrias que foram implantadas, por já serem relativamente modernas, não geraram o número de empregos necessários para absorver os trabalhadores, cada vez mais numerosos, que vinham do campo para as cidades.

O processo de urbanização acelerado, que não foi acompanhado de implantação de infra-estrutura e da geração de empregos, e o êxodo rural criaram um dos maiores problemas dos países subdesenvolvidos, particularmente o Brasil, que é o inchaço das grandes cidades, com todos os problemas dele decorrentes.

### 3.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: PRESSUPOSTO PARA UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA (SESC)

No Brasil foi a partir dos anos 30 que se acentuou o processo de industrialização. Diferentemente do que havia se dado nos países que participaram da primeira revolução industrial, aqui o Estado nacional e as empresas multinacionais são figuras centrais no processo de industrialização e no aprofundamento do capitalismo.

Coube à ação estatal, além das funções clássicas, a múltipla tarefa de promover o crescimento, administrar o ciclo econômico, disciplinar a distribuição social da riqueza e comandar a inserção nacional na dinâmica dos interesses multinacionais, o que outorgou ao Estado uma posição decisiva na reprodução econômica, social e política da sociedade. Segundo Rizzotto (2000, p.180),

O Estado Desenvolvimentista brasileiro consolidou o seu formato institucional e suas bases sociais de apoio num longo percurso que se iniciou nos anos 20 e 30 [...], alcançou a sua plenitude a partir dos anos 50, mas, no final dos anos 70, já começava a dar sinais do seu esgotamento. Durante este vasto período, sustentado por uma coalizão socioeconômica de caráter desenvolvimentista, assumiu papel decisivo nos processos de industrialização e modernização da sociedade brasileira, transformando-se, através de sua intervenção e de sua política econômica, em força centrípeta em torno da qual se moviam os infinitos atores e os mais diversos e heterogêneos grupos de interesses. Neste processo, o Estado expandiu-se progressivamente, centralizando poderes, recursos e funções, tornando-se, em grande medida, o definidor de metas e objetivos para toda a sociedade.

Se do ponto de vista da indução do processo de industrialização o intervencionismo estatal, na economia, teve êxito por meio do processo de substituição de importações, da criação de empresas estatais como Petrobrás, Eletrobrás etc. e de generosas políticas de crédito para os setores produtivos, no que se refere à gestão da reprodução social das relações de produção e dominação, o desempenho não foi o esperado.

Ao contrário dos países centrais, o Estado periférico brasileiro não propicia as condições de reprodução social da totalidade da força de trabalho nem assume a responsabilidade pelos 'marginalizados'. Assim, ao invés do Estado de Bem-Estar Social, o que vimos, no Brasil, foi uma combinação permanente e alterada de paternalismo e repressão.

Nos aspectos referentes às expressões da questão social<sup>40</sup>, o Estado Desenvolvimentista notabilizou-se por uma ação seletiva e excludente, verificável, dentre

---

<sup>40</sup> Sobre o conceito de Questão Social, ver nota 18 desta dissertação.

outros aspectos, pela criação de um sistema previdenciário restrito, pela inexistência de políticas sociais progressivas e abrangentes e pelo descaso ao processo migratório decorrente da formação de grandes latifúndios e o conseqüente problema de urbanização que este processo acarretaria nos grandes centros urbanos<sup>41</sup>.

A concentração do pólo industrial, nas regiões Sudeste e Sul, propiciou a emergência de problemáticas específicas, como moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, que por sua vez implicaram a institucionalização de formas de assistência ao trabalhador e sua família. É durante a década de 40 que emerge o interesse pelo atendimento às necessidades da classe trabalhadora, com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em 1943 e o surgimento de instituições estatais como os Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários e Comerciários (IAPI, IAPC) e entidades patronais do tipo Serviço Social da Indústria – SESI e Serviço Social do Comércio – SESC.

Para prestar a assistência à classe trabalhadora, referente às questões de moradia, alimentação, saúde, educação e lazer, fizeram-se necessários profissionais especializados na área do trabalho, particularmente no contexto empresarial. Requisitavam-se profissionais que pudessem interferir nas relações humanas no local de trabalho. O interesse por esse tipo de profissional “não era fundamentado primordialmente em motivos de bem-estar ao homem trabalhador. Ao contrário, procurava-se atendê-lo, fornecer-lhe melhorias para que pudesse atingir os níveis de produção desejados” (RICO, 1987, p. 42).

Encerrando-se o período ditatorial de Getúlio Vargas, desenvolve-se a política populista de Eurico Gaspar Dutra (1946) em consonância com os fenômenos da urbanização e da industrialização. Foi o período em que a população urbana ultrapassou a rural e em que o produto industrial predominou sobre o agrícola. O deslocamento do homem do campo para os grandes centros urbanos provocou o inchaço desordenado das cidades. Sem controle, organização e planos diretores, os serviços públicos de transporte, saúde, saneamento, educação, habitação, comunicação e abastecimento entraram em crise.

O governo Dutra foi marcado, ainda, por uma política econômica conduzida a partir de postulados liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e por uma severa política de arrocho salarial.

---

<sup>41</sup> As metrópoles urbano-industriais, como Rio de Janeiro e São Paulo, passaram a concentrar, no início do processo de industrialização brasileira, as maiores e mais importantes indústrias, o que as tornou tanto os centros da economia como pólos de expressões da questão social. É importante salientar que, atualmente, com o processo de reestruturação produtiva esta tendência de concentração vem sendo substituída por uma política de desconcentração industrial, na qual as indústrias buscam novos locais, para implantação de sede, onde os custos de produção sejam menores.

Dentre os seus propósitos, destaca-se o engajamento político para afastar o Brasil do bloco socialista do Leste-europeu colocando na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil [PCB] e rompendo relações diplomáticas com a União Soviética, para que se promova a paz social. Deve-se a Outra boa parte da predominância que os Estados Unidos exerceram sobre o Brasil nas décadas seguintes.

Diante desse contexto socioeconômico surge a necessidade de assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se pudesse processar o desenvolvimento das forças produtivas e a elevação do padrão de vida dos brasileiros. Para promover o desenvolvimento foi indispensável à elevação da renda nacional, a racionalização da agricultura e a redução da deficiência do homem como força ativa de trabalho.

### **3.3 O SESC E O SERVIÇO SOCIAL**

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas haviam deposto a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e um governo democrático fora eleito em 1946. O País democratizava-se e, com isto, as forças políticas e sociais emergentes procuravam ocupar o espaço de liberdade que os novos tempos traziam. Mas o pano de fundo deste cenário mostrava um país pobre, atrasado e com fortes conflitos sociais.

Por sua vez, a classe dominante almejava participar mais de perto nas decisões governamentais e reduzir a intervenção do Estado na economia. Os representantes do empresariado brasileiro perceberam que os novos tempos exigiam novos métodos nas relações entre capital e trabalho. A época em que a questão social era um caso de polícia estava superada.

As classes produtoras do Brasil [Indústria e Comércio] entenderam que somente através de uma relação harmoniosa entre as forças produtivas dar-se-iam ao país condições de superar os graves problemas com que se defrontava. Para encontrar soluções para os problemas sociais que enfrentavam, as lideranças empresariais do comércio, indústria e agricultura reuniram-se na cidade de Teresópolis na I Conferência das Classes Produtoras – I CONCLAP [1945].

O documento mais representativo desta reunião foi a "Carta de Teresópolis", que propunha o combate ao pauperismo, o aumento da renda nacional, o desenvolvimento das forças econômicas, a democracia econômica e a justiça social. Fundamentados nos

princípios sociais da Carta de Teresópolis, um grupo de empresários lançou em 1946 a Carta da Paz Social.

A Carta da Paz Social — que deu forma à filosofia e ao conceito de Serviço Social custeado pelo empresariado — expressava o desejo de estabelecer solidariedade e harmonia entre capital e trabalho. Começava a nascer assim, no Brasil, uma iniciativa para humanizar essas relações, com a criação dos serviços sociais, tanto da indústria, quanto do comércio.

A proposta contida na Carta da Paz Social foi submetida ao Governo Federal. E, naquele mesmo ano de 1946, no dia 13 de setembro, o Presidente Eurico Gaspar Dutra assinava o Decreto-Lei nº 9.853 que autorizava a Confederação Nacional do Comércio a criar o Serviço Social do Comércio – SESC.

A Confederação Nacional do Comércio recebeu o encargo de criar o SESC, com "a finalidade de planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade"<sup>42</sup>.

O primeiro parágrafo desse artigo estabelece que na execução dessas finalidades o Serviço Social do Comércio terá em vista, especialmente, a assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte); providências no sentido da defesa do salário real dos comerciários; incentivo à atividade produtora; realizações educativas e culturais, visando a valorização do homem; pesquisas sociais e econômicas.

Para o exercício de suas funções fica estabelecido que o Serviço Social do Comércio desempenhe suas atribuições em cooperação com os órgãos afins existentes no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e quaisquer outras entidades públicas ou privadas de Serviço Social.

Basicamente, sua finalidade reside em prestar ao trabalhador e a seus dependentes educação básica e assistência social nas áreas da saúde, alimentação, lazer, esporte e cultura. O Serviço Social do Comércio - SESC surge, assim, como resultado da ação de empresários e organizações sindicais, sob o comando de João Daudt d'Oliveira, para incentivar e estimular a cooperação entre capital e trabalho e promover o progresso social:

---

<sup>42</sup> Artigo 1º, Decreto-Lei n.º 9.853 de 13 de setembro de 1946.

Nasceu a Entidade com o objetivo de atender “às necessidades sociais urgentes” dos trabalhadores do comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades maiores e “criar condições de seu progresso”. Reconhecendo os problemas sociais como “problemas de massa e como problemas de estrutura”, o idealizador do SESC definia a ação do serviço social como instrumento de, não apenas, alívio de situações individuais desfavoráveis, mas também de transformação e progresso social<sup>43</sup>.

O SESC configura-se no cenário socioeconômico do País como uma entidade de direito privado. Está presente nos 26 estados da União e no Distrito Federal com uma estrutura descentralizada e autônoma, tanto para a gestão como para a criação e execução de projetos e atividades orientadas por diretrizes propostas pelo Departamento Nacional e aprovadas pelo Conselho Nacional do SESC. Apresentam-se como finalidades, segundo suas Diretrizes Gerais (2004):

- 1 - Contribuir para a melhoria da qualidade de vida<sup>44</sup> dos trabalhadores no comércio e seus dependentes;
- 2 - Contribuir, no âmbito de suas áreas de ação, para o desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos.

Considerando estas finalidades, possui os seguintes objetivos gerais:

- a) fortalecer, através da ação educativa, propositiva e transformadora, a capacidade dos indivíduos para buscarem, eles mesmos, a melhoria de suas condições de vida;
- b) oferecer serviços que possam contribuir para o bem-estar de sua clientela e melhoria de sua qualidade de vida, e;
- c) contribuir para o aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural.

A face política desta Entidade corresponde ao modelo de composição jurídico-privada, organizada e gerida por representantes do empresariado do comércio de bens e serviços, destinado aos comerciários<sup>45</sup> e sua família.

---

<sup>43</sup> Diretrizes Gerais de Ação do SESC, 2004.

<sup>44</sup> Entenda-se por qualidade de vida as condições materiais e imateriais da existência do trabalhador e de sua família, as condições de emprego e de salário que garantem essas condições e o estado físico, psíquico e social dos componentes do grupo familiar (Diretrizes Gerais de Ação do SESC, 2004).

<sup>45</sup> Entende-se por comerciário o empregado que estiver exercendo atividades em empresas ou entidades enquadradas nos planos da Confederação Nacional do Comércio ou vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e/ou que sejam contribuintes do SESC (Diretrizes Gerais de Ação do Sesc, 2004).

Criado, mantido e administrado pelo empresariado do comércio, o SESC tem em função mesmo dessa origem valores que orientam sua ação, tais como o estímulo ao exercício da cidadania, o amor à liberdade e à democracia como principais caminhos da busca do bem-estar individual e coletivo<sup>46</sup>.

A entidade apresenta como primeiro espaço privilegiado de atuação suas unidades físicas, suas instalações e equipamentos. Nestes espaços a entidade desenvolve suas atividades principais, buscando atender de forma prioritária o comerciário e seus dependentes.

O segundo espaço de atuação do SESC é a comunidade, alcançando a população em geral, sem exclusividade para o comerciário, com ações que tenham objetivos mais abrangentes.

Levando-se em consideração, no entanto, que um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida do trabalhador é sua condição de trabalho, o SESC define a empresa comercial como o terceiro espaço de atuação na busca de seus objetivos.

No âmbito da empresa comercial, o trabalho da entidade consiste em realizar uma ação de parceria com o empresário que a mantém, para que, no interesse do “bem-estar do trabalhador e, conseqüentemente, da própria empresa, busquem-se formas de aperfeiçoamento dos serviços e benefícios oferecidos aos seus empregados” (Diretrizes Gerais de Ação do SESC, 2004).

A ocupação deste espaço de trabalho, incipiente nos primórdios da ação da entidade, encontra respaldo nas palavras de João Daudt d’Oliveira:

Outro processo importante da atuação será o fomento e a assistência aos serviços realizados pelas empresas em benefício dos comerciários. Procuramos facilitar essas atividades exercidas para o efeito de elevar as condições de vida dos empregados e as relações de trabalho e de aumentar a produtividade. Divulgaremos os exemplos e as experiências, estudá-los-emos, ofereceremos sugestões, prestaremos assistência técnica constante e apoio material, sempre que esteja em nossas possibilidades e apresente a obra interesse amplo para a coletividade comerciária<sup>47</sup>.

Dessa forma, o Estado institucionaliza a iniciativa da burguesia comercial para que essa classe organize e gere mecanismos assistenciais unificadores das iniciativas já existentes em empresas, num complexo assistencial, transferindo sua ação das unidades de

---

<sup>46</sup> Estes princípios fundamentais estão consignados na Carta da Paz Social, na qual se lê: “A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados essenciais aos objetivos da felicidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional” (CARTA DA PAZ SOCIAL, 1971).

<sup>47</sup> OLIVEIRA, João Daudt d’. Discurso da Instalação do Conselho Nacional. 1947. In: Diretrizes Gerais de Ação do SESC, 2004.

produção para o cotidiano da vida do comerciário. A partir daí podem-se encontrar também meios e medidas para a melhoria das relações de trabalho na direção da satisfação no emprego que resultem em melhoria de produtividade.

O surgimento da entidade SESC se enquadra num processo marcado pela maior organização do empresariado, quando este busca definir e homogeneizar uma série de serviços sociais que se relacionam com a “nova situação internacional, ao novo estatuto econômico do pós-guerra e a seus efeitos internos, tanto no plano econômico como no político” (IAMAMOTO, 1998, p.270).

Explicita-se, também de forma objetiva, uma proposta de enfrentamento da questão social – apreendida como problema social – cuja solução depende da elevação da renda nacional. E o caminho viável para a elevação do nível de renda da população será o aprofundamento da industrialização e a racionalização da agricultura, o que viabilizará o fortalecimento do mercado interno, centro das atividades produtivas.

Para propiciar a elevação da renda nacional, as classes produtoras do Brasil reclamam uma atuação mais eficaz do poder político. Responsabiliza-se o Estado, através da extensão da educação, da ampliação da previdência, da cultura e do lazer, por tornar viável, de forma indireta, o incremento do nível de renda.

Entendia o empresariado brasileiro que o aumento do nível de renda da população era a “justa” solução para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Por meio desta seria possível integrar parte das camadas exploradas aos frutos do desenvolvimento econômico. Entretanto, para que isto viesse acontecer seria necessária a adesão e cooperação da classe trabalhadora nesse processo de mudança. Assim, era extremamente importante “reduzir a deficiência do homem como agente da produção” (IAMAMOTO, 1998, p.270).

Reduzir a deficiência do homem como força ativa de trabalho implicava elevar o nível cultural do trabalhador através da “maior difusão da instrução pública e particular, recreação adequada e melhores condições de higiene e conforto material e espiritual” (IAMAMOTO, 1998). A educação do trabalhador é posta como condição importante para superar essa deficiência:

Pondo-o em condições compatíveis quanto à alimentação, educação, habitação para si e sua família e quanto à eficiência nos métodos de produzir, será possível superar sua subnutrição, estado físico precário, falta de responsabilidade e cooperação, sua ausência de esforço e desejo de melhorar, que estão na origem de sua instabilidade e causam enormes danos à produção (IAMAMOTO, 1998, p.271).

A oferta de direitos sociais para a classe trabalhadora aparecerá como uma das preocupações centrais nos discursos das classes produtoras do Brasil, destacando-se a alimentação do trabalhador como prioridade absoluta. A luta por direitos sociais também se fará presente no discurso social da Igreja Católica.

Segundo Yamamoto (1998), na década de 40 verificam-se importantes mudanças no pensamento social da Igreja Católica. Com a realização do II Congresso Brasileiro de Direito Social [1946], a Igreja buscará rever seu posicionamento político e ideológico, e envidará esforços junto com o empresariado e o Estado para a promoção da paz social. É nas discussões travadas pelo empresariado que a Igreja Católica vai encontrar respaldo para a reforma moral da sociedade. Nesse momento, para a Igreja, não se tratará mais de submeter o Estado laico e a sociedade burguesa ao direito natural ou aos dogmas da Igreja Católica, mas ao Direito Social.

O Direito Social terá como princípio a economia solidarista que busca articular os diferentes grupos sociais de forma que estes se submetam ao bem comum. Isto não quer dizer que a economia solidária não vise o lucro, mas, deverá fora da ação do Estado, “integrar os indivíduos dentro de uma ordem comunitária em que capital e trabalho [...] terão sua apetitividade pautada através do lucro e salários justos, a fim de atender às necessidades materiais e espirituais da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p.272).

A submissão da economia ao direito social disseminará uma nova visão de empresa, na qual esta será vista como um órgão da comunidade, como uma função social. A socialização da riqueza produzida para todos deve surgir a partir da crescente integração entre o capital e o trabalho dentro das modernas unidades de produção ou da prestação de serviços por meio da solidariedade e da participação nos lucros.

Para promover essa harmonia entre o capital e o trabalho o Serviço Social será reafirmado como elemento chave para esta harmonização. O Serviço Social atuará no sentido de conscientizar o patronato e preparar uma elite de trabalhadores que viabilize aquele tipo de comunhão.

Esta integração estará visivelmente presente na idealização e implantação do Serviço Social do Comércio, instituição que representará a contribuição máxima da burguesia comercial para o esforço de elevação da renda nacional através da prestação de benefícios indiretos.

O Serviço Social do Comércio será a instância maior de resposta do empresariado para intervir na questão social. Este abandonará sua postura tradicional de negar ou deixar ao

Estado a gestão dos problemas sociais e passará a interferir de forma mais objetiva com uma ampla política assistencial do comércio.

### **3.4 EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**

As interfaces entre o campo da educação e o campo da saúde são resultantes da articulação entre disciplinas das ciências sociais e das ciências da saúde. Atualmente, é bastante conhecida a importância da educação nos processos de construção de uma condição saudável de vida. Sabemos que em qualquer área de atuação [saúde, educação] os conhecimentos são partilhados, construídos, reconstruídos e ressignificados conforme o momento sócio-histórico, e aplicados (ou não) na construção de práticas importantes para o bem viver e a boa saúde.

A interseção entre saúde e educação sugere reflexões a partir dos mais diversos olhares e referenciais. Assim sendo, optamos por discutir neste tópico a trajetória histórica de encontros desses setores no Brasil, a partir das relações que se estabelecem entre Estado e Sociedade, “uma vez que tanto a saúde quanto a Educação, e talvez mais ainda a Educação em Saúde, são tradicionalmente entendidas como políticas públicas setoriais” (SMEKE; OLIVEIRA, 2001, p. 117).

Entenderemos estas políticas como espaço de disputa de poder, em que grupos e forças sociais distintas, por meio de um conjunto de saberes e práticas diversas, controlados por poucos, se tornam capazes de dominar os demais, convencendo-os segundo uma direção social, intelectual e moral.

Influenciada pelas experiências européias dos séculos XVIII e XIX, em que se via a necessidade de entender a influência das condições de vida sobre a saúde da classe operária e de como intervir sobre ela, a educação em saúde no Brasil tem sua gênese marcada por discurso e práticas normatizadoras.

Implementada desde as primeiras décadas do século XX, a educação em saúde era tradicionalmente conhecida como Educação Sanitária<sup>48</sup>. As necessidades de controle sobre a situação sanitária, posta pela economia agroexportadora, impulsionaram propostas de controle higiênico sobre todos os segmentos da sociedade brasileira, incluindo os trabalhadores.

A respeito desta questão, as pesquisadoras Elizabeth de Leone Monteiro Smeke e Nayara Lúcia S. de Oliveira afirmam em um de seus artigos que:

A polícia sanitária, liderada por Oswaldo Cruz, adotou medidas de controle de enfermidades (febre amarela, peste, varíola, tuberculose, sífilis, entre outras), mediante a vacinação compulsória, da vigilância sobre atitudes e moralidades dos pobres, da normatização arquitetônica do espaço urbano e dos portos (demolições periódicas de estalagens e cômodos, legislações municipais determinando a construção de vilas operárias baratas e saudáveis em áreas pouco povoadas). Entretanto, as categorias subordinadas, agora ampliadas pela participação de imigrantes europeus portadores de ideologias libertárias anarquistas e anarcossindicalistas compunham uma cultura avessamente sensível às práticas de dominação e exploração, fermentando movimentos de resistência. Rebeliões como a Revolta da Vacina (1904) e greves foram expressões do descontentamento da população ante o autoritarismo das ações, que trouxeram para o plano governamental novas exigências para as relações de classe que se configuravam (2001, p.118).

A partir de 1923, com a aprovação de uma nova legislação sanitária, além da regulamentação da assistência médica das Caixas de Pensões e de Aposentadoria (Lei Elói Chaves), o movimento higienista amplia seu poder e espaço de atuação, intervindo na educação sanitária da população, divulgando medidas de higiene pessoal e pública.

Os estudiosos do movimento higienista vão aos poucos percebendo que para manter medidas eficazes de higienização social era necessário intervir tanto nos espaços urbanos quanto na vida pessoal e familiar das camadas pobres. As ações passam a ser dirigidas não apenas aos espaços urbanos (portos, moradias etc.), mas como respostas a reivindicações em decorrência de uma nova correlação de forças, em que o segmento popular interessava. Neste período, a dominação coercitiva das políticas de Estado se baseava pela concepção de que as pessoas deveriam se guiar pela racionalidade técnico-científica.

---

<sup>48</sup> A Educação Sanitária, instituída na década de 20, tinha propósitos claros de higienização social e cumpria a tarefa de normatização da arquitetura do espaço urbano e de controle higiênico das camadas menos favorecidas da população, disciplinando a vida cotidiana das camadas trabalhadoras. Objetivava, assim, impedir as obras resultantes da indisciplina de certos moradores, teimosos em manterem o desasseio em suas casas, rebeldes por índole e educação aos conselhos de higiene. A educação deveria trabalhar a consciência do indivíduo, assumindo o papel de transmissora de preceitos e normas médico-sanitárias, partindo da compreensão de que cabia ao indivíduo a responsabilidade pela sua saúde, através da aquisição de uma consciência sanitária (CRUZ, 1906, *apud* COSTA, 1984, p. 14)

Opera-se no Brasil, neste momento, dois movimentos constitutivos da ordem liberal burguesa. Em primeiro lugar caminha-se para o descredenciamento e a desqualificação da concepção natural da morbidade, baseada em valores relacionados aos conceitos de povo de Deus e caridade cristã. Em segundo lugar, inicia-se a mitificação da ciência e da técnica, que se baseiam na produção e no consumo de bens individuais:

Nesse sentido, as práticas sociais dos sujeitos que se vêm constituindo acentuam características, também na Saúde, de aproximação entre vida e ciência — e seu produto — a tecnologia, de valorização da cidade e da fábrica, do indivíduo e do consumo e de desqualificação do campo, da agricultura e da vida associativa. Temos, então, um terreno fértil para a hegemonização do conceito de saúde como capacidade de consumo de tecnologia por meio da assistência médica (SMEKE; OLIVEIRA, 2001, p.120).

Nos anos 30 até meados da década de 40, presencia-se uma exacerbação da doutrina higienista. A proposta pedagógica de educação em saúde passa a se orientar por princípios da eugenia, visando preservar uma raça sadia e hígida. O higienismo da raça buscava evitar, mediante a cooperação entre ciência, educação, propaganda e legislação, qualquer desordem social ou moral, passando por cima da vontade individual, familiar, ou de quem quer que fosse (SMEKE; OLIVEIRA, 2001).

As diretrizes de aprimoramento eugênico, respaldadas pelos imperativos biológicos e evolucionistas, orientavam a proposição de hábitos de vida puritanos e do casamento eugênico para impedir a multiplicação dos inaptos. De acordo com os novos postulados médicos, de base biológica, os problemas de saúde da população estariam relacionados à sua ignorância de normas de higiene, ou seja, à mudança de atitudes e comportamentos individuais.

Assim, o processo educativo deveria trabalhar a consciência do indivíduo, assumindo o papel de transmissora de preceitos e normas médico-sanitárias, partindo da compreensão de que cabia ao indivíduo a responsabilidade pela sua saúde, através de aquisição de uma consciência sanitária<sup>49</sup>. Com base nas ciências biológicas, estruturava-se o conteúdo que era difundido para os indivíduos e grupos sociais. Tratava-se de conteúdo formal, desvinculado das condições e realidades de vida das populações das distintas regiões do país.

---

<sup>49</sup> As concepções e as práticas higienista e eugenista que hegemonizavam a Educação em Saúde nesse período, a concepção de sujeito aí explicitada é a de um povo-brasileiro culpabilizado individualmente, mas redimível pela subsunção às engrenagens da ordem social, cujas estratégias se pautavam pela biologização determinista (genético-hereditária) do processo saúde/doença. Entretanto, pode-se depreender também que apesar da tendência hegemônica expressa, outros contramovimentos estavam acontecendo nos subterrâneos da saúde e da sociedade brasileira (SMEKE; OLIVEIRA, 2001, p.120).

A doutrina higienista teve influência na sociedade brasileira até meados dos anos 40, quando outras formas de participação social (movimentos de organização da comunidade), através da articulação das forças sociais progressistas, vão caracterizar novas relações sociais com o Estado e a sociedade para estabelecer uma nova tendência da Educação em Saúde.

O pós-guerra vai encontrar a sociedade brasileira em efervescência, com a possibilidade de os partidos de esquerda reaparecem no cenário nacional. O renascimento dos movimentos sociais e as manifestações operárias vinham se gestando nas regiões industrializadas, recentemente, graças à política de substituição de importações e a criação das indústrias de base, bem como à legislação trabalhista fomentada pelo populismo de Vargas, decorrente das necessidades de legitimação.

Na saúde, a partir do interesse pela exploração da borracha e de minérios na região amazônica, firma-se em 1942, entre Brasil e Estados Unidos, um acordo que cria a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Este serviço sanitário passou a atuar prioritariamente nesta região, combatendo a malária e a febre amarela — os maiores flagelos a dizimar a mão-de-obra nos seringais — a partir de uma educação sanitária que utilizava técnicas didáticas mais modernas, como o trabalho com grupos e o uso de recursos audiovisuais.

Além disso, o SESP introduziu a ideologia do desenvolvimento de comunidade, da participação comunitária e da educação de grupos. Teve também influência na elaboração do currículo da educação sanitária, incorporando os aspectos socioeconômicos e culturais na maneira de perceber e explicar a relação saúde-doença.

Segundo Cardoso de Melo (1984), embora os fatores sociais, econômicos e culturais sejam considerados para entender a doença, esta ainda era percebida como fenômeno individual. Educar o indivíduo ainda se apresenta como solução para prevenir doenças e caminhar para uma melhor qualidade de vida.

Apesar da introdução de novas técnicas (trabalho com grupo, uso de recursos audiovisuais e desenvolvimento de liderança), a população continuava a ser vista como passiva e incapaz de uma autonomia em relação a sua própria saúde.

É nesse período de desenvolvimento de comunidade e de redefinição dos pressupostos teóricos e metodológicos da Educação em Saúde, que emerge o Serviço Social do Comércio (1946) como entidade privada mantida pelos empregadores e pela contribuição dos trabalhadores do comércio, para buscar estratégias de enfrentamento das necessidades de sua

população-alvo, selecionando-se a Saúde como área prioritária para a realização de assistência educativa aos trabalhadores<sup>50</sup>.

Após cinco anos de institucionalização, o SESC realiza a Primeira Convenção Nacional de Técnicos (1951), objetivando reavaliar sua política de assistência social e reorientar suas atividades para desenvolver um trabalho social de maior alcance. A tarefa principal deste evento foi realizar uma análise minuciosa das condições específicas das populações comerciárias de todos os Departamentos Regionais, incluindo-se seus ambientes de vida para caracterizar, com base nas realidades locais, as diretrizes gerais de seus programas de ação (SESC/DN, 2005, p.21).

Um dos resultados dessa Convenção foi a definição de permanência do profissional de educação sanitária no campo do serviço médico-social, visando a efetivação de campanhas educativas para eliminar causas de absenteísmo. Essas campanhas seriam desenvolvidas a partir de dados, identificadas por meio de pesquisas sociais, realizadas nos ambientes de convívio da classe trabalhadora<sup>51</sup>, demonstrando quais as áreas prioritárias para a ação educativa.

Realizada em 1956, a II Convenção Nacional dos Técnicos do SESC avança na discussão da participação do SESC como agente de organização da comunidade, enfatizando-se o desenvolvimento de atividades na área da educação sanitária e das campanhas preventivas contra enfermidades, com a integração nos movimentos da ação social da comunidade. Esta atividade era realizada principalmente através de visitas domiciliares, articuladas ao Serviço Social Materno e no combate à Tuberculose, áreas que nos anos 50 se impunham como prioritárias para o movimento sanitário no país.

O movimento de contraposição à educação sanitária, a favor da educação em saúde, ocorre a partir de 1967, com a abertura do curso de Educação em Saúde Pública, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

---

<sup>50</sup> Reconhecendo a importância de considerar as necessidades de sua população-alvo, bem como buscar estratégias para seu enfrentamento, foi estabelecida a ação que a entidade deveria desenvolver para a solução de problemas mais prementes que atingiam a classe comerciária e que se transformariam em indicações dos campos iniciais de atuação do SESC. Estes foram basicamente: Saúde, Educação, Transporte, Habitação, Alimentação, Vestuário e outros. Assim, segundo estudos institucionais realizados, o ponto de partida foi a seleção das necessidades por prioridades, com hierarquização. A partir daí ficou estabelecido que o SESC trataria em ações supletivas algumas áreas da lacuna existentes no campo da assistência social e que não eram cobertas pelo Governo, o que não excluía atendimento, dentro do possível, a outras solicitações da classe comerciária. Foram criados os Serviços Médicos Assistenciais, que incluíam: Maternidade e Infância; Assistência aos Tuberculosos; Assistência Dentária; Serviço Social de Casos. A Educação Sanitária, nessa classificação, surgiu como componente dos chamados Serviços Paramédicos, juntamente com a Nutrição (SESC/DN, 2005).

<sup>51</sup> A ênfase dada à ação e orientação educativa não-formal, enquanto meio de contribuir para o bem-estar social da coletividade comerciária, baseava-se na concepção do homem enquanto livre e responsável, capaz de atuar no seu contexto para modificá-lo e fazê-lo progredir, responsável não só pelo seu destino individual, como também pelo de sua comunidade e de sua sociedade (SESC/DN, 2005, p.21).

O cenário político, econômico e social é marcado pelo governo militar, imposto pela Revolução de 1964. O período ditatorial é caracterizado pelo fechamento das instituições, o aprofundamento das relações sociais capitalistas de produção, a concentração de renda, a diminuição dos gastos com as políticas sociais. Verifica-se também a expansão de serviços médicos privados, principalmente hospitalares, em que as ações educativas não tinham espaço significativo.

Desde os anos sessenta, a educação em saúde no Brasil foi basicamente uma iniciativa das elites políticas e econômicas e, portanto, subordinada aos seus interesses. Caracterizava-se pela imposição de normas e comportamentos considerados adequados por aquelas elites, por meio da Educação Sanitária para os grupos populares que conquistaram maior força política. As ações de educação em saúde foram esvaziadas em favor da expansão da assistência médica individualizada.

Delimitaram-se os espaços de atuação da educação em saúde na área do planejamento familiar, com o objetivo de manter o controle demográfico. A tranquilidade social imposta pela repressão política e militar possibilitou ao regime voltar suas atenções para a expansão da economia, diminuindo os gastos com as políticas sociais.

A década de 60 marca o encerramento, no SESC, dos serviços especializados de tuberculose e materno-infantil, que em conjunto com a educação sanitária formavam as práticas denominadas “Defesa da Saúde”. Em 1967 o SESC realiza o I Seminário sobre Educação Permanente e Defesa da Saúde, no intuito de definir aspectos básicos na política que contemplassem estes campos, a partir de suas prioridades de ação e da disponibilidade de recursos.

Um ponto de destaque no relatório desse seminário foi a necessidade de contratação de um profissional especializado para desenvolver os programas de educação sanitária, visto que a ausência de um educador sanitário dificultava o planejamento e a implementação de ações nessa área<sup>52</sup>, bem como entendia-se que além da assistência médica, em qualquer um dos trabalhos com que o SESC atinge a sua população, há reflexos diretos ou indiretos na saúde.

É a partir da década de 70, com as transformações socioeconômicas e políticas e, principalmente, com o fortalecimento dos movimentos da sociedade civil, que os profissionais de saúde passam a repensar a educação e a sua prática.

---

<sup>52</sup> Em 1968, a prioridade dada aos serviços médicos propiciou a contratação de profissionais com formação/especialização nas áreas: educação sanitária, serviço odontológico e alimentação e nutrição. No caso da Educação em Saúde, a partir da incorporação de um sanitarista iniciou-se o redimensionamento da Atividade em uma entidade de bem-estar social (SESC/DN, 2005, p.22).

Criam-se condições para a emergência de uma série de experiências de educação em saúde que significaram uma ruptura com o padrão desenvolvido pela ditadura militar. É nessa época que começam a aparecer os trabalhos de educação popular no campo da saúde, inspirados nas idéias e práticas desenvolvidas por Paulo Freire, para a compreensão de uma educação de saúde comprometida com a transformação da realidade:

A tradicional concepção da educação sanitária voltada para a mudança de comportamento foi sendo superada pela compreensão da prática educativa como um compromisso com a transformação da realidade. A educação passa, então, a ser repensada como um processo capaz de desenvolver nas pessoas a consciência crítica das causas dos seus problemas e, ao mesmo tempo, criar uma prontidão para atuar no sentido da mudança. Este é o momento em que se pode, bem mais do que nos anos 60, falar de uma experiência de Educação Popular na área da Saúde. E ela se realiza quando o trabalho profissional de Saúde Pública funde-se em um trabalho cultural de Educação Popular por meio da Saúde [...]. Quando ela se estende a uma ação cultural ampliada de diálogo e de crescimento de parte a parte, em busca de saídas e de soluções sociais a partir do que se vive e do que se troca, do que se aprende e do que se motiva, quando se dialoga crítica e criativamente sobre a vida e o mundo por intermédio do corpo e da saúde (BRANDÃO, 2001, p. 26).

Com os partidos e sindicatos esvaziados, a população vai aos poucos buscando novas formas de resistência. A Igreja Católica, que conseguira se preservar da repressão política, apóia o movimento popular, possibilitando o engajamento de intelectuais das mais diversas áreas. O método da educação popular, sistematizado por Paulo Freire, constitui-se como norteador da relação entre intelectuais e classes populares. Muitos profissionais de saúde, insatisfeitos com as práticas mercantilizadas e rotinizadas dos serviços de saúde, engajam-se naquele processo.

Nos subterrâneos da vida política e institucional, tece-se a estrutura de novas formas de organização da vida política. As experiências possibilitam aos intelectuais o acesso à dinâmica de luta e resistência das classes populares e fazem com que comecem a conhecê-la. Diante do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico.

No SESC, consolida-se o momento histórico da elaboração do documento “Política de Educação para a Saúde no SESC”, que emerge da necessidade de sistematização da prática educativa em saúde. Os pontos principais deste documento enfatizam a programação da ação educativa em saúde, nas seguintes direções: a) levantamento e análise da situação de saúde da clientela; b) análise organizacional dos Departamentos Regionais; c) levantamento das condições de trabalho nas empresas; d) procura e experimentação de novas estratégias

educacionais adequadas às circunstâncias da clientela e à configuração dos seus problemas de saúde, e; e) desenvolvimento de estratégias de ação conjunta e coordenada com as empresas e com os órgãos de saúde governamentais, visando ao melhor atendimento dos recursos disponíveis para a saúde (SESC/DN, 2005, p.24).

A prática educativa em saúde no SESC passa a assumir novos pressupostos teóricos e metodológicos que levavam a considerar não só os elementos comportamentais dos problemas levantados, mas, principalmente, a identificação dos conceitos que os perpassam, sob o ponto de vista da clientela.

A organização da programação, portanto, refletiu sobre a preocupação com a articulação de saberes na direção do exercício da cidadania, considerando-se a experimentação e a pesquisa de processos educacionais que melhor apoiassem práticas educativas para a saúde, estabelecendo que a participação da população deve ser envolvida desde a fase inicial para se determinar seus interesses, recursos e aspirações do grupo.

### **3.4.1 As Contribuições da Estratégia de Promoção da Saúde a partir da Década de 80**

Com a conquista da democracia política e a construção do Sistema Único de Saúde na década de 1980, as experiências localizadas de trabalho comunitário em saúde perderam sua importância. Os movimentos sociais passaram a lutar por mudanças mais globais nas políticas sociais. Os técnicos que nelas estiveram engajados agora lutam para ocupar espaços institucionais amplos, onde uma convivência direta tão intensa com a população não é mais possível.

Contudo, a experiência de integração vivida por tantos intelectuais e líderes populares, o saber ali construído e os modelos institucionais que começaram a ser gestados continuaram presentes. Em muitas instituições de saúde, grupos de profissionais têm buscado enfrentar o desafio de incorporar ao serviço público a metodologia da educação popular, adaptando-a ao novo contexto de complexidade institucional e da vida social nos grandes centros urbanos.

De acordo com Vasconcelos (2001) os profissionais enfrentam tanto a lógica hegemônica de funcionamento dos serviços de saúde, subordinados aos interesses de legitimação do poder político e econômico dominante, como a carência de recursos, oriunda do conflito distributivo no orçamento, numa conjuntura de crise fiscal do Estado. Neste

sentido, esses grupos estão engajados na luta pela democratização do Estado, na qual o método da educação popular passa a ser um instrumento para a construção e ampliação da participação popular no gerenciamento e reorientação das políticas públicas.

A proposta de transformação do modelo de atenção à saúde, fundamentado na concepção da saúde enquanto resultante de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, apresenta-se como um desafio aos profissionais da área e aos governos. A busca por um modelo que supere o atendimento hospitalar privatista à questão da saúde e doença na sociedade requer a formulação de propostas e estratégias que tenham por meta a promoção da saúde para todos os indivíduos, prevenção de riscos e agravos.

O novo modelo de atenção proposto busca incorporar o modelo clínico vigente – baseado na doença, na relação individualizada entre profissional e paciente e na intervenção cirúrgica e medicamentosa – com um modelo de atenção centrado na qualidade de vida das pessoas e do seu ambiente [incluindo o ambiente de trabalho], bem como nas relações interpessoais.

Nesse novo modelo de atenção à saúde, o indivíduo é estimulado a ser agente da sua própria saúde e da saúde da comunidade na qual está inserido. Faz-se necessária, para tal propósito, a intensificação do processo de informação e educação em saúde.

Historicamente, é a partir do final da década de 70 (1978), quando foi realizada, em Alma-Ata, a Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde, e foi lançado aos Estados-Membros o apelo por **“Saúde para todos no ano 2000”**, que a questão sobre promoção da saúde se fez presente nos debates técnico-sociais. O lema desse evento ligado à saúde apresentou como desafios para os países: a redução das desigualdades, o aumento da prevenção e o favorecimento da autonomia dos indivíduos. Assim, as ações de prevenção passaram a ser determinadas como uma etapa no processo de promoção da saúde, através da capacitação dos indivíduos e grupos para a adoção de estilos de vida saudáveis.

Existem vários documentos, em nível mundial, sobre a promoção da saúde, que vão desde as primeiras formulações para a introdução do conceito, até os que consistem em seus desdobramentos. Citaremos os principais:

- 1986 – Carta de Ottawa;
- 1988 – Declaração de Adelaide;
- 1991 – Declaração de Sundsvall;
- 1992 – Declaração de Bogotá.

A I Conferência Internacional de Promoção da Saúde foi realizada em Ottawa, Canadá. Teve como resultado principal da publicação da Carta de Ottawa a promoção da saúde. Esse documento tem sido tomado, desde a sua publicação, como instrumento de regulação e orientação para a promoção da saúde em nível mundial. Nele consta o conceito de promoção, seus grandes determinantes e os campos de atuação para a promoção da saúde.

Na Carta de Ottawa (1986, pp.11-12), a promoção da saúde é conceituada como:

Processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai, para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global.

Nessa perspectiva são considerados fatores determinantes da promoção da saúde: a educação, a profissionalização, a geração de renda, a habitação, o ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. Estabelecem-se cinco campos de atuação para a saúde:

- Construção de políticas públicas saudáveis;
- Criação de ambientes favoráveis à saúde;
- Desenvolvimento de habilidades individuais (*empowerment* individual e coletivo);
- Reforço da ação comunitária;
- A reorientação do serviço de saúde.

Amplia-se o conceito de saúde, quando se define que:

A saúde é construída e vivida pelas pessoas no seu dia-a-dia: onde elas aprendem, trabalham, divertem-se e amam. A saúde é construída pelo cuidado de cada um consigo mesmo e com os outros, pela capacidade de tomar decisões e de ter controle sobre as circunstâncias da própria vida, e pela luta para que a sociedade ofereça condições que permitam a obtenção da saúde por todos os seus membros (Carta de Ottawa, 1986, p.17).

A partir da ampliação e inovação do conceito de saúde, presente no documento supramencionado pode-se auferir algumas conclusões: a) a saúde é compromisso e responsabilidade de cada indivíduo, desde os cuidados com a higiene pessoal até as relações interpessoais; b) deve haver uma co-responsabilidade entre indivíduo e sociedade para a

promoção da saúde e; c) a execução da promoção da saúde deve acontecer no cotidiano do indivíduo, no seu ambiente de vida, de lazer e de trabalho.

A Conferência de Adelaide foi realizada em abril de 1988, com o objetivo de reafirmar o compromisso firmado em Ottawa. Dentre os cinco campos de atuação da promoção da saúde se priorizou “a construção de políticas públicas saudáveis”, que se caracteriza pelo interesse e preocupação de todas as áreas das políticas públicas em relação à saúde e à equidade, e pelos compromissos com o impacto dessas políticas sobre a saúde da população. Nessa conferência, foram indicadas quatro áreas prioritárias para promover ações imediatas em políticas públicas saudáveis:

- Apoio à saúde da mulher;
- Alimentação e nutrição;
- Tabaco e álcool, e;
- Criação de ambientes saudáveis.

Reafirma-se, em Adelaide, a necessidade da formação de parcerias que envolvam Estado, ONGs, empresas, instituições educacionais e outros. Apresenta-se como indispensável que o governo se responsabilize pelas políticas públicas saudáveis, visto ser ele o detentor do poder econômico.

Em 1991, em Sundsvall, Suécia, realizou-se a III Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, escolhendo como tema de trabalho “a criação de ambientes favoráveis”, inserindo-o nas dimensões social, econômica, política e cultural. Afirma-se em Sundsvall (1991, p.33):

Um ambiente favorável é de suprema importância para a saúde. Ambientes e saúde são interdependentes e inseparáveis. Atingir essas duas metas deve ser o objetivo central ao se estabelecer prioridades para o desenvolvimento e deve ter precedência no gerenciamento diário das políticas governamentais.

Em Santafé de Bogotá, Colômbia, 1992, acontece a IV Conferência Internacional, que trouxe para o âmbito da América Latina o tema da promoção da saúde e equidade. Participaram dessa Conferência 550 representantes de diferentes segmentos sociais de 21 países da América Latina, inclusive o Brasil, para em comum acordo definirem o significado da promoção da saúde no continente e debater princípios, estratégias e compromissos a fim de se alcançar bons níveis de saúde para toda a população do continente latino.

A discussão sobre a promoção da saúde no continente latino-americano refletiu a problemática específica das nações latino-americanas, levando-se em consideração os altos

níveis de desigualdades sociais, provocados pela crise econômica e pelos programas das políticas de ajuste macroeconômico que trazem como conseqüências a deterioração das condições de vida da maioria da população, bem como o aumento dos riscos à saúde e a redução dos recursos necessários para a sua promoção.

Afirma-se na Declaração de Bogotá (1992, p.42):

O desafio da promoção da saúde na América Latina consiste em transformar as relações excludentes, conciliando interesses econômicos e propósitos sociais de bem-estar para todos. Assim, deve-se trabalhar para a solidariedade e a equidade social, que são condições indispensáveis para a saúde e o desenvolvimento.

Nessa conferência, a solidariedade, a equidade, o direito e o respeito à vida e à paz são tomados como valores éticos fundamentais para a cultura da saúde. Em sentido amplo, esses princípios significam, igualmente, o acesso universal (para todos) e equânime (justa igualdade) a serviços e ações de promoção, proteção e desenvolvimento integral para a melhoria das condições de saúde e, conseqüentemente, de vida.

Reitera-se, também, a necessidade de se propor novas alternativas nas ações de saúde públicas orientadas a combater a iniquidade e o sofrimento causados pelas enfermidades do atraso e da pobreza, advindas do processo de urbanização e da industrialização.

Dentro dessa perspectiva, destacou-se a importância da Educação em Saúde, visto que esta é um instrumento valioso para a promoção da saúde, na medida em que se constitui como um processo de capacitação do indivíduo para que este se torne autopromotor de sua saúde e, conseqüentemente, da saúde da comunidade.

No Brasil, a política da promoção da saúde estar relacionada ao desenvolvimento sustentável, à melhoria da qualidade de vida da população, ao direito de cidadania, participação e controle social.

Seguindo as diretrizes contidas no SUS, a política de promoção à saúde e de prevenção é orientada segundo critérios de abrangências populacionais, epidemiológicas e de focalização, priorizando as ações dirigidas para populações de risco e mais vulneráveis. Essas ações são realizadas em parcerias entre programas estaduais e municipais, no âmbito do Sistema Único de Saúde, e por Organizações da sociedade civil e empresas privadas, a partir de apoio a projetos específicos, entendidos como estratégias de enfrentamento de epidemias no país.

A execução de uma política nacional de Promoção da Saúde e de Educação em Saúde é de difícil definição e pactuação de estratégias, por isso são constantemente estabelecidas

parcerias entre Estado, sociedade, trabalhadores e empresários para a implantação, sustentação e repasses de recursos para a efetivação dessas políticas.

Atualmente, a Educação em Saúde, no Brasil, é centrada na atenção à saúde em diferentes instituições, tanto públicas quanto privadas.

Reconhecida pelo Conselho Nacional de Saúde – resolução CNS n.º 41 de 3/3/1993 —, define-se a educação em saúde como “estratégia imprescindível para a promoção da saúde, prevenção das doenças e para a consolidação do Sistema Único de Saúde, nos níveis federal, estadual e municipal”. A ação educativa em saúde é compartilhada por todos os profissionais que atuam na área da atenção à saúde, considerando-se o aspecto multidimensional da saúde.

Segundo Homem D’el Rey (1997, p. 1), várias concepções têm orientado a prática de educação em saúde na prestação de serviços de saúde no Brasil. São experiências educativas, que vão desde o entendimento de educação como informação, até uma compreensão de autoconhecimento e autotransformação. De acordo com a autora, existem cinco modelos vigentes na prática da educação em saúde no Brasil, a saber:

- 1) Educação Sanitária: conhecida como educação tradicional: entende o conceito de saúde como a ausência de doença; enfatiza a concepção de que o indivíduo é responsável pela sua saúde e, para tanto, se faz necessário o repasse de conhecimentos de saúde.
- 2) Educação em Saúde Participativa: conhecida como educação em saúde pública, com ênfase na concepção de que o indivíduo aprende a cuidar de sua saúde a partir do referencial coletivo de conhecimento da sua realidade. O conceito de saúde é entendido como resultante da multicausalidade do processo-doença. A educação em saúde apresenta-se como o processo de aprender junto, a partir de ações conjuntas (planejamento participativo e técnicas de grupo).
- 3) Educação Popular em Saúde: nesse modelo o conceito de saúde refere-se à resultante de condições de vida; a educação em saúde configura-se como processo participativo de construção do conhecimento (técnicas de capacitação). Enfatiza a concepção de que o saber popular em articulação com o saber técnico produz o saber de saúde coletiva.
- 4) Informação, Educação e Comunicação: enfatiza a concepção de que o público informado leva o indivíduo a cuidar de sua saúde. A saúde é entendida como multicausalidade da doença e para combatê-la são utilizados os meios de comunicação de massa.

5) Educação em Saúde Holística: Enfatiza-se a concepção de que é a partir da compreensão das forças que interagem em seu ambiente de vida que o indivíduo e a coletividade cuidam da sua saúde. O conceito de saúde é determinado como o equilíbrio da dinâmica da vida. A educação em saúde configura-se enquanto processo de autoconhecimento e autotransformação da realidade. As metodologias participativas que despertam a efetividade e o desejo também são dimensões igualmente importantes.

O planejamento de ações educativas em saúde, por ter caráter multidisciplinar e transformador, exige a contribuição de diferentes áreas do conhecimento, favorecendo a interação entre vários profissionais do setor saúde, bem como a junção entre os saberes popular e científico, na busca conjunta de alternativas de solução e de modificação do ambiente em que elas se relacionam, quer seja no ambiente de trabalho, quer seja na comunidade.

Podemos compreender que a finalidade da ação educativa é a prática de saúde, que decorre de um processo de tomada de decisão consciente e voluntária, apreendida no dia-a-dia dos indivíduos, por meio da reflexão de seus efeitos na transformação da realidade social da comunidade.

### **3.4.2 A Educação em Saúde Hoje e sua Relação com o Serviço Social do Comércio na Sociedade Brasileira**

No atual contexto de desafios das formas de relação entre os diversos saberes na saúde, impostos pelo processo de reestruturação produtiva e pela precarização das políticas públicas, emerge a necessidade de se repensar as múltiplas visões sobre as articulações entre políticas públicas e sociedade civil, particularmente quando se expande o processo de municipalização da saúde e a rede institucionalizada de participação popular por meio dos Conselhos.

Buscando entender essa posição de contra-hegemonia na atividade educação em saúde, seus limites e possibilidades, Stotz (1993) verifica que ocorreu um realinhamento ideológico nessa área nos anos 70. No âmbito externo, o Estado capitalista em crise incorporava críticas relativas ao elevado custo da atenção curativa, favorecendo a extensão de cobertura dos

serviços pela Medicina Comunitária como medida para contenção de tensões e de racionalização de custos. No âmbito interno, as correntes marxista e fenomenológica disputavam à hegemonia no campo da Educação em Saúde.

A fenomenologia, recusando a determinação estrutural dos fenômenos, dá maior ênfase aos indivíduos e aos grupos que conferem maior estabilidade à vida privada e ao cotidiano das ações. O marxismo, por sua vez, aceitando a determinação estrutural dos fenômenos, exige um engajamento muito maior na luta social, ao buscar a compreensão da ação dos sujeitos a partir das condições objetivas de produção das relações sociais no sistema capitalista.

Na atualidade estas matrizes de pensamento sustentam as diferentes práxis educativas em saúde, que disputam, fazem críticas e propõem alternativas de ação ao modelo preventista tradicionalmente dominante<sup>53</sup>.

No plano da intersubjetividade, a ênfase no trabalho de transmissão do conhecimento para a mudança de comportamento é que, para além da baixa efetividade, cria uma nova subordinação. O sujeito, agora considerado epistêmico, vai formulando sua prática político-social em defesa de interesses conservadores, pautados em ações educativas visando enfatizar várias recomendações sobre comportamentos certos ou errados relacionados às doenças e a sua prevenção.

Destaca-se a vigência predominante, nos serviços brasileiros de saúde, de um modelo assistencial que privilegia as ações curativas e centra-se no atendimento médico, segundo uma visão estritamente biológica do processo saúde-doença.

Esse modelo condiciona a prática educativa a ações que visam modificar práticas dos indivíduos consideradas inadequadas pelos profissionais, mediante a prescrição de tratamentos, condutas e mudanças de comportamento. A ação educativa na prática de saúde, assim concebida, tem se caracterizado como a transmissão de um conjunto de conhecimentos, de um saber pronto e acabado, desvinculado do cotidiano daqueles a quem se destina, sem nenhuma contextualização das condições de vida a que estão submetidos.

---

<sup>53</sup> Para SMEKE; OLIVEIRA (2001, p. 127), o modelo hegemônico preconiza a adoção de hábitos e a persuasão dos indivíduos, que devem adotar comportamentos mais saudáveis (deixar de fumar, aceitar vacinação, ter práticas higiênicas, fazer exames preventivos periódicos etc.), mediante o contato com veículos de comunicação de massa como folhetos, TV, cartazes e jornais, ou mesmo mediante o acesso às informações, propiciado pelo educador. Seu papel, nessa perspectiva, é promover uma decisão informada sobre os riscos à saúde pelos clientes, cujo comportamento passa a ser tratado como total responsabilidade destes. Como visão que pretende a mudança dos comportamentos de risco, é limitada, porque o indivíduo, nesse contexto, é tido como o maior responsável por sua saúde ou o culpado por sua doença.

Um enfoque mais amplo que superaria as chamadas perspectivas de prevenção/promoção é lembrado por Stotz (1993), como o que põe ênfase no aspecto pedagógico. Para este autor, apesar de considerar que o comportamento individual tem predomínio entre os fatores de risco, porque se fundamenta no modelo médico de compreensão das doenças, o enfoque deveria propor que as pessoas fossem levadas a ter uma compreensão verdadeira da situação em que vivem. Entende Stotz que a partir da partilha do saber e da exploração das crenças e valores populares, é possível que as pessoas reformulem os conhecimentos que tinham antes, assumindo uma atuação na sociedade enquanto multiplicadores dos conhecimentos desenvolvidos.

Concordamos com o autor que há avanços nessa vertente, uma vez que procura avaliar os valores culturais da população, porém há de se ressaltar a mesma matriz teórica, pois com pouca ou nenhuma reflexão sobre os condicionantes socioeconômicos e políticos do acesso para as informações obtidas e das decisões tomadas, a conclusão ficaria sempre com o ponto de vista do médico ou do epidemiologista.

Em contrapartida, as mudanças profundas no relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, marcado pela reivindicação de uma maior participação social no estabelecimento de políticas públicas, delineiam uma tensão entre uma proposição participativa e a tendência de controle do Estado e repercutem na definição de um novo papel do cidadão na construção de seu bem-estar.

Dessa forma, as concepções educativas que amparam as práticas autoritárias tornam-se cada vez mais passíveis de superação, uma vez que foram se tornando incompatíveis com o próprio movimento social comprometido com uma democracia orientada para a liberdade individual, a solidariedade e a igualdade social. Aparece mais claramente a preocupação com o desenvolvimento da “autonomia dos sujeitos” e, portanto, com o processo de constituição de sujeitos sociais competentes e responsáveis por transformações sociopolíticas voltadas para os seus interesses.

Na análise desses modelos pedagógicos, figura como desafio para a educação em saúde atual superar as limitações do enfoque exclusivamente baseado na capacidade dos indivíduos, e do outro, centrado apenas na mobilização social e política, procurando incorporar aspectos das distintas abordagens naquilo em que são complementares.

### 3.5 O CARÁTER EDUCATIVO DO SESC: REFLEXÕES A PARTIR DA BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA DO MODELO DA ATIVIDADE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Desde a sua criação, o SESC tem reafirmado as finalidades que lhe deram origem, que, em resumo, visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes, além de colaborar, no âmbito de suas áreas de atuação [Saúde, Cultura, Educação e Lazer], para o desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos.

Para alcançar tais finalidades, o SESC apresenta como um dos seus objetivos gerais: *a) fortalecer, através da ação educativa, propositiva e transformadora, a capacidade dos indivíduos para buscarem, eles mesmos, a melhoria de suas condições de vida.* A partir daí, compreende-se, segundo o discurso do SESC, que esta ação educativa está voltada para o desenvolvimento integral dos indivíduos, mediante a compreensão do meio no qual vivem e o desenvolvimento de valores próprios de uma sociedade em mudança.

No que se refere às características básicas da ação educativa, é explicitado nas Diretrizes Gerais de Ação do SESC, 2004, que a diretriz básica da Entidade:

É a de um trabalho eminentemente educativo que permeie direta e/ou indiretamente todas as atividades e serviços desenvolvidos, fazendo com que os mesmos ultrapassem seus objetivos mais imediatos, tornando-se mais eficazes ao contribuir para a informação, capacitação e desenvolvimento de valores. É justamente essa função educativa que caracteriza e diferencia a ação institucional do SESC, frente ao trabalho desenvolvido por outras entidades assemelhadas. Tal trabalho educativo está voltado para o desenvolvimento integral dos indivíduos, mediante a melhoria da compreensão do meio em que vivem, maior percepção de si mesmos, elevação sociocultural das suas condições de vida e desenvolvimento de valores próprios de uma sociedade em mudança, e que o façam partícipe ativo desse processo.

Reconhece o SESC que o indivíduo, para alcançar a plenitude da condição humana, precisa antes atingir um estado de bem-estar físico, mental e social. Assim, estabelece a Saúde, a Educação, a Cultura e o Lazer como campos prioritários para suas ações programáticas, considerando as especificidades de cada um.

Ao longo do tempo, concentrou sua ação programática em um conjunto de práticas em nutrição, saúde bucal, medicina de apoio e difusão de conhecimentos que viesse contribuir para a aquisição de hábitos saudáveis voltados para a preservação da saúde. Além disto, concentra recursos em ações de caráter curativo e de suplementação, o que tem permitido ao

SESC oferecer à sua clientela serviços de boa qualidade e apresentar-se como referência para as demais entidades que atuam no campo da saúde com populações de menor renda.

A saúde sempre esteve presente como uma área prioritária de atuação do SESC, visto que contribuir com o Estado para a redução da demanda aos serviços de caráter curativo e de suplementação é o desafio que o SESC se impõe. Reconhece a entidade que as causas que determinam a demanda crescente pelos serviços de saúde e o seu equacionamento se situam no âmbito do Estado, através de políticas que permitam melhor equipar a rede de atendimento, em níveis compatíveis com os de uma sociedade desenvolvida.

Contudo, afirma a responsabilidade de entidades privadas em participar, junto com o Estado, da oferta de serviços na área da saúde, nos limites de sua ação programática, para planejar estratégias que favoreçam a redução das demandas, por atendimento estatal, notadamente da sua clientela de menor renda, e, além disto, possibilitem a substituição de ações de caráter curativo e de suplementação, às quais os serviços de saúde públicos não conseguem atender quantitativa e qualitativamente em níveis desejáveis, por ações de caráter preventivo e de promoção da saúde.

Supõe a Entidade que ao eleger a Educação em Saúde como atividade prioritária para a política de saúde, estará contribuindo, verdadeiramente, para a criação de uma mudança cultural, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e, em particular, da sua clientela [trabalhadores do comércio de bens e serviços].

O SESC enfatiza que, apesar de dar prioridade em sua ação programática ao trabalho de caráter educativo e preventivo, isso não significa que a entidade vá deixar de atender às necessidades de caráter curativo e de suplementação, ou melhor, qualidade que já existe nas áreas de maior carência destes benefícios, como odontologia e nutrição, nas quais vem desenvolvendo e introduzido ações inovadoras.

Entretanto, reconhece a necessidade de uma ação modernizadora de metodologias, que deverá ser a diretriz orientadora da ação educativa do SESC na atividade de educação em saúde, no sentido de estabelecer novos comportamentos para a classe trabalhadora quanto à autopreservação de sua saúde, ante o quadro geral da situação de saúde da população e dos recursos existentes para atendê-la.

Modernizar as ações é uma premissa do SESC. Desde 1960, a entidade vem revendo seu Plano Geral de Ação, e no momento da realização da III Convenção Nacional de Técnicos do Sesc [1961], buscou reafirmar o teor educativo dos programas de atividades e das técnicas e processos de trabalho, em consonância com o conhecimento da realidade nacional.

O objetivo de elevar o patamar cultural dos trabalhadores do comércio leva o SESC a ter na ação educativa uma prática prioritária. A ação educativa permeia todos os programas e atividades da entidade, desde a educação propriamente dita até a educação em saúde, a educação alimentar e os cursos da área de desenvolvimento cultural.

Diante do processo de reestruturação produtiva, com as novas exigências de gestão da força de trabalho, o SESC vem promovendo revisão de sua ação institucional, orientando-a para um trabalho social de maior amplitude.

Objetivando homogeneizar as atividades nos Departamentos Regionais, o Departamento Nacional do SESC vem promovendo a criação de diversos modelos de atividades. Esses modelos têm a intenção de definir a concepção norteadora das atividades, possibilitando a estruturação de ações e a elaboração de propostas ligadas a cada área de atuação: saúde, educação, alimentação e lazer.

Os Modelos de Atividades são constituídos de módulos que abordam a compreensão política que deve orientar a execução da atividade; os recursos humanos necessários para sua operação; o planejamento; a programação; os espaços e os equipamentos necessários para o efetivo alcance dos resultados pretendidos nas atividades.

A seguir, buscaremos apresentar os aspectos principais de alguns modelos de atividade, visto que não são todas as áreas de atuação que apresentam modelos de atuação. O Modelo da Atividade Recreação e Lazer é um instrumento norteador para a atividade; traz à luz subsídios para a construção do pensamento acerca das prerrogativas da Recreação e Lazer. Possibilita o reconhecimento desta atividade comprometida com os propósitos culturais e educativos da Instituição, expondo que a diretriz básica do SESC é desenvolver um trabalho educativo que permeie direta e/ou indiretamente todas as atividades e serviços oferecidos pela Instituição, fazendo com que ultrapassem seus objetivos mais imediatos, tornando-os mais eficazes e eficientes ao contribuírem para a informação, capacitação e desenvolvimento de valores.

A atividade de recreação e lazer ocorre numa relação de espaço e tempo, em que se evidencia a ocupação do tempo livre dos indivíduos em oposição ao tempo de trabalho (tempo livre – tempo não diretamente ligado ao processo produtivo). O Lazer concretiza-se para cada indivíduo (caráter subjetivo) em uma multiplicidade de formas/ opções/ oportunidades (atividades recreativas relacionadas à cultura, às artes, à música, ao esporte).

Os valores da liberdade, da democracia e da cidadania norteiam a atividade de recreação e lazer, entendendo-se que as atividades de Lazer se caracterizam pelo exercício da

livre escolha, realizada num tempo que permite ao indivíduo dispor de si mesmo, em busca de satisfação e prazer (Modelo da Atividade Recreação e Lazer, SESC, s/d).

Para o SESC a participação em atividades de lazer possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de seu potencial criativo e o estímulo à imaginação. Como resultado, a expressão de potencialidades até então ainda não descobertas evidencia-se na medida em que o envolvimento pessoal em cada realização de atividade é capaz de aguçar o gosto pela participação prazerosa.

O Modelo de Educação do SESC apresenta como referencial teórico a teoria do Construtivismo, em que a base conceitual pedagógica construtivista fundamenta-se no entendimento do conhecimento como um processo de permanente construção. Na área da Educação o SESC atua na Educação Infantil da criança de 3 a 6 anos, com uma proposta pedagógica no sentido de viabilizar a construção do saber da criança nas várias áreas do conhecimento, através de múltiplas relações sociais, cognitivas e afetivas planejadas por professores e pedagogos.

Em função da demanda do 1º grau, o SESC implantou o Projeto Habilidades de Estudo, que atende crianças da 1ª. à 4ª série do 1º grau, na faixa etária de 7 a 14 anos, complementando e enriquecendo o processo educativo. Este Projeto trabalha com as áreas de conhecimento de forma lúdica e interdisciplinar, procurando desenvolver a autonomia intelectual da criança.

Outra área de abrangência é a educação de jovens e adultos. Para o SESC é imprescindível a criação de opções de trabalho conjunto entre o Departamento Nacional, os Departamentos Regionais e suas Delegacias Executivas, em parcerias com instituições locais, públicas ou privadas, para possibilitar a ampliação do atendimento já existente no campo da Educação de Jovens e Adultos, via Ensino Supletivo, prestando importante serviço de cunho socioeducacional (Modelo da Atividade Educação do SESC, 1997).

O Modelo da Atividade Educação em Saúde, que ora tomamos como objeto de estudo, no sentido de buscar uma compreensão crítica acerca do caráter educativo presente nesta atividade, já que entendemos ser esta atividade um instrumento valioso de manutenção e controle social da classe trabalhadora, apesar do discurso de que a educação em saúde contribui para a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens e serviços e sua família.

O Modelo da Atividade Educação em Saúde está dividido em quatro módulos: político, programação, recursos humanos e instalações e equipamentos. O conjunto destes módulos articula saberes e práticas que conformam a atividade educação em saúde,

desenvolvida pelo Serviço Social do Comércio, em sua relação com os diferentes momentos políticos, sociais e econômicos do Brasil, bem como a sua vinculação com a política nacional de promoção da saúde direcionada para atender aos problemas de saúde prioritários, tendo como determinante as condutas associadas ao uso do tabagismo, do alcoolismo e da prevenção as DST/Aids.

Atualmente uma das maiores preocupações da classe empresarial é a luta contra a epidemia do HIV/Aids. A análise das novas infecções por HIV por ano nas Américas mostra que não há sinais reais de que a epidemia esteja diminuindo. Muito se tem falado a respeito da saturação do HIV nos grupos de risco acrescido e também a respeito de epidemias restritas a certas populações; porém, os dados obtidos nas últimas estimativas fornecidas pela UNAIDS/OMS/OPAS sobre pessoas vivendo com HIV/Aids demonstram um aumento constante da epidemia.

Desde o surgimento da epidemia de HIV/Aids, cerca de 600.000 pessoas já morreram de Aids, e no ano de 2005 a estimativa do número de pessoas vivendo com HIV aumentou para 1,8 milhões, comparada com a estimativa anterior de 1,6 milhões em 2003. Em 2005, em torno de 200 mil pessoas foram infectadas pelo HIV (Relatório da UNAIDS, 2005).

Segundo o relatório da UNAIDS (2005), a epidemia está sendo alimentada por uma variedade de combinações de sexo inseguro [tanto entre homens quanto entre homens e mulheres] e de uso de drogas injetáveis, em que o papel do sexo entre homens na transmissão do HIV é um fator mais relevante do que geralmente se reconhece. No Brasil, assim como em outras regiões em desenvolvimento, o HIV/Aids afeta de maneira desproporcional os trabalhadores na idade mais produtiva, infectando cerca de um em cada 20 adultos na faixa dos 15 aos 49 anos, comprometendo assim a força de trabalho ativa.

Segundo o Banco Mundial, o aumento da epidemia traz conseqüências econômicas graves. O Banco Mundial divulga que o impacto macroeconômico tem dois componentes centrais. O primeiro é o de que a doença pode reduzir o crescimento do produto interno bruto (PIB) nos países mais afetados, envolvendo efeitos sub-regionais e regionais; e o segundo, de que o número de contribuintes de imposto de renda diminuirá com o decorrer do tempo, agravando o impacto econômico negativo.

O PNUD observa que a epidemia de Aids está se tornando o maior obstáculo isolado à redução da pobreza. Assim, a prevenção e o tratamento do HIV e da Aids precisam ter um papel central nas estratégias nacionais de redução de pobreza, com enfoque na garantia de uma resposta multissetorial e com a participação de múltiplos atores (CHEQUER, s/d).

Para enfrentar a epidemia do HIV/Aids, o governo brasileiro vem desenvolvendo programas nacionais em parceria com grupos internacionais, sociedade civil e empresários. Estes segmentos atuam coletivamente na coordenação das intervenções, procurando novas formas de enfrentar a epidemia.

Um dos grandes parceiros do governo federal é o Conselho Empresarial Nacional para prevenção ao HIV/AIDS [CEN]. Criado por meio da Portaria n.º 3.717 de 8/10/1998, pelo Ministério da Saúde, o CEN é o resultado da união de objetivos públicos e privados para promover e fortalecer a resposta à epidemia do HIV/Aids no local de trabalho. Composto por empresas de grande relevância no panorama produtivo nacional [SESC, SEST, SENAT, SENAC, SEBRAE, SESI etc.], vem proporcionando informações aos trabalhadores, seus familiares e à comunidade como um todo, sobre as maneiras seguras de se evitar a infecção pelo HIV (CEN, 2003).

Como representante da classe empresarial do comércio e parceiro do governo, o SESC, a partir do modelo da atividade educação em saúde, apresenta uma proposta de atuação junto aos comerciários para a promoção de ações educativas que visem o desenvolvimento de formas seguras de evitar a contaminação pelo HIV/Aids.

Como proposta objetiva de atuação junto às empresas do comércio, e conseqüentemente aos seus trabalhadores, o Modelo da Atividade Educação em Saúde apresenta o Projeto Transando Saúde. Os objetivos de implantação do projeto são:

- a) Investigar conhecimentos, atitudes e práticas acerca das DST e Aids, através de questionário auto-aplicativo;
- b) Sensibilizar e instrumentalizar os funcionários das empresas, alcançando representantes dos setores de RH, saúde, Cipa e liderança em diferentes níveis para a implantação de ações de prevenção às DST/Aids no local de trabalho.

Além dos objetivos de implantação, o Projeto Transando Saúde propõe objetivos de curto prazo e de longo prazo. Em curto prazo o projeto estabelece como metas: a) aumentar o conhecimento [dos trabalhadores do comércio] sobre prevenção às DST/Aids; b) estimular práticas solidárias no local de trabalho. Já em longo prazo propicia a implantação de uma política de prevenção às DST e Aids na empresa. O produto principal do Projeto Transando Saúde é a realização de cursos de formação de agentes multiplicadores de saúde no local de trabalho.

Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o Projeto Transando Saúde estão contidos nos fundamentos conceituais e metodológicos do módulo político, parte integrante do Modelo da Atividade Educação em Saúde. Por isto a ênfase dos nossos estudos se deteve

no módulo político, porque compreendemos que nele se encontram as (re)formulações ocorridas nos pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos da relação saúde e educação no âmbito do trabalho. Além do que, entendemos que a base teórica que orienta a atividade aponta a direção social e ideológica da entidade, e conseqüentemente incide sobre a função pedagógica do Serviço Social, que se caracteriza como o principal executor da atividade educação em saúde junto aos comerciários.

Com relação às contribuições teórico-metodológicas, o documento toma por base várias disciplinas das ciências humanas, sociais e da saúde, com ênfase nas áreas de educação e saúde. Busca, também, uma articulação com as políticas públicas contemporâneas referentes ao setor saúde, objetivando, com isto, manter relação direta com as diretrizes fixadas para a educação em saúde, em âmbito nacional.

De acordo com o documento, a compreensão dos determinantes políticos e ideológicos contidos nos diferentes modelos e perspectivas pedagógicas que sustentam a ação educativa em saúde, justifica a opção conceitual e metodológica que orienta a política do SESC na área da saúde, a qual está direcionada para concepções ampliadas e inter-relacionadas de saúde e educação, privilegiando-se ações participativas que visam transpor os limites da ação voltada para a mudança de comportamento individual, a fim de alcançar uma ação social transformadora, comprometida com a melhoria das condições de vida<sup>54</sup>.

Os princípios educativos que orientam esta ação educativa sustentam a compreensão de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua autoconstrução. Para o SESC a construção de novos conhecimentos sustentados na vivência de experiências favorece a autonomia individual, na perspectiva de formação de pessoas aptas a participar ativamente da vida social para conquista de melhor qualidade de vida e saúde.

Entende o SESC que educar indivíduos para a saúde, substituindo uma educação autoritária por uma educação problematizadora, e a construção compartilhada de saberes ajudam a se tornarem mais competentes no exercício daquilo que devem fazer por si mesmos, para realizar integralmente a condição de saúde, tornando-a um bem comunitário:

A Educação problematizadora, libertadora, parte do princípio de que, num mundo em mudanças rápidas e profundas, o importante não são os conhecimentos ou idéias, nem os comportamentos corretos ou fiéis ao esperado, senão o aumento da capacidade das pessoas ou grupos para detectar os problemas reais e buscar-lhes solução original e criativa. A experiência que deve ser valorizada é a observação grupal da própria realidade, o diálogo e a participação na ação transformadora das

---

<sup>54</sup> Modelo da Atividade Educação em Saúde, SESC/DN, 2005.

condições de vida. O diálogo, entendido como uma relação horizontal, pressupõe a crença de que todas as pessoas possuem um potencial para ser protagonistas de sua própria história e de que estão fortemente motivadas para se organizar e desenvolver ações comunitárias (SESC/DN, 2005, p. 40).

A entidade compreende não ser possível desenvolver ações de prevenção e assistência educativa sob uma perspectiva isolada, ou responsabilizando os indivíduos única e exclusivamente pelos agravos à sua saúde. Por isso o SESC destaca que o planejamento de uma ação educativa deve ser resultante de uma construção coletiva, na qual se exige um enfoque participativo e um raciocínio estratégico, de forma a envolver profissionais e clientela no processo de discussão de prioridades sobre seu estado de saúde:

O processo educacional não deve pretender substituir alguns dogmas e regras [...]. Ao contrário, a ação educativa deve possibilitar a construção de novos conhecimentos que capacitem as pessoas a escolher os comportamentos e caminhos a seguir. Procura-se a melhor estratégia para desenvolver a autonomia e o poder decisório visando à efetiva participação no processo de conquista de melhor qualidade de vida e saúde [...]. Os processos cognitivos são elementos fundamentais para o desenvolvimento humano, mas não são suficientes para garantir a construção de uma condição saudável de vida, caso não se constituam como forças protetoras da saúde (SESC/DN, 2005, p39).

De acordo com Saviani (1995), esta maneira de compreender a educação desloca o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno. Trata-se de uma pedagogia de inspiração experimental baseada nas contribuições da biologia e da psicologia, contrária a pedagogia tradicional de inspiração filosófica baseada na ciência da lógica.

Ainda conforme Saviani (1995), nesta concepção de processo educativo está ausente “a perspectiva historicizadora”. Falta-lhe a consciência dos condicionantes histórico-sociais da educação, e é ingênua, pois se acredita superior aos fatos, imaginando-se mesmo capaz de determiná-los e alterá-los.

Outro aspecto importante destacado por Saviani é o esclarecimento sobre o caráter conservador da pedagogia da existência — problematizadora, libertadora, popular, seja qual for o termo designado: esta é herdeira da chamada “concepção humanista moderna de filosofia da educação”. Isto quer dizer que o ato educativo está centrado na vida, na existência, na atividade cotidiana, em oposição à concepção tradicional, que se centrava no intelecto, na essência, no conhecimento.

Para Saviani (1995) o movimento da educação popular, que tem em Paulo Freire<sup>55</sup> seu maior representante, funciona como um mecanismo de recomposição da hegemonia burguesa, pois subordina as aspirações populares a uma pedagogia das diferenças, centrada no indivíduo, situando-o como o centro da ação educativa na relação professor-aluno (relação interpessoal, intersubjetiva).

Embora a matriz teórico-metodológica que orienta a atividade educação em saúde do SESC, expressa pela educação problematizadora, promova uma educação dialógica e participativa que reforça o poder da comunidade e do indivíduo, ela não consegue realizar mudanças significativas nas condições reais de vida dos trabalhadores, e isto ocorre por dois motivos.

Primeiro motivo: porque a proposta pedagógica parte do entendimento de que o conhecimento é algo intrínseco ao ser; “nesta concepção, o conhecimento não pode advir de um ato de doação que o educador faz ao educando, mas, sim, um processo que se realiza no contato do homem com o mundo vivenciado” (SESC/DN, 2005, p. 40). Subentende-se que o processo de desenvolvimento da consciência seria resultante da experiência individual do homem.

As experiências humanas bastariam para produzir a formação intelectual e sócio-histórica do próprio homem, sendo necessário que este entre em contato com os fenômenos sociais, para assim conhecê-los e transformá-los.

Em oposição a esse processo de apropriação como resultado de uma atividade efetiva do indivíduo ante os objetos ou fenômenos sociais, Aléxis Leontiev em sua obra “O Desenvolvimento do Psiquismo” reconhece que de fato a experiência individual é importante para a formação da consciência, mas não é suficiente, visto que:

O processo de apropriação do mundo dos fenômenos e dos objetos criados pelos homens no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade é o processo durante o qual teve lugar a formação, no indivíduo de faculdades e de funções especificamente humanas. Seria profundamente errôneo todavia representar-se este processo como o resultado de uma atividade da consciência ou da ação da ‘intencionalidade’ [...]. O processo de apropriação efetua-se no decurso do desenvolvimento de relações reais do sujeito com o mundo. Relações que não dependem nem do sujeito nem da sua consciência, mas são determinadas pelas

---

<sup>55</sup> No caso de Paulo Freire, é nítida a inspiração da concepção humanista moderna de filosofia da educação, através da corrente personalista (existencialismo cristão). Parte da crítica à pedagogia tradicional (pedagogia bancária) caracterizada pela passividade, transmissão de conteúdos, memorização, verbalismo etc., e advoga uma pedagogia ativa, centrada na iniciativa do indivíduo, no diálogo (relação dialógica), na troca de saberes. A única diferença em relação à Escola Nova propriamente dita consiste no fato de que Paulo Freire se empenhou em colocar essa concepção pedagógica a serviço dos interesses populares, principalmente dos adultos analfabetos (SAVIANI, 1995, p. 77-78).

condições históricas concretas, sociais, nas quais ele vive, e pela maneira como a sua vida se forma nestas condições (LEONTIEV, 2004, p. 275).

Ou ainda,

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, ‘os órgãos da sua individualidade’, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação (LEONTIEV, 2004, p. 290).

Em uma análise semelhante, Tonet explicita que enquanto membro da espécie humana, o indivíduo possui características comuns que lhes são transferidas por herança biológica. Porém, a constituição deste enquanto ser social não lhes é dado por herança genética; mas por um processo histórico-social que este incorpora na relação com outros homens na esfera de reprodução mais ampla da totalidade social:

Nos animais, este processo é comandado pelo código genético, ainda que não esteja totalmente ausente entre eles o que poderíamos chamar de ‘processo educativo’. Contudo, este ‘processo educativo’ reduz-se, entre eles, a fazer emergir nos ‘indivíduos’ determinados comportamentos e habilidades, cuja base está no código genético e que continuarão praticamente inalterados durante a vida inteira. Entre os homens, ao contrário, este processo é dirigido, e em grau cada vez maior, pela consciência. O homem, ao contrário dos animais, não nasce ‘sabendo’ o que deve fazer para dar continuidade à sua existência e à da espécie. Deve receber este cabedal de instrumentos através de outros indivíduos que já estão de posse deles (TONET, 2001, p. 138).

Assim, o processo de autoconstrução do homem e de formação das funções e faculdades psíquicas dele como ser social, não deve ter “como pólo norteador o próprio indivíduo nem aqueles que atuam diretamente na dimensão educativa” (TONET, idem, p. 139), mas a atividade humana criadora, fundamental: o trabalho.

No homem o processo de apropriação do desenvolvimento dos objetos e de fenômenos sociais é determinado pelas condições objetivas do mundo real. De acordo com Leontiev (2004), o mundo real que cerca o homem, antes de tudo é um mundo transformado e criado pela atividade humana, e é por meio do trabalho que aquele se apropria dos conhecimentos, valores, habilidades, comportamentos etc., já existentes e assim pode criar o novo.

O segundo motivo expõe o caráter conservador subjacente na proposta educativa do SESC, que propõe a formação da consciência a partir de valores de uma concepção humanista

cristã [liberdade, solidariedade, participação], colocando a educação como um instrumento de humanização e libertação do homem, pois a visão de homem contida na proposta de Paulo Freire é a de um sujeito ativo, situado no tempo e no espaço, e que por meio da reflexão pode compreender, intervir e mudar o mundo de forma consciente e livre.

O que não aparece exposto na proposta de educação em saúde do SESC é que este processo educativo promove uma refuncionalização das práticas pedagógicas da ajuda e da participação [estudadas anteriormente] vinculadas à necessidade de reprodução material e ideológica da classe trabalhadora, mediante a obtenção do consentimento ativo e passivo dessa classe para a ordem vigente.

A participação, a liberdade e a solidariedade são valores que vem redefinindo e reatualizando a função pedagógica tradicional [persuasiva e coercitiva] do Serviço Social, que sob uma ótica conservadora se articula com as modalidades da pedagogia da ajuda psicossocial e da participação para “o ajustamento, integração e promoções sociais, mediante incorporação de novos elementos e mediações que refuncionalizam essas pedagogias no processo de reorganização da cultura pelos detentores do capital” (ABREU, 2002, p. 190).

Estes valores, de acordo com Abreu (2002, p.187), determinam “a reorganização de um novo conformismo social como princípio educativo fundante de uma cultura que se pretende do consenso”. Tal conformismo social se expressa, na atualidade, pela construção de estratégias participacionistas no âmbito da produção e pela reprodução social, tendo como finalidade a harmonização das relações de trabalho.

As novas formas de gestão da produção e da força de trabalho, além de requisitarem a participação individual do trabalhador às metas de produtividade, mediante motivação por concessão de benefícios sociais e recompensas, colocam a cooperação e a solidariedade como formas de democratização das relações produtivas.

As reflexões que realizamos sobre o caráter educativo do SESC, através de uma análise sobre a base teórica-metodológica da atividade educação em saúde, permitiu-nos apreender que a matriz teórica que orienta a ação educativa está fundamentada no pensamento conservador, no qual as expressões da questão social são naturalizadas, retirando desta suas expressões materiais e vinculando-as à responsabilidade do indivíduo. Este por meio de uma educação libertadora pode transformar a si próprio e ao mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento em que se conclui provisoriamente este trabalho de investigação, obrigo-me a apresentar dois esclarecimentos. Primeiro, pensar nos resultados do que foi produzido e, segundo, sobre o que não foi possível abordar neste trabalho, quer seja pelo tempo, pela temática, pelo recorte, quer seja porque aparecem exposições como uma “questão pendente”. Esses questionamentos só emergiram como consequência do caminho percorrido, cujos resultados em parte são apresentados na forma de texto escrito; o restante, fica como acúmulo de conhecimento ainda não sistematizado.

Neste sentido, a dissertação não revela todo o processo de mudança que ocorre com o objeto de estudo: a relação entre o caráter educativo do Serviço Social do Comércio e as orientações da política para controle da força de trabalho, bem como as consequências da assimilação dessas orientações à classe trabalhadora, e, conseqüentemente, com a maneira de apreendê-lo e de vinculá-lo às relações de produção e reprodução de relações sociais, próprias da produção capitalista, e também com as novas formas de articulação entre Estado e Sociedade Civil.

Sem dúvida, estudar aspectos sócio-históricos do Serviço Social do Comércio e a sua prática pedagógica possibilitou compreender não só a emergência e a trajetória de profissionalização do Serviço Social no interior do processo de instauração e consolidação do padrão de desenvolvimento fordista/taylorista, bem como as questões político-ideológicas e teórico-metodológicas que se estabelecem na configuração da função pedagógica da profissão, no âmbito da relação capital e trabalho.

Embora se oculte, às vezes com veemência, a interferência externa na definição de políticas sociais, o trabalho demonstrou que elas existem não como uma relação mecânica de fora para dentro, mas como o resultado de uma articulação de interesses, em última instância, econômico, entre setores nacionais e internacionais, envolvendo o campo público e o privado.

As investigações até aqui empreendidas possibilitaram uma primeira aproximação com as questões acerca do Serviço Social, que historicamente foi institucionalizado como instrumento de manutenção e controle social sobre a classe trabalhadora e que busca responder às necessidades sociais que se apresentam no cotidiano dos trabalhadores para manter a hegemonia da sociedade capitalista. Contudo, este estudo exige o aprofundamento

teórico a respeito de determinadas categorias que serão apresentadas no plano de trabalho abaixo.

A crítica a que nos referimos pode contribuir para despertar a consciência sobre a impossibilidade de humanizar o capitalismo e sobre a necessidade de resistir às diferentes tendências pedagógicas que nos querem impingir. Além disto, a crítica tem a função de ajudar na construção de uma consciência coletiva sobre a necessidade de transformação real, pois é no campo ideológico que os homens e mulheres tomam consciência dos conflitos e da realidade do seu mundo material.

Vimos no primeiro capítulo “Trabalho, Educação e Serviço Social” que o Serviço Social é uma profissão cuja gênese está atrelada a um projeto de hegemonia burguesa. Constatamos que esta profissão surgiu historicamente como uma criação própria do sistema capitalista, desenvolvida por este modo de produção para atender à necessidade de controle social e inspeção sobre a vida privada da classe trabalhadora e família; com a finalidade de manutenção e adaptação do operário para as inovações organizacionais introduzidas na produção e no trabalho, pelo padrão de desenvolvimento fordista/taylorista.

A investigação nos conduziu ao entendimento de que as protoformas do Serviço Social como profissão estão atreladas às primeiras experiências de racionalização da assistência social, na Europa e Estados Unidos, como instrumento de sujeição da classe trabalhadora à ordem do capital. Apreendemos que o projeto de atuação das pioneiras da assistência social estava vinculado a um reformismo social, em que a assistência social prestada aos operários não se caracterizava como ajuda material, mas como assistência educativa via disciplinamento moral, social e familiar.

Admite-se que no momento de sua gênese, a base teórico-metodológica de formação da prática profissional dos assistentes sociais, está vinculada às já existentes práticas assistenciais, filantrópicas e caritativas desenvolvidas pela Igreja. Admite-se também que as relações existentes entre a profissão e as protoformas da assistência social têm levado ao equívoco de alguns estudiosos compreenderem que a profissão é uma evolução da caridade e da filantropia. Mas, ao contrário, a profissionalização do Serviço Social só ocorre quando é criado um mercado de trabalho, via políticas sociais, para que seus agentes, enquanto trabalhadores assalariados atuem sobre as expressões da questão social; e isto só ocorre quando o capitalismo alcança sua fase de consolidação monopólica.

No segundo capítulo “Serviço Social e prática pedagógica” partimos do entendimento de que o princípio educativo do Serviço Social emerge com a inserção dos assistentes sociais no processo de produção e reprodução das relações no capitalismo. As funções pedagógicas

[persuasiva e coercitiva] expressas pelo conformismo mecanicista demonstram uma prática pedagógica centrada na dimensão individual, na perspectiva da reforma moral e da reintegração social. Constatou-se que o fim maior destas funções é exercer o controle social sobre a classe trabalhadora.

Entretanto, este controle social assume perfis pedagógicos diferenciados de acordo com os processos de organização/reorganização da produção e do trabalho. Verificamos que um dos perfis da prática pedagógica é expresso pela “ajuda psicossocial”. O processo de ajuda psicossocial reduziu as expressões da questão social a problemas morais, retirando desta o caráter material para reportá-la às manifestações na esfera do indivíduo e consolidando uma assistência educativa de cunho moralizador direcionada para a adaptação do indivíduo ao meio social.

Outro perfil apresentado é o da “participação”. Este perfil pedagógico representa a combinação de processos persuasivos e coercitivos para a adesão e o consentimento da população aos imperativos do capital, em seu processo de expansão para os países do continente latino-americano. Mantém a ênfase na psicologização das relações sociais e trabalha a dimensão da mudança e da integração social. A conclusão a respeito desses perfis é que sua essência é o controle social sobre a classe trabalhadora.

As reflexões no terceiro capítulo “SESC e Serviço Social” nos conduziram ao entendimento de que o Serviço Social do Comércio emerge como um instrumento auxiliar do capital, regulamentado pelo Estado para prestar assistência educativa aos trabalhadores do comércio de bens e serviços, via prestação direta de serviços sociais nos campos da saúde, educação, alimentação, cultura e lazer.

A ênfase da prática educativa do SESC dá-se no indivíduo. Utilizando o referencial teórico da educação popular, elaborada por Paulo Freire, o SESC busca capacitar o indivíduo para que este possa ter autonomia ante os determinantes sociais que incidem sobre sua condição de saúde ou nos relacionamentos social e familiar. Busca-se, através de estratégias participacionistas, tendo como valores os princípios da liberdade, da solidariedade e da cooperação, garantir o consentimento e a adesão ativa da classe trabalhadora aos anseios do capital.

Como desdobramento do que registamos acima, impõe-se a conclusão de que o caráter educativo do SESC se traduz na formação de uma subjetividade da classe trabalhadora que não se resume apenas ao consentimento ou a adesão à ordem hegemônica do capital, mas vincula-se fundamentalmente à aceitação do capitalismo como horizonte único dos homens,

racionalidade acima dos interesses de classe, e, conseqüentemente, nega-se o trabalho como formador de sociabilidades e da historicidade do homem.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 4ª ed. – São Paulo: Cortez: Piracicaba:UNIMEP, 1989.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. [Projeto de pesquisa 2002-2003]. **Qualidade de vida no trabalho e o sentido de responsabilidade social no discurso empresarial**. Relatório Final, PIBIC/UFAL, Maceió, 2002-2003.

AMMAMN, Safira. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. SP: Cortez, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed., São Paulo: Cortez, 1999.

ARRUDA, José Jobson de & PILETTI, Nelson. **Toda a História**: História Geral e História do Brasil. 4ª ed., São Paulo: ed. Ática, 1995.

ARROYO, Miguel G. **O Direito do Trabalhador à Educação**. In: Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. Carlos Minayo Gomes [et al.], 5ª ed., SP: Cortez, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na área da Saúde**. In: A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde. (org.) Eymard Mourão Vasconcelos. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 21-26.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.853, de 13 de setembro de 1946. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 16 de setembro de 1946. Disponível em: <<http://www81.data.gov.br/sislex/paginas/24/1946/9853.htm>>. Acesso em 17 de set. de 2005.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. (trad.) Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CABRAL, Maria do Socorro Reis. **A política brasileira de seguridade social/ Previdência Social**. Capacitação em Serviço Social. Módulo 3 – Brasília: UnB, 2000.

CARDOSO DE MELO, J. A. **Educação Sanitária**: uma visão crítica. In: Educação e saúde: Cadernos do Cedes. São Paulo: Cortez/Cedes, 1984, n.º 4, pp. 28-43.

CESAR, Mônica de Jesus. **A experiência do Serviço Social nas empresas**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo II, CEFSS/ABEPSS/CEAD. Brasília: UnB, 2000, pp. 169-179.

CEN (Conselho Empresarial Nacional para Prevenção ao HIV/AIDS). **Manual de implantação de programas e projetos de prevenção ao HIV e AIDS no local de trabalho.** Ministério da Saúde/ Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2003.

CHEQUER, Pedro. **O desafio de priorizar o HIV/Aids em países com baixa prevalência:** a epidemia da Aids na América Latina está sob controle?. Artigo disponível em < <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS29417F18PTBRIE.htm> > Acesso em 12 de set. de 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1997.

COSTA, N. R. **Estado, educação e saúde:** a higiene da vida cotidiana. In: Educação e saúde: Cadernos do Cedes. São Paulo: Cortez/Cedes, 1984, n.º 4, pp. 5-27.

ENGELS, Frederich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** (Trad.), Abguar Bastos. Rio de Janeiro: Editora Calvino, 1944.

FERNANDES, Florestan, 1920. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo.** In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Antonio Gramsci. 5ª edição, (trad.) Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

GIOSA, Lívio A. **Terceirização:** uma abordagem estratégica. 5ª ed. – SP: Pioneira, 1997.

HARVEY, David. **Do Fordismo à Acumulação flexível.** In: A Condição Pós-Moderna. 3ª ed., São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914 - 199. Trad. Marcos Santarrita. Rev. Téc. Maria Célia Paoli. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOMEM D'EL REY, Denise C. **Oficina de Educação em Saúde.** In: Encontro sobre Educação em Saúde. SESC/DN/DR/Ceará – SESC - Iparana, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª ed., SP: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** 6ª ed., SP: Cortez, 2002.

LEONTIEV, Aléxis [1904 - 1979]. **O Desenvolvimento do Psiquismo.** [Trad.] Rubens Eduardo Frias. 2ª ed. – São Paulo: Centauro, 2004.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: Temas de Ciências Humanas, n.º. 04, São Paulo, 1978.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Volume I – 12ª ed. [Trad.] de Reginaldo Sant’anna, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. L II. Ed. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1997.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia**. [Trad.] J. Silva Dias e Maria Carvalho Torres. Porto, Publicações escorpião, 1976.

\_\_\_\_\_. **Glosas Críticas**. In: Revista Práxis, n.º 05. Belo Horizonte, 1995.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia sistemática**. Uma introdução ao estudo da sociologia. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1971.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 4ª ed., SP: Cortez, 1995.

MS (Ministério da Saúde). **Promoção da saúde**: Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Sundsvall e Santafé de Bogotá. (Trad.) Luis Eduardo Fonseca – Brasília: Ministério da Saúde, 1996. 48 p.

MS/MTE (Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego). Relatório Final do Grupo de Trabalho “**Saúde Mental e Economia Solidária**”. Brasília, março de 2006. Disponível <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/REL\\_GT1.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/REL_GT1.pdf)>. Acesso em 14 de out. de 2006.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. [trad.] Isa Tavares - São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTA, Ana Elizabete & AMARAL, Ângela Santana do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: A nova fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. SP: Cortez, 1998.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 3ª ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. SP: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In: Revista TEMPORALIS. ABEPSS, Ano II, n.º 3 – janeiro a junho de 2001.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Transformações societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 50 Ano XVII – São Paulo: Cortez, abril de 1996.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e Educação**. In: Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. Carlos Minayo Gomes [et al.] – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

RICO, Elisabeth de Melo. **Teoria do Serviço Social de Empresa: objetos e objetivos**. São Paulo: Cortez, 1987.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. **O Banco mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, SP, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 29ª ed., Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1995.

SESC. **Carta da Paz Social**. Rio de Janeiro, 1971.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Gerais de Ação do SESC**. Departamento Nacional. Rj, 2004.

\_\_\_\_\_. Modelo da Atividade: **Educação em Saúde**. SESC/DN/DPD/GEP, 2005.

\_\_\_\_\_. Modelo da Atividade: **Recreação e Lazer**. SESC/DN/DEM/SEM, s/d.

\_\_\_\_\_. Modelo da Atividade: **Educação do SESC**. SESC/DN, 1997.

SMEKE, Elizabeth de Leone Monteiro; OLIVEIRA, Nayara Lúcia Soares de. **Educação em Saúde e concepções de sujeito**. In: A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde. (org.) Eymard Mourão Vasconcelos. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 115-136.

SILVA, Adriano Nascimento. **A Via democrática para o socialismo na obra de Carlos Nelson Coutinho**. Dissertação de mestrado – UFPE/UFAL, 2003.

STOTZ, E. N. **Enfoques sobre educação e saúde**. In: Valla, V.V.; Stotz, E. N. Participação popular, educação e saúde: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, pp. 13-21.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. [Tese de doutorado]. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Redefinindo as práticas de saúde a partir da Educação Popular nos serviços de Saúde**. In: A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde. (org.) Eymard Mourão Vasconcelos. SP: Hucitec, 2001, p. 11-19.

VERDÉS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. Trad. René de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

UNAIDS. **Relatório Mundial UNAIDS/OMS: situação da Epidemia de Aids no mundo. 2005.** [versão em espanhol]. Relatório disponível em <[http://www.unaids.org/epi/2005/doc/EPIupdate2005\\_pdf\\_sp/epi-update2005\\_sp.pdf](http://www.unaids.org/epi/2005/doc/EPIupdate2005_pdf_sp/epi-update2005_sp.pdf)>. Acesso em 08 de set. de 2006.